

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Unidade Mundial da Luta de Classes e Revolução Permanente



Tunísia: Sete anos após a revolução de Janeiro de 2011 que derrubou Ben Ali

Alemanha

*“Schulz Foi-se,
Que Se Vá Também o Bloco Central!”*

A Luta pela
Frente Única Operária



Greve de advertência dos metalúrgicos, fábrica Volkswagen, Wolfsburg (Janeiro de 2018)

Índice

Notas editoriais	página 3
<hr/>	
Análise	
Unidade Mundial da Luta de Classes e Revolução Permanente	página 5
<hr/>	
Dossier	
Novo Olhar para uma História do Magrebe: a Estrela Norte-Africana — ENA (1ª parte)	página 13
<hr/>	
Análise	
Alemanha: “Schulz Foi-se; Que Se Vá Também o Bloco Central!”	página 20
<hr/>	
Tribuna de Discussão	
Japão: Discussão com os Camaradas do Japão	página 28
<hr/>	
Análise	
Crónica do Revisionismo	página 32
<hr/>	
Crítica de Livros	
“As Mulheres na Revolução Russa”	página 37
<hr/>	
Os Nossos	página 38
<hr/>	
Correspondências d’A Internacional	
Burundi	página 40
França	página 40
Grécia	página 41
Itália	página 41
México	página 42
Zimbabwe	página 42

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe 93100 Montreuil (France)

Tiragem: 3 000 exemplares

CPPAP : 0618 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

Notas editoriais

“*Viva a República, não ao Rei!*” foi o grito com que milhares de trabalhadores e jovens receberam o monarca Felipe VI de Espanha quando este chegava a Barcelona (Catalunha) para inaugurar um certame, no dia 25 de fevereiro. Novo episódio das massas a levantarem-se contra a monarquia franquista, a reflectir a força do movimento com que o povo catalão, ao votar pela República no dia 1 de outubro de 2017, abalou o regime resultante do Pacto de Moncloa de 1977 (1). “*Enquanto, na Europa, vemos o processo de independência na Catalunha, no México damos-nos conta de que a questão da independência nacional continua em suspenso, que as aspirações da revolução de 1910 à independência nacional continuam por realizar*”, escrevem os nossos camaradas mexicanos investidos, em conjunto com militantes operários dos Estados Unidos, na preparação da segunda sessão da Conferência Binacional (2).

“*Esperamos que as declarações do novo governo a respeito de possíveis indemnizações (aos fazendeiros brancos expropriados no início dos anos 2000 - NdR) reflectam demagogia pura e não passem de uma manobra negociada para conseguir créditos junto ao capital branco. (...) Afirmamos que esta terra pertence ao povo do Zimbabwe. É uma questão de sobrevivência, uma questão de vida ou de morte para milhões de compatriotas*”, escrevem os nossos camaradas do Zimbabwe num apelo intitulado “*A terra é nossa!*” (3).

Estas três informações, sem relação aparente entre elas, remetem os militantes do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) para a actualidade da teoria da revolução permanente. Forjada primeiro no fogo das revoluções de 1848 — quando Marx e Engels evocavam “a revolução em permanência” —, depois no das revoluções russas de 1905 e 1917, a revolução permanente significa que, na era do imperialismo, no longo caminho da humanidade para a sua emancipação, a realização das tarefas nacionais e democráticas que ficaram por realizar ou inacabadas no período anterior passa a competir à classe trabalhadora e à sua vanguarda revolucionária. Ao pôr-se na primeira fila da luta pelo triunfo da democracia, usando os seus próprios métodos, a classe operária acaba, ao levar a cabo essas tarefas — a terra aos camponeses, a soberania nacional, o direito dos povos a disporem de si próprios... — por se confrontar com o regime falido da propriedade privada dos meios de produção, e, portanto, por reivindicar para si a tomada em mãos do poder político. Acabar com a monarquia franquista e a repressão selvagem (4) que esta pratica no Estado espanhol põe o problema do confronto com todas as forças que formam bloco com a monarquia: o governo Rajoy, a Comissão Europeia, etc., ou seja, todos aqueles que há anos organizam metodicamente os planos de destruição da classe operária e das suas conquistas em todo o Estado espanhol. Arrancar a soberania nacional no México exige acabar com a priva-

tização da PEMEX (petróleo), revogar os tratados de comércio livre (que arruinaram o campesinato) e todas as medidas com que o imperialismo norte-americano dita a sua lei à nação mexicana. A necessária conquista da soberania da nação no México exige forjar uma aliança com o proletariado dos Estados Unidos contra a pretensão de Trump de esmagar a classe operária dos dois lados da fronteira em que pretende construir o seu Muro da Vergonha.

No Zimbabwe, como em todos os países da região, a começar pela Azânia/África do Sul vizinha, garantir o direito das massas negras à terra de que foram expropriadas pelo domínio colonial branco implica pôr em causa os acordos celebrados sob a égide das grandes potências imperialistas para garantir a propriedade dos fazendeiros brancos: sejam os acordos de Lancaster no caso Zimbabwe (1979-1980), sejam os acordos de Kempton Park na Azânia/África do Sul (1994). Questões de candente actualidade em todos os continentes, razão por que este número da nossa revista publica um artigo do camarada François Forgeu dedicado à “unidade mundial da luta de classes e revolução permanente”. Neste início de Março de 2018, a classe operária defronta-se, mais do que nunca, em todos os continentes, com as consequências devastadoras da sobrevivência do regime da propriedade privada dos meios de produção. Em primeiro lugar, na sua forma mais brutal: a das guerras imperialistas, das intervenções militares, das ocupações que alastram sem cessar.

O Manifesto adoptado pela segunda conferência internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) salientava que “*a generalização das guerras, ameaçando a sobrevivência da humanidade, não cai do céu: é produto do impasse do sistema capitalista baseado na propriedade privada dos meios de produção. Este sistema atingiu o seu apogeu há mais de um século, o estádio imperialista que Lenine na altura definiu como aquele em que o capitalismo entrou definitivamente em putrefacção. Alguém se atreverá a dizer que não é assim, neste início do século XXI? A nossa conferência realizou-se em 2017, dez anos depois de rebentar a grande crise de 2007, a chamada crise das subprimes. Ora, hoje, Wall Street e as principais bolsas de valores do mundo estão outra vez batendo recorde atrás de recorde. A que preço? Ao preço da destruição de milhões de postos de trabalho na indústria e nos serviços. Ao preço do comprometimento, em todos os continentes, dos direitos e garantias da classe trabalhadora, ao preço do empobrecimento crescente de populações inteiras, privadas de todos os recursos e serviços públicos, quantas vezes reduzidas à mendicidade. (...) A este preço, a classe capitalista conseguiu, em dez anos, restaurar — e até ampliar — as suas margens de lucro. Contudo, os meios a que recorreu para superar a sua crise são exactamente os meios que preparam uma nova*

crise.”

Com todos os ingredientes de uma nova crise bolista a juntarem-se, novos desenvolvimentos de extensão das guerras imperialistas se observam. É a ofensiva assassina contra as regiões maioritariamente curdas do Norte da Síria levada a cabo pelo regime turco de Erdogan (que, no seu próprio país, pratica uma repressão desenfreada), é a guerra de extermínio levada a cabo pela monarquia saudita no Iémen (que permite à indústria do armamento, particularmente a norte-americana e a francesa, realizarem os seus lucros). É a guerra sem fim contra o povo palestino, estimulada pelas provocações de Trump, é a escalada militar contra o Irão, são as provocações contra a Coreia. Como escreve um dos nossos correspondentes na Coreia: “É a primeira vez nos últimos quinze anos que representantes dos dois governos se encontram (por ocasião dos Jogos Olímpicos - NdR)”. *Facto importante para a população coreana, que nunca abandonou a esperança na reunificação do país. No entanto, poucos são optimistas quanto ao futuro das relações entre os dois países quando os Jogos acabarem, sabendo da pressão militar dos Estados Unidos na península. Nós, militantes operários, compreendemos perfeitamente que o principal objectivo da política americana não é unicamente a “desnuclearização” da Coreia do Norte, mas que o “fogo e fúria” prometidos por Trump visam também fazer pressão sobre a China.*” (5)

Em tal situação, como não se há-de partilhar a revolta dos jovens que, na Turquia, apesar da repressão, afirmam: “*As guerras na Síria e no Iraque e as ameaças contra o Irão só servem os interesses dos exploradores capitalistas, particularmente dos imperialismos francês, britânico e americano. Em 2013, o orçamento da defesa era de 23 mil milhões de dólares. Estes 23 mil milhões são usados para oprimir os povos, quando podiam ser utilizados para bem da sociedade (hospitais, escolas...).* (...) *O governo diz que a educação é gratuita. Mas não é. Estas guerras não são as! Abaixo a guerra! Abaixo a exploração! Pelo estudo realmente gratuito: não aos empréstimos, bolsa de estudo integral! Diploma a sério para conseguir trabalho a sério com salário a sério!*”

Na sua resistência às guerras de decomposição, na sua luta de classe contra a exploração e os planos dos capitalistas e seus governos, bem como na sua luta pela democracia, a classe operária faz, contudo, face, acima de tudo, ao obstáculo criado pelos aparelhos que dirigem o movimento operário. Quer sejam os dirigentes do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), que, contra a maioria operária do partido, se obstinam em celebrar um acordo de “bloco central” com Merkel (leia-se neste número o artigo dos nossos camaradas da Alemanha (6)). Quer sejam aqueles que, nas cúpulas dos aparelhos políticos e sindicais em França, querem deixar as mãos livres ao governo Macron (7). Quer seja, ainda, o apoio que o Partido Comunista, a direcção da central sindical COSATU, mas também partidários do centro revisionista, dão à nomeação de Cyril Ramaphosa como presidente da República Sul-Africana. Ramaphosa: o “carniceiro de Marikana” (8), como lhe chamam os nossos camaradas da Azânia. É indiscutível — o Manifesto da Segunda Conferência Internacional do CORQI recorda-o — que “a crise da humanidade reduz-se à crise de

direcção do proletariado”: *esta afirmação central do programa de fundação da IV^a Internacional acha-se totalmente verificada neste início do século XXI. Em todo o mundo, governos dirigidos por partidos que mergulham as suas raízes históricas no movimento operário — partidos originários da II^a Internacional, socialista e social-democrata, ou oriundos dos partidos comunistas — ou de partidos nacionalistas pequeno-burgueses içados ao poder pela vontade das massas exploradas e oprimidas de pôr termo aos representantes directos da classe capitalista, acabam, não obstante, por fazerem seus os planos ditados pela classe capitalista. (...) Nos países em que estão eles próprios no poder, os partidos tradicionais da classe capitalista só devem a sua sobrevivência à participação directa de partidos saídos do movimento operário em governos de “bloco central”. Foi o caso, até há pouco tempo, na Alemanha. No caso de Espanha, recebem mesmo o apoio de tais partidos sem participação.*” Porém, apesar disso, “*em todos os continentes, por todas as formas, apesar dos golpes sofridos, apesar da traição das velhas direcções, o que marca a situação é o imparável e contínuo surto das massas trabalhadoras, camponesas e jovens, procurando arrancar os seus direitos e defender as suas conquistas antigas. É neste movimento concreto e prático, que é o movimento da revolução que amadurece, que se inscreve a luta da IV^a Internacional.*”

A Internacional, 26 de fevereiro de 2018

(1) Em 1977, através do Pacto da Moncloa, os dirigentes do Partido Socialista e do Partido Comunista aceitaram a restauração da monarquia, preservando o essencial das instituições da ditadura de Franco. Juan Carlos de Borbón, pai do actual rei Felipe VI, fora designado rei pelo próprio general Franco pouco antes de este morrer.

(2) Realizar-se-á em Tuxtla Gutierrez (México), no mês de março de 2018, uma segunda sessão da Conferência Binacional que junta centenas de militantes operários de todas as tendências do México e dos Estados Unidos (com a participação de camaradas do Haiti). Em causa a luta pela unidade contra o Muro da Vergonha de Trump, pela revogação dos tratados de comércio livre e pela unidade dos trabalhadores de ambos os lados da fronteira.

(3) Leia-se nas “Correspondências” deste número.

(4) Daí a importância do apelo “*pela libertação de todos os presos políticos*” na Catalunha, lançado por militantes operários de dezassete países da Europa, cujo primeiro acto foi um comício público em Paris no dia 1 de Março. Nele irão tomar a palavra militantes do Estado espanhol e de França.

(5) Leia-se a este propósito igualmente a discussão que se iniciou entre o CORQI e a Liga Comunista Revolucionária do Japão, neste número.

(6) Contribuição importante dos nossos camaradas alemães, quando, ao apelo de quatrocentos militantes operários de todas as tendências de dezassete países da Europa, se prepara uma conferência operária europeia para os dias 12 e 13 de Maio em Paris.

(7) Nesta situação, o Partido Operário Independente Democrático (em cuja construção os camaradas da Tendência Comunista Internacionalista participam) está empenhado na constituição de comités unitários para correr com Macron e o seu governo e na preparação de uma manifestação nacional para o dia 13 de Maio, com a palavra de ordem: “*Macron, um ano, já basta!*”

(8) No dia 16 de Agosto de 2012, a polícia sul-africana interveio em Marikana contra os mineiros de platina em greve. Trinta e quatro mineiros foram massacrados pelas armas automáticas da polícia do governo ANC-Partido Comunista-COSATU. Cyril Ramaphosa, accionista da sociedade mineira Lonmin, pedira, na véspera, que a polícia intervisse.

Unidade Mundial da Luta de Classes e Revolução Permanente

Por François Forge

Este início de ano de 2018 fica marcado pela recrudescência e alastramento das agressões militares imperialistas, com o concomitante aumento da ameaça tangível de guerra generalizada. As vítimas são povos inteiros. Agravam-se a dissolução e o caos trazidos pelas intervenções imperialistas a todos os continentes. Enquanto isso, em cada país, intensificam-se os ataques contra os trabalhadores, os seus direitos e as suas organizações. Representantes do imperialismo americano multiplicam declarações ameaçadoras, assegurando que os Estados Unidos estão prontos para a guerra com qualquer potência que, independentemente da vontade dos seus dirigentes de chegar a acordo com o imperialismo, se encontre em contradição com as necessidades deste.

Durante este mesmo período, tem-se igualmente afirmado, por formas diversas, a resistência dos trabalhadores e dos povos, confirmando o que sustentava o Manifesto adoptado no início do mês de dezembro de 2017 pela segunda conferência internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional: “*A característica marcante da situação continua a ser a vontade de lutar das massas (...) É um facto, hoje, que das grandes greves e protestos em Espanha e Portugal, na Grécia, em França, da revolução palestina que, setenta anos após a partição da Palestina, continua a erguer-se pelo direito à terra e à nação; dos townships da África do Sul, onde os trabalhadores negros e suas famílias ocupam a terra e exigem que ela seja dada à maioria negra, dando corpo à luta pela República Negra; à China, onde os trabalhadores, procurando organizar os seus sindicatos independentes, se defendem como classe operária e, assim, defendem igualmente a conquista que a propriedade social continua a representar e que a classe trabalhadora chinesa não quer ver entregue ao saque imperialista e ao desmantelamento; em todos os continentes, por todas as formas, apesar dos golpes sofridos, apesar da traição das velhas direcções, o que marca a situação é o imparável e contínuo surto das massas trabalhadoras,*

camponesas e jovens, procurando arrancar os seus direitos e defender as suas conquistas antigas. É neste movimento concreto e prático, que é o movimento da revolução que amadurece, que se inscreve a luta da IVª Internacional.”
(1)

Nestas últimas semanas, e sem que isso em nada marginalize estas evoluções assinaladas no Manifesto, outros acontecimentos de monta se produziram, por exemplo na Tunísia e no Irão. Por outro lado, continuou e aprofundou-se a crise que ameaça todo o edifício do regime pós-franquista estabelecido em Espanha em virtude da acção do povo catalão ao constituir a República Catalã. Enquanto isto, a crise que tem dilacerado o Partido Social-Democrata alemão, o SPD, ante a tarefa de constituir um novo governo de coligação com Merkel e a sua equipa constitui um factor de instabilidade para toda a União Europeia. Ela espelha, em refracção, a realidade de que a luta pelas reivindicações operárias desemboca na necessidade de lutar contra a União Europeia.

Alguns desenvolvimentos recentes da luta de classes internacional

Em Janeiro de 2018, ocorreram em toda a Tunísia manifestações — nomeadamente de jovens e desempregados — contra a lei orçamental de 2018 adoptada pelo Parlamento, especialmente por representantes eleitos dos dois partidos que hoje cooperam no governo, o partido Nidda Tunés e o Ennadhá, partido de origem islâmica. Esta lei orçamental implica o aumento dos preços de uma série de víveres de primeira necessidade, nomeadamente os carburantes. Confisca, além disso, 1% dos salários para colmatar o défice do erário público. A revolta alastrou progressivamente a cidades de todo o país.

Há sete anos, em 2011, a Tunísia experimentou o início de uma autêntica revolução operária. Os trabalhadores, operários e camponeses, levantaram-se contra o regime de Ben Ali, impelidos à revolta pelas consequências catastróficas da gestão do país por este regime, colaborador submisso do imperialismo. O ponto de partida fora a luta pelas palavras de ordem “*Água, pão!*”.

Esta luta metamorfoseou-se em autêntica revolução operária: as massas tunisinas expulsaram das suas posições os apaniguados do regime, apoderaram-se das terras, puseram a questão da nacionalização. O carácter operário do movimento manifestou-se claramente na vontade dos trabalhadores tunisinos de investir de novo a sua organização histórica, a UGTT, fazendo dela o eixo para a reconstrução do país. Foi através da UGTT que começaram a

constituir-se comités de defesa da revolução, primeira forma de centralização política na via do governo operário.

Foi então que partidos islamistas burgueses, partidos que se declaravam neutros em relação à religião e diversas formações com linguagem radical, restos do regime de Ben Ali, se juntaram para dar forma ao que se definia como uma “transição democrática”, preservando embora os laços de subordinação ao imperialismo, nomeadamente o acordo de associação celebrado entre a Tunísia e a União Europeia em 2008. A direcção da UGTT avalizou este plano. Os diferentes governos de coligação que desde então se têm sucedido mantiveram este acordo, que a União Europeia hoje pretende alargar a todos os sectores da economia. Os estudos feitos acerca do acordo demonstram que, embora ele tenha sido lucrativo para as multinacionais, para o povo tunisino só teve resultados negativos.

— Perdeu-se o equivalente do salário de 60.000 professores em virtude da redução das pautas aduaneiras, seja 2,4% do PIB e 1/10 das receitas do Estado. Esta baixa de receitas foi compensada por aumentos dos impostos, directamente sentidos pelos tunisinos.

— Entre 1996 e 2013 perderam-se 55% do tecido industrial tunisino.

— O desemprego não diminuiu, tendo explodido para os jovens licenciados. A economia tunisina tem-se, com efeito, especializado em actividades de baixo valor acrescentado.

— O crescimento da economia não ultrapassou o tecto de 5%.

— A Zona de Comércio Livre não teve impacto significativo nas exportações para a UE, mas aumentou significativamente as importações. A balança comercial degradou-se fortemente.

— O investimento estrangeiro concentrou-se no litoral, agravando as assimetrias territoriais, sob um regime “offshore” que permite repatriar os lucros para a Europa.

A permanência deste acordo, aguda expressão da subordinação da economia tunisina às necessidades do imperialismo mundial, alimenta a vontade dos trabalhadores de reatarm, em termos práticos, a revolução começada em 2011. A sua luta dirige-se, com efeito, contra o domínio imperialista; mas, ao pôr em causa esse domínio, leva-os a actuar contra as instituições da burguesia tunisina criadas para preservá-lo.

No Irão, no final do mês de dezembro do ano passado, ocorreram grandes manifestações em várias grandes cidades do país. Os manifestantes protestavam contra as medidas que açoitavam em primeiro lugar os trabalhadores e os sectores mais pobres da população. Aumentos de preços de alimentos de base como os ovos, aumento de 50% do preço dos carburantes, associados a medidas de austeridade orçamental decididas pelo governo em nome da necessidade “de atrair investimento estrangeiro”. As manifestações, marcadas, também, pela ampla participação de jovens, eram, antes de mais nada, pela sua composição, manifestações operárias. Ora, o regime iraniano proíbe a organização e expressão específica independente da classe operária. Respondeu com repressão a uma ameaça que, no seu desenvolvimento, punha em causa a sua própria existência. Sejam quais forem as tentativas de manipulação ou ingerência, aqueles que tomaram sobre si o risco de de-

safiar a polícia não se estavam a juntar para dar alguma espécie de apoio ao imperialismo e às suas pressões contra o Irão, mas antes para defender os seus direitos e a sua simples existência. A soberania do Irão, a sua pura e simples existência como Estado independente, vêem-se hoje ameaçadas pelo imperialismo. A defesa incondicional dessa soberania exige a mobilização das massas populares iranianas e, em primeiro lugar, da classe operária, que foi a força motriz do derrube do regime do xá. A defesa do Irão contra as actuais pressões e contra a possível intervenção do imperialismo exige o exercício pleno das liberdades operárias.

Como mais acima assinalámos, nenhuma estabilidade se conseguiu impor na Catalunha. Após a repressão desferida pelo Estado monárquico pós-franquista no seguimento do referendo de 1 de Outubro de 2017 (2), impuseram-se novas eleições para a assembleia regional da Catalunha, acatando o quadro das instituições monárquicas. Apesar de vários responsáveis dos partidos que se haviam pronunciado pela República Catalã estarem no exílio para escapar à prisão ou estarem na prisão, e com todos os meios de propaganda monopolizados pelo Estado espanhol, a nova assembleia acabou por ficar composta por uma maioria de representantes eleitos favoráveis à República Catalã. Isto vem agravar ainda mais a crise de todas as instituições, demonstrando que não se pode fazer desaparecer a vontade do povo catalão de decidir do seu destino, irrevogavelmente ligada como está à necessidade sentida pela classe operária de toda a Espanha de acabar com as instituições anti-democráticas herdadas da ditadura franquista.

Assim, no coração da Europa, dentro da União Europeia, cujas virtudes democráticas os seus defensores exaltam, o combate em curso faz-se no terreno das liberdades democráticas mais elementares. Enquanto isto, em países vítimas da opressão e da ingerência imperialistas, como a Tunísia e o Irão, é a irrupção das massas operárias e camponesas que se impõe como factor imediato essencial da situação política, inseparável da luta contra o imperialismo, pelas liberdades democráticas, de que é componente essencial a independência em relação ao imperialismo.

Isto não quer dizer de modo algum que a situação nos Estados imperialistas seja idêntica à que prevalece nos países que sofrem o seu domínio. Significa, sim, que o imperialismo, mesmo nos países em que a revolução burguesa liquidou as instituições feudais e onde reina há muito a democracia parlamentar, se vê hoje obrigado — como condição da sua luta contra a classe operária — de atentar contra as liberdades mais elementares. E que, nos países sujeitos ao jugo imperialista ou ameaçados a todo o momento de intervenção militar da parte do imperialismo, a existência de um regime capitalista — ou seja, assente na propriedade privada dos meios de produção e na exploração dos produtores — faz com que, para a classe dominante local, o “inimigo principal” seja a sua classe operária — não o imperialismo.

É, noutros termos, a unidade mundial da luta de classes, portanto um facto determinante das lutas políticas e sociais que derivam da existência de um mercado mundial, de uma exploração capitalista, que — manifeste-se ela nas formas em que se manifeste — se mostra como realidade mundial; e é também, face a tal realidade, a luta de classes, a luta da classe operária em cada um e em todos os países,

que é uma luta comum marcada pelas mesmas características fundamentais (a resistência à exploração, sejam quais forem as diferenças). Luta esta que suscita a mesma questão praticamente em toda a parte, por muito diferentes que sejam os caminhos para lá chegar: a questão do derrube do Estado burguês e da abolição da propriedade privada dos meios de produção.

Actualidade da revolução permanente

O sistema de exploração capitalista, assente na propriedade privada dos meios de produção, unificou o planeta sob o seu jugo (por intermédio do mercado mundial, fundamento da unidade mundial da luta de classes), mas fê-lo cavando a desigualdade entre as nações, opondo-as umas às outras, dividindo o mundo entre uma maioria de países oprimidos e algumas grandes potências capitalistas (cf. *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo* de Lenine).

N'O *Imperialismo e a Cisão do Socialismo*, texto de 1916 em que resumia as conclusões políticas decorrentes da sua análise do imperialismo, Lenine evocava “*a tendência da burguesia e dos oportunistas para transformar um punhado de nações privilegiadas muito ricas em parasitas perpétuos do corpo do resto da humanidade, adormecido sob os louros da exploração dos negros, dos indianos, etc., e mantendo-os submissos com a ajuda do militarismo moderno, provido de excelente material de extermínio*”. A tal tendência opunha Lenine a que se alimentava das aspirações das massas, “*mais oprimidas do que no passado e sujeitas a todas as atrocidades das guerras imperialistas, para sacudir aquele jugo, para derrubar a burguesia*”.

Será hoje caso de modificar esta avaliação? Se bem que, na esteira da vaga revolucionária mundial que marcou o final da Segunda Guerra Mundial, tenha havido movimentos de emancipação e guerras revolucionárias que, primeiro na Ásia, depois prolongando-se na “descolonização” do continente africano, na guerra revolucionária na Argélia, etc., desmantelaram os velhos impérios imperialistas, sempre que os Estados nascidos da independência política se construíram com base na manutenção de relações capitalistas, a independência política não implicou nem ruptura com o domínio imperialista nem que as tarefas democráticas ligadas à independência nacional se cumprissem.

O papel importante — podendo chegar à supremacia regional — que este ou aquele Estado possa desempenhar não põe em causa esta realidade, não transforma nenhum destes países em “novo imperialismo”. De igual modo, o carácter reaccionário deste ou daquele regime não modifica a natureza de “país oprimido” dessas nações. Por exemplo, como mais acima se examinou relativamente aos recentes desenvolvimentos no Irão, por muitas que sejam as características reaccionárias do regime dos mullahs no Irão, isso não é, para uma organização revolucionária, razão para não defender incondicionalmente a soberania e independência nacionais do Irão contra uma agressão ou contra ameaças imperialistas. Como tão-pouco pode tal atitude justificar que se aceitem ou se dê cobertura a ataques à democracia e aos direitos operários perpetrados pelo regime iraniano.

Independentemente das formas que revista, a brutal dominação imperialista não só não foi abolida, tem-se agravado. A luta constante — em cuja vanguarda as organizações

da IVª Internacional sempre se puseram — dos trabalhadores e dos povos contra a dívida, contra as “reformas estruturais”, contra as agressões imperialistas e os golpes de Estado fomentados pelo imperialismo é expressão desta resistência. Para só evocar os últimos anos, são ilustrações deste agravamento a situação em que o povo palestino tem sido colocado, a multiplicação de guerras de destruição contra o Iraque, o Afeganistão, a Somália, a Líbia, o desmembramento da Síria em curso, o trágico destino do Líbano, as intervenções militares no Mali, a alimentação de guerras de desmantelamento em numerosos outros Estados africanos, a pressão da NATO no Leste da Europa, municionando os conflitos na Ucrânia, as ameaças de um conflito destruidor com a Coreia do Norte enquadrado na política do imperialismo para com a China, as manobras de destabilização na Venezuela e os golpes dados à democracia no Brasil.

Estamos a falar, repita-se, de um processo mundial que deriva do beco sem saída em que o sistema de exploração capitalista, enquanto tal, se encontra. E que, por conseguinte, encontra igualmente expressão nos países capitalistas “avançados”, nos Estados imperialistas, na ofensiva generalizada contra o património histórico conquistado pela classe operária e contra algumas das disposições legais resultantes das lutas passadas da classe operária que representam entraves ao livre jogo da exploração, contra os seus direitos e as suas organizações.

A acção política para ajudar a classe operária no seu combate emancipador só pode, consequentemente, ser internacional. Por isso, nas notas preparatórias da conferência do CORQI (publicadas no n° 6 d'A *Internacional*), se conferia relevo especial à Conferência de Mumbai como afirmação da continuidade do “*combate pela reconstrução do movimento operário com um novo eixo*”, destacando que “*o que fez a força da conferência de Mumbai foi ter sido efectivamente uma conferência mundial, em que as dimensões específicas da luta de classes nos países oprimidos pelo imperialismo se imbricavam com os processos da luta de classes nos países imperialistas*” e retirando a conclusão política de que “*a unidade mundial da luta de classes não é um chavão, é um facto*”.

A teoria da revolução permanente (3) procede, na verdade, da verificação de que “*a unidade mundial da luta de classes não é um chavão, é um facto*” e de que, paralelamente, a luta da classe operária se defronta com tarefas específicas distintas no caso dos países imperialistas e no caso dos países dominados pelo imperialismo.

Nas condições que são as actuais, particularmente contraditórias, convulsivas, feitas de viragens rápidas, a luta por reconstituir a IVª Internacional exige que se revise a unidade mundial da luta de classes e, por conseguinte, a teoria da revolução permanente, conferindo-as pelos desenvolvimentos actuais. Não para mandar os acontecimentos que se estão a desenrolar aderirem a uma “teoria” elaborada fora deles, mas, bem pelo contrário, porque a teoria da revolução permanente é a expressão generalizada da luta de classes à escala mundial e da sua unidade, restituindo a dinâmica concreta da marcha à revolução proletária mundial.

Por isso, se é no contexto da era imperialista e ao integrar as lições da revolução proletária vitoriosa de outubro de 1917 que a teoria da revolução permanente

encontra a sua forma mais desenvolvida, ela não deixa de se enquadrar na constituição mesma do marxismo.

Ao falar de “revolução em permanência” à luz das revoluções europeias de 1848, Marx (Marx & Engels, *Mensagem do Comité Central à Liga dos Comunistas*) fá-lo para vincar que, para os comunistas, todas as reivindicações democráticas e sociais por que eles lutavam nessas revoluções levavam, em última análise, a pôr a questão do derrube da burguesia e do poder operário. A teoria da revolução permanente encontra a sua expressão mais perfeita nas teses de Leão Trotsky sobre a revolução permanente, em 1929.

Se bem que tenha sido desenvolvida no contexto da revolução russa e, por conseguinte, das tarefas da classe operária num país em que a revolução burguesa não se cumpriu, a teoria não é uma “receita” para a luta da classe operária nos países industrialmente atrasados e sujeitos ao domínio imperialista; ela aplica-se à luta da classe operária nos países imperialistas, pois reflecte, precisamente, a unidade mundial da luta de classes (3).

No século que se seguiu à revolução russa, o próprio “punhado de Estados opressores” de que falava Lenine em 1916 foi sujeito a uma hierarquização. Mesmo os mais poderosos imperialismos estabelecidos historicamente (Grã-Bretanha, Alemanha, França) vêem-se obrigados, querendo preservar a sua simples existência histórica, a aceitar a proeminência do imperialismo americano. Para reforçar o dispositivo de defesa comum da ordem imperialista, edificaram-se instituições supranacionais, como a União Europeia.

A actividade desta e, particularmente, nos últimos anos, o seu encarniçamento contra os trabalhadores gregos, bem como a crise sem fim aberta pelo Brexit na Grã-Bretanha, indicam até que ponto, pondo em causa as instituições da União Europeia, se ameaça a estabilidade da dominação de cada burguesia.

Entre as consequências que a manutenção do domínio imperialista mundial acarreta contam-se igualmente o agravamento e reaparecimento da questão nacional, nomeadamente nas relações entre Estados imperialistas e dentro deles. Todos os problemas da democracia política voltam, assim, para a ordem do dia na luta da classe operária pela defesa dos seus interesses de classe. A situação em França em vésperas da eleição de Macron ilustra-o de forma patente, como o faz, de maneira diferente, conforme acima indicado, a explosão das questões nacionais em Espanha.

Frente única anti-imperialista

A análise marxista faz uma distinção rigorosa entre Estado imperialista e nação dominada pelo imperialismo — extensiva, aliás, aos Estados burgueses politicamente independentes, mas que permanecem sujeitos à ordem imperialista. Esta diferença é essencial para a acção dos revolucionários, tanto nos centros imperialistas como nos países industrialmente atrasados. Ganha corpo, designadamente, na posição dos revolucionários face a um conflito que oponha o imperialismo a um país dominado, seja qual for o governo deste.

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” não é uma fórmula abstracta: só a

acção organizada dos explorados e oprimidos pode pôr radicalmente em causa a ordem de coisas existente. Isto vale para o caso da libertação do imperialismo. Conforme uma vez mais demonstram os exemplos mais recentes abordados neste artigo, é ao mobilizar-se pelas suas reivindicações sociais que os operários e camponeses se investem no combate pela ruptura com o imperialismo.

À acção pela frente única operária subjaz a questão da unidade na acção das massas em luta para abrir caminho ao estabelecimento do poder da classe operária. No caso dos países sujeitos ao domínio imperialista, esta questão põe-se como questão da unidade em torno da classe operária e do campesinato e dos oprimidos no seu conjunto, como questão da unidade contra o imperialismo, cujo domínio é crucial para que as relações de produção capitalista se possam manter em países deste tipo. Desta realidade deriva a palavra de ordem de frente única anti-imperialista avançada pela Internacional Comunista no seu segundo congresso. A frente única anti-imperialista é um instrumento de mobilização das massas; inclui formações nacionalistas pequeno-burguesas ou até ligadas à burguesia nacional, mas na condição de essas formações lutarem efectivamente contra o domínio imperialista. Essas formações agrupam, sob a bandeira do anti-imperialismo, amplos sectores — por vezes a maioria das massas exploradas — em que se incluem sectores, e, por vezes, a maioria, da classe operária. A questão está, então, em separar esta do domínio político das correntes nacionalistas burguesas ou pequeno-burguesas. A frente única anti-imperialista visa, pois, como explica o programa fundador da IVª Internacional, “opor os operários à burguesia nacional”.

O objectivo da vanguarda política do proletariado na frente única anti-imperialista é assegurar a hegemonia do proletariado na luta pelas reivindicações nacionais e democráticas, que só podem ser plenamente cumpridas se a classe operária instaurar o seu próprio poder. O programa de fundação da IVª Internacional resumia o problema nestes termos: “É preciso opor os operários à burguesia nacional com base no programa democrático revolucionário.” Foi na linha recta deste programa que o relatório sobre a reproclamação da IVª Internacional (1993) voltou a focar esta questão na sua secção 5, intitulada “Frente única, frente única anti-imperialista, governo operário e camponês”, recordando que “a questão da luta pela frente única anti-imperialista e pelo governo operário e camponês que dela decorre se enquadra na transição, como tal se inscrevendo na revolução mundial, processo caótico, eivado de avanços e recuos profundos, insusceptível de linhas rectas de desenvolvimento e estendido por um período histórico longo.” (4)

É por este motivo que, nos textos da nossa corrente — tal como nos documentos da Internacional Comunista, da Oposição de Esquerda e da IVª Internacional —, nunca se encontra nenhum equívoco quanto a poder a frente única anti-imperialista, seja qual for a denominação ou forma que ostente, representar uma subordinação à burguesia nacional ou às direcções nacionalistas burguesas e aos governos que estas forças dirijam. Nem a que a frente única anti-imperialista possa representar a aceitação — seja ela temporária — de limites que tais forças e governos queiram fixar ou de qualquer tipo de “pausa” ou relegação

das reivindicações da classe operária para segundo plano.

Esta distinção entre Estados imperialistas e países dominados pelo imperialismo é um reflexo essencial da unidade da luta de classes mundial. Não desdiz, contudo — bem pelo contrário —, que o objectivo da luta da classe operária, seja no país mais “retardatário” no ponto de vista do seu desenvolvimento industrial e mais oprimido, seja no país industrialmente mais avançado cuja burguesia desempenhe papel dominante à escala mundial, resida na instauração do seu próprio poder, sempre requerendo a sua independência política relativamente à burguesia e ao Estado burguês, embora para realizar tarefas que diferem entre um caso e outro.

No caso dos países atrasados, essas tarefas compreendem, em primeiro lugar, a independência em relação ao imperialismo, a soberania plena e a plena unidade nacional, tarefas que, no caso das grandes potências capitalistas, se cumpriram com a revolução burguesa. Esta diferença entre tarefas a cumprir pela revolução proletária em nada altera a realidade de que só a tomada do poder pela classe operária as poderá realizar plenamente. Assim como não altera o carácter das burguesias destes países.

No caso dos países industrialmente desenvolvidos, os Estados imperialistas, a classe operária não tem nenhum interesse pretensamente “nacional” em apoiar o seu imperialismo, mas a luta que trava contra ele integra todas as reivindicações democráticas, mesmo as mínimas: nas condições da actual decomposição da ordem imperialista, todas elas passaram a ser obstáculos à exploração. Assim, as reivindicações ligadas à democracia política são elementos do combate pela revolução proletária nos países industrialmente desenvolvidos.

Trotsky realçava, na *Internacional Comunista Depois de Lenine*, que “a política, vista como força histórica massiva, anda sempre atrasada em relação à economia”; mas o ritmo a que esse atraso é colmatado não está definido de uma vez por todas. No que diz respeito à fase histórica em que nos encontramos, foi muito rapidamente que as consequências da crise económica, monetária e financeira de 2007-2008 se repercutiram em todas as manifestações da luta de classes. Isto, quando as condições em que a questão da direcção revolucionária do proletariado, a questão do fosso entre as condições subjectivas e as condições objectivas, se põe com particularíssima acuidade e uma complexidade em certos aspectos inédita, em virtude das consequências que a queda da URSS, fruto histórico do papel contra-revolucionário desempenhado pela burocracia estalinista, teve para o movimento operário.

Como se recordou no início deste artigo, entrámos numa fase em que, à escala mundial como em cada país, a luta entre as duas classes fundamentais campeia, constituindo o eixo de todos os desenvolvimentos económicos, políticos e sociais, quando a continuação da extracção de mais-valia e a realização do lucro cada vez mais implicam, directamente, como necessidade vital para a preservação do sistema de exploração capitalista, um assalto generalizado a todas as conquistas da classe operária, à independência ou existência das suas organizações, acarretando, em toda a parte, o comprometimen-

to da democracia política, dos direitos nacionais e das liberdades mais elementares.

Quem rejeita a unidade mundial da luta de classes

No programa de fundação da IVª Internacional, como em todo o percurso da luta pela reconstrução da IVª Internacional e na acção da IVª Internacional reproclamada em 1993, esteve sempre presente a recusa de separar sectores uns dos outros. Um dos fios condutores da luta contra o pablismo e pela reconstrução da IVª Internacional foi, designadamente, a luta contra a ideologia da “*divisão do mundo em três sectores*” (5).

A fracção liquidacionista que provocou a cisão de 2015 realizou, em Fevereiro de 2016, uma reunião internacional que fraudulentamente baptizou de “9º congresso mundial” (6). Da acta da reunião ressalta claramente o carácter revisionista das posições tomadas por esta fracção. Não é puramente simbólico ter sido organizada em torno de dois relatórios separados sobre a estratégia de construção do partido revolucionário. O primeiro relatório, consagrado à acção nos países imperialistas, tem por eixo a denúncia da luta da fracção do movimento operário britânico que se mobiliza pelo Brexit. No segundo relatório, a maneira de apresentar a frente única anti-imperialista, em vez de visar a mobilização das massas que se virem para a direcção proletária e se emancipem das direcções burguesas e pequeno-burguesas a partir da experiência da sua luta, visa antes justificar todas as adaptações às burguesias nacionais e seus governos (não face ao imperialismo, mas na sua acção em defesa da ordem burguesa e da exploração). É, sob formas que correspondem à situação actual, a recuperação da posição que Trotsky denunciava a propósito da revolução chinesa e da política então imposta ao Partido Comunista Chinês pela direcção estalinista da Internacional Comunista, a política de subordinação ao Kuomintang. Na *Internacional Comunista Depois de Lenine*, Trotsky elucida: “*Apresentar as coisas como se o jugo colonial conferisse necessariamente à burguesia nacional um carácter revolucionário é recuperar às avessas o erro fundamental do menchevismo, que achava que a natureza revolucionária da burguesia tinha absolutamente que fluir da opressão absolutista e feudal.*”

Renunciar, a pretexto da “luta anti-imperialista”, a definir com exactidão o Estado como Estado burguês, portanto como Estado que defende as relações de exploração capitalistas, e a caracterizar com exactidão a burguesia nacional como classe exploradora leva tanto a desistir de uma política independente pautada pelos interesses da classe operária (única força, para os marxistas, capaz de defender a soberania nacional contra o imperialismo), como a apoiar sucessivamente diferentes fracções do aparelho de Estado.

Repita-se que, para ser eficaz, a luta contra o imperialismo exige um partido operário. Esse partido não é um “partido do povo inteiro”, embora defenda, a partir das reivindicações dos trabalhadores das cidades e dos campos, a democracia, a soberania do povo e, portanto, a independência e unidade da nação oprimida pelo imperialismo. Mesmo num país oprimido, o aparelho de Estado não é “neutro”, não está acima das classes. Os capitalistas exploram os trabalhadores — ainda que grande parte

do produto dessa exploração vá parar ao imperialismo — , o que é igualmente verdade seja qual for o grau de corrupção, paguem os patrões impostos ou não paguem... Restabelecer estas verdades elementares é indispensável para poder levar à prática uma política de frente única anti-imperialista.

Um exemplo: a África do Sul

Vejamos o exemplo da África do Sul e da política levada a cabo por Lybon Mabasa, representante do centro revisionista no país. Hoje, em consequência da acção da classe operária negra e da selvagem repressão contra ela lançada pelo governo do ANC (o massacre dos mineiros de Marikana depois de Cyril Ramaphosa, hoje presidente do ANC, ter apelado à repressão), a África do Sul passa por uma crise que belisca até às suas fundações todo o sistema instalado em 1994. A crise manifesta-se na bancarrota do governo Zuma face ao surto da acção da classe operária negra, que se traduziu, em particular, na constituição de uma nova central sindical (que conta entre os seus dirigentes o antigo secretário geral da COSATU), a desorientação do aparelho dirigente do PC sul-africano e as divisões que se cavaram dentro da camada dirigente do ANC. É uma conjuntura particularmente propícia ao desenvolvimento da luta por um partido operário independente, que constitua a representação política da classe operária, dos trabalhadores das cidades e dos campos no seu conjunto, unido sob a bandeira da República Negra. Organizando, portanto, os trabalhadores em torno de palavras de ordem que conduzam ao poder: as de democracia e soberania nacional, concentradas na reivindicação de Assembleia Constituinte soberana, as de reforma agrária — de restituição, portanto, das terras de que a minoria branca se apropriou em detrimento do campesinato da Azânia — , as de abolição de todos os privilégios herdados do apartheid e mantidos depois de 1994, de nacionalização das principais riquezas do país (nomeadamente as minas) e, em consequência de se pôr em causa aquilo que representava a própria base do apartheid e do regime que o prolonga: a propriedade privada dos meios de produção.

Como se manifesta hoje a política de Lybon Mabasa? Para dar aos leitores das *Informations ouvrières* a ilusão de que existe uma política e uma organização independentes na Azânia/África do Sul, apresenta-se Lybon Mabasa como “*presidente do Socialist Party of Azania (SOPA)*”(7). O artigo foca um acontecimento importante: o congresso do ANC de 16 e 17 de dezembro últimos, que elegeu Cyril Ramaphosa para seu novo presidente. Desse acontecimento deu conta um nosso correspondente na Azânia, no nº 120 (3 de janeiro de 2018) de *La Tribune des travailleurs*, em artigo intitulado “Quem é Cyril Ramaphosa?”

Para Lybon Mabasa: “*O congresso do ANC fez-se. Durante o congresso tomaram-se decisões, algumas delas importantes. Entre estas, a expropriação de terras sem compensação e uma posição a pôr em causa o Banco Central, dizendo que ele não pertence ao povo e que não pode, portanto, ser considerado como uma das nossas instituições enquanto não for restituído ao povo. E o congresso foi perfeitamente claro ao manifestar a sua vontade de atacar o problema da corrupção.*”

Sim, é mesmo do ANC, que estamos aqui a falar, do partido que está no poder há vinte e quatro anos no âmbito

dos acordos celebrados pela sua direcção em 1994 com os representantes do regime racista do apartheid já na agonia, acordos que garantem a manutenção de todos os privilégios da minoria branca. Vinte e quatro anos de poder em que o ANC (com os seus aliados do Partido Comunista e da COSATU no governo) manteve a maioria negra na miséria, prosseguiu o pagamento da dívida que o regime racista contraíra, reprimiu no sangue os mineiros negros em greve em Marikana, matracou os estudantes negros que reclamavam o ensino gratuito... Ainda que tais afirmações tivessem sido proferidas no congresso do ANC, que crédito se lhes poderia dar ao fim de vinte e quatro anos de uma política que virou costas às aspirações da maioria negra?

O obstáculo à realização dessas promessas seria afinal, a crer no artigo de Lybon Mabasa, que “*na África do Sul, há um problema quando se quer tratar da corrupção. É que não se pode atacar esse problema se se tiver medo do confronto com a primeira família, a do presidente Jacob Zuma, sua prole, os membros e associados da família, entre os quais a família indiana dos Gupta, família chegada da Índia há relativamente pouco tempo*”. Ao que se segue um longo e pastoso desenvolvimento das relações entre a presidência do ANC e a presidência da República, supostas explicações principais de não se ter resolvido a questão da “*corrupção*”. Mas o que é a “*corrupção*”? Será um fenómeno “*em si mesmo*”? Um problema moral? Na África do Sul, não é a política há décadas levada a cabo pelas direcções do ANC e do Partido Comunista a principal fonte de corrupção? Comprometidas como estiveram, desde o final dos anos oitenta, em conversações secretas com o regime racista, com os acordos de Kempton Park de 1994 em gestação, traíndo os interesses da maioria negra?

Lybon Mabasa fala, porém, de outra coisa. Continua: “*As pessoas pensavam que devia ser essa (a corrupção - NdR) a grande questão que a direcção do ANC fosse discutir. Ora, nós ficámos a saber entretanto que essa questão não estava na ordem do dia. Os comentadores políticos têm-no explicado, dizendo que a nova direcção não podia actuar contra o presidente do país porque ele estava metido em todas as conversações à volta da questão da corrupção. O problema não está claro. Ou a relação de forças não permite ao novo presidente do ANC actuar contra o antigo presidente do ANC e presidente do país. A nosso ver, em linhas gerais, entendemos que, além da questão de atacar a corrupção, era para se ter definido claramente um roteiro em matéria de expropriação das terras. Também era para se ter definido claramente, ou está para se definir, um roteiro sobre como é que o partido no poder vai instaurar o ensino gratuito.*”

“A nosso ver”, portanto, segundo o grupo político de Lybon Mabasa, pronunciando-se nas *Informations ouvrières*, a direcção do ANC precisava de um “*roteiro*”: que o novo presidente do partido ajuste contas com Zuma e que o ANC organize a expropriação das terras e o ensino gratuito (coisa que não fez em vinte e quatro anos no poder, pois renunciou explicitamente a fazê-lo nos acordos de Kempton Park de 1994, nunca mencionados por Lybon Mabasa).

Lybon Mabasa conclui: “*Dissemos que o partido que está no poder, para que ele tenha um apoio de qualquer tipo da nossa parte, tem de poder atacar sem medo os privilé-*

gios e posições dos brancos, pois, enquanto subsistirem privilégios e posições para os brancos, não se poderão extirpar as desvantagens para os negros do nosso povo. (...) Nós mantemos, porém, a esperança de que, ao fim de cento e seis anos (portanto, desde a fundação do ANC, NdT), eles parecem estar a sugerir ou a querer reconhecer que as terras não podem pertencer verdadeiramente a todos os que nelas vivem, negros e brancos, e que a maioria negra foi privada dessas terras pela força das armas.”

Em suma, a direcção do ANC estará, depois deste congresso, a evoluir, reconhecendo os direitos históricos da maioria negra sobre as terras e fazendo com que o grupo de Lybon Mabasa possa apoiar o partido que ocupa o poder.

Este artigo — o essencial de uma página inteira das *Informations ouvrières* — consegue esconder ao leitor, ao aderente do POI, a informação fundamental que saiu do congresso do ANC: a eleição do seu novo presidente, Cyril Ramaphosa.

É uma dissimulação de tal maneira grosseira, que a redacção das *Informations ouvrières* se sentiu obrigada a antepor ao artigo de Lybon Mabasa um breve parágrafo, pelo qual se fica a saber que o congresso “*viu o antigo dirigente sindical e homem de negócios Cyril Ramaphosa, vice-presidente sul-africano, suceder a Zuma*”.

“*Antigo dirigente sindical e homem de negócios*”: com que bonitas palavras se dizem as coisas! É que, para as massas negras da Azânia, Ramaphosa é, acima de tudo, o “*carniceiro de Marikana*”. Como explicava o artigo do correspondente de *La Tribune des travailleurs* na Azânia, no final dos anos noventa, Ramaphosa, antigo fundador do sindicato dos mineiros (NUM), tornou-se “*millionário, a vigésima primeira fortuna da África, segundo a revista Forbes, detendo acções tanto nas sucursais da McDonald’s como em sociedades mineiras que sobreexploram a classe operária negra. No dia 15 de agosto de 2012, enquanto os mineiros de platina de Marikana, que trabalham para a multinacional Lonmin, faziam greve por aumentos de salários, com o seu sindicato AMCU (ao passo que a direcção do NUM condena a greve), Ramaphosa, membro do conselho de administração da Lonmin, manda um mail às autoridades policiais a reclamar “acção determinada para enfrentar a situação”. No dia seguinte, a polícia dispara sobre os grevistas: trinta e quatro mineiros são mortos. (...) A candidatura de Ramaphosa, na corrida à presidência do ANC, era apoiada tanto pelos mercados financeiros como pelo Partido Comunista e pela COSATU. Os primeiros saudaram a sua eleição com uma alta vertiginosa do rand, a moeda do país, nos mercados bolsistas. Os segundos, agindo na continuidade dos apelos que, quando da greve de Marikana, haviam feito para meter na prisão os responsáveis sindicais fiéis aos grevistas. Quem acaba de tomar a direcção do ANC é, isso sim, um inimigo da classe operária e da maioria negra.*”

Ora, as palavras “*Ramaphosa*”, “*massacre de Marikana*”, “*Partido Comunista da África do Sul*”, “*acordos de Kempton Park*”, brilham pela ausência no artigo de Lybon Mabasa. Silêncio partilhado pela redacção das *Informations ouvrières*. Para cobrir o quê? Porquê?

Como se vê, o “*envelope teórico*” do abandono do programa da IVª Internacional e da capitulação validada

pela reunião de fevereiro de 2016 produz rapidamente resultados concretos. Muitos outros exemplos se poderiam dar, mas extravasariam largamente dos limites deste artigo. Noutras ocasiões se passarão em revista.

Uma questão para toda a Internacional

Se insistimos em falar das posições políticas desenvolvidas pelo centro revisionista, é por elas terem a vantagem de apresentar com clareza — ainda que involuntária — os obstáculos com que a luta internacional da classe operária pela sua emancipação se confronta.

A adaptação às burguesias nacionais reflecte, na realidade, a aceitação da dominação imperialista. Não estamos perante uma espécie de “*desvio*” acantonado apenas aos países que se podem classificar como “*semi-coloniais*”. Estamos, bem pelo contrário, perante o abandono da unidade mundial da luta de classes, perante uma manifestação da renúncia, na prática, à luta pela revolução proletária. Assim no caso dos Estados imperialistas, assim também no dos países que permanecem sujeitos ao domínio imperialista. No caso dos países imperialistas, isto traduz-se na recusa de qualquer combate efectivo pelas liberdades democráticas.

Nos países capitalistas industrialmente atrasados, sujeitos directa ou indirectamente ao domínio imperialista, isso reveste a forma de oposição às reivindicações proletárias, relegadas para uma etapa ulterior, e de abandono de todo o critério de classe. Nos países capitalistas desenvolvidos, seria de ignorar a questão da luta pelas reivindicações democráticas a pretexto de que a democracia política neles é a forma em que se exerce a dominação da burguesia, o que equivale a rejeitar todo o ensinamento de Trotsky sobre a inserção de elementos de democracia proletária no quadro da democracia burguesa pela acção da classe operária, exigindo a defesa do património conquistado pela classe operária a luta contra todos os atentados às liberdades democráticas.

O que nos leva em linha recta ao elemento central da política das organizações ligadas ao centro revisionista na Europa, o abandono da luta contra a União Europeia. Isso reflecte-se no abandono da luta pela defesa das liberdades democráticas e pelo direito dos povos a dispor de si mesmos. O exemplo mais flagrante, hoje, desta política é a atitude do POSI (a organização ligada ao centro revisionista em Espanha), que se recusa a defender o direito do povo catalão a constituir a sua República, capitulando ante o governo Rajoy, que organiza a repressão contra o povo catalão e os seus direitos — e, por conseguinte, contra as liberdades democráticas e operárias em toda a Espanha — e não existe senão graças ao apoio que a direcção do PSOE lhe concede. Versam-se estas questões noutra local deste número d’*A Internacional*.

Se é necessário visitar a unidade mundial da luta de classes e, conseqüentemente, a actualidade da teoria da revolução permanente, é porque estas questões têm um carácter eminentemente prático, afectam os aspectos fundamentais da luta do proletariado pela sua emancipação, da relação entre as palavras de ordem democráticas (incluindo as reivindicações nacionais) e a luta pelo poder. É por isso que é útil evocar neste ponto um extracto do relatório feito pela camarada Lambert em dezembro

de 1995 ao Conselho Geral da IVª Internacional:

“Entre os factores que hão-de levar à queda do capital, o principal é o proletariado revolucionário. A realidade demonstra que nem o desmembramento da produção, nem as crises, nem a miséria crescente das massas podem, por si só, dar o golpe de misericórdia ao púido sistema social da propriedade privada. Só a luta revolucionária consciente da classe operária pode acabar com o imperialismo. Quem diz lutas revolucionárias diz lutas conscientes e quem diz lutas conscientes diz Internacional, partidos, secções da Internacional, cuja tarefa é ajudar as massas a realizarem a emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores”. ●

(1) Manifesto adoptado pela segunda conferência internacional do CORQI, reunida de 1 a 3 de novembro de 2017, e publicado no n° 8 d’A Internacional.

(2) Confira-se, no n° 8 d’A Internacional, o artigo consagrado à Catalunha.

(3) O que se encontra, em concentrado, no texto *O que é a Revolução Permanente*, escrito por Trotsky em 1929, que, começando por recordar que, “para os países burgueses com desenvolvimento atrasado e, em especial, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a verdadeira solução completa das suas tarefas democráticas e de libertação nacional só pode ser a ditadura do proletariado, que se põe à cabeça da nação oprimida e, sobretudo, das suas massas camponesas”, indica depois, à luz da experiência da revolução russa, que “a conquista do poder pelo proletariado não põe termo à revolução, apenas a inaugura (...). É nisso que consiste o carácter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que acabe de cumprir a sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e de parlamentarismo”. Elucida em seguida que “a revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e conclui-se na arena mundial. Assim, a revolução socialista torna-se permanente no sentido novo e mais amplo do term: ela só se conclui pelo triunfo definitivo da nova sociedade no nosso planeta (...) Este esquema de desenvolvimento da revolução mundial elimina a questão dos países “maduros” ou “não maduros” para o socialismo (...) Ao criar o mercado mundial, a divisão mundial do trabalho e as forças

produtivas mundiais, o capitalismo preparou a economia mundial no seu conjunto para a reconstrução socialista”.

(4) *“Considerada do foro da luta de classes, a questão da frente única, da frente única anti-imperialista e do governo operário e camponês relaciona-se estreitamente com a luta de classes e, enquanto tal, com o socialismo — ou seja, com o combate pela Comuna, pela República dos conselhos operários. Nos países dominados, os interesses dos grandes proprietários fundiários são entraves à constituição da nação.*

A satisfação da sede de terra do pequeno camponês (propriedade privada da sua courela) necessita da reivindicação de expropriação dos latifúndios, que encerra em si a expropriação dos grupos imperialistas que dominam a economia do país. As nações oprimidas só podem aceder ao mercado mundial por intermédio e sob controlo directo dos grupos imperialistas que dominam a economia. A questão agrária é uma questão nacional e, na era do capitalismo decadente, o cumprimento das tarefas democráticas só pode ter solução, como tarefa anti-imperialista, na revolução proletária, que realiza a aliança entre operários e camponeses. As burguesias compradoras, intimamente ligadas à grande propriedade fundiária, subordinadas ao capital financeiro, são incapazes de realizar as tarefas democráticas (...). O conteúdo e alcance da frente única anti-imperialista está exactamente no tecer um laço sólido entre tarefas nacionais e democráticas e tarefas da revolução proletária, no levar em conta que, na era do imperialismo, em todos os países, mesmo nos países atrasados, o acesso ao mercado mundial só se pode fazer através do capital financeiro.”

(5) O termo “pablismo” vem de Michel Pablo, que foi o principal animador da corrente política existente na cúpula da IVª Internacional e que, em 1951, decretou que ela havia de renunciar à luta pela construção de uma direcção revolucionária mundial e fundir-se no movimento estalinista, que se veria obrigado a realizar o socialismo à sua maneira.

(6) Confirmam-se nesta matéria, em especial, os números 1, 6 e 8 d’A Internacional.

(7) Na realidade, o “Socialist Party of Azania (SOPA)” já não tem existência independente há quase um ano: dissolveu-se num agrupamento chamado “Black Consciousness Movement”, que é, na prática, dirigido pelos dirigentes da AZAPO. Lembre-se que a AZAPO (com quem o SOPA rompera em 1998) leva, há mais de vinte anos, uma política de apoio ao governo do ANC. Em 2013, o seu único deputado ao Parlamento votou o orçamento... poucos meses após o massacre de Marikana. Mais uma vez: qual é a necessidade de mentir aos leitores das *Informations ouvrières*?

Novo Olhar para uma História do Magrebe

A Estrela Norte-Africana — ENA (1ª parte)

“Com a mentira nada se pode construir. Só a verdade é construtiva. Não deixem denegrir o que está bem, nem distorcer os factos. Se há uma coisa que um povo não pode deixar distorcer, é a sua história.”

Imache Amar, um dos principais dirigentes da Estrela Norte-Africana

Por E. Ayoub

Foi o impulso directo da Revolução de Outubro de 1917 — cujo centenário, subordinado ao tema da “*actualidade da revolução de Outubro de 1917*” (1), as organizações filiadas no Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) acabam de comemorar — que fez o movimento de libertação nacional dos países colonizados da África, Ásia e não só, passar a uma nova etapa, a etapa da ligação da sua luta pela independência nacional (a questão nacional), que a burguesia deixa de poder dirigir na era do imperialismo em putrefacção, à luta pelos direitos operários e sociais (a questão social) — assim certificando as teses avançadas por Leão Trotsky na *Revolução Permanente*.

EM 1920, POR OCASIÃO DO CONGRESSO DOS POVOS do Oriente, realizado em Baku, convocado pela Internacional Comunista de Lenine e Trotsky, 1.891 delegados, 1.273 dos quais comunistas, entre eles 55 mulheres, representaram 37 nacionalidades dos países do Oriente. O Congresso de Baku é organizado nem dezoito meses após a fundação da IIIª Internacional em substituição da IIª Internacional, “*a dos traidores que venderam a bandeira ao inimigo. Nós dizemos que no mundo não há só homens de raça branca, que não há só os europeus com que a IIª Internacional exclusivamente se preocupava. Além dos europeus, centenas de milhões de homens e mulheres doutras raças povoam a Ásia e a África.*”

Nós queremos acabar com o domínio do capital no mundo inteiro. Estamos convencidos de que só poderemos abolir a exploração do homem pelo homem se atarmos o incêndio revolucionário não só na Europa e na

América, mas no mundo inteiro, se nos seguir essa parcela da humanidade que povoa a Ásia e a África. A Internacional Comunista está convencida de que não será seguida só pelos proletários da Europa e que, formando como que uma imensa reserva de infantaria, as grandes massas camponesas da Ásia, do Próximo e do Extremo Oriente se porão em movimento seguindo-os.

Os representantes de centenas de milhões de camponeses do Levante e do Extremo Oriente, esclarecidos pela guerra (...), compreenderam que era chegado o tempo de agarrar o capital pela garganta e lhe fincar o joelho no peito. É preciso acabar de uma vez por todas com as vergonhas do capitalismo, e estamos convencidos de que essas dezenas e centenas de milhões de camponeses ainda analfabetos e desconhecedores do nosso programa, mas perfeitamente cientes de há séculos estarem a ser degolados em nome do capital, estamos, sim, convencidos de que essas dezenas e centenas de milhões de camponeses da Ásia responderão ao apelo da vanguarda organizada do proletariado da Europa Ocidental e da América.

A voz desta assembleia será atentamente escutada em Londres, Paris e Nova Iorque. Talvez os senhores imperialistas, com o hábito, estejam um tanto moucos; talvez nos queiram silenciar; mas o Oriente saberá elevar a sua voz com suficiente potência para que os diplomatas do imperialismo anglo-francês a ouçam, mesmo com as orelhas cheias de algodão. Eles compreendem que o Oriente deixará de ser um campo entregue à sua exploração e que acontecimentos decisivos estão iminentes. Eis-vos chegados ao momento em que milhões de operários e camponeses do Ocidente se vão unir às centenas de milhões do Oriente. Esse momento vai decidir o curso da história mundial. Que os povos do Oriente saibam que uma nova era começou, que entramos numa nova fase da história da humanidade, que o sol do comunismo tanto luz para os camponeses do mundo inteiro como para os proletários da Europa”. (2)

Lembre-se que o manifesto do IIº Congresso da Internacional Comunista continha, designadamente, o seguinte passo:

“O socialista que, directa ou indirectamente, defenda a situação privilegiada de algumas nações em detrimento de outras, que se conforme com a escravatura colonial, que admita diferenças de direitos entre homens de raça e cor diferentes; que ajude a burguesia da metrópole a manter o seu domínio sobre as colónias em vez de favorecer a insurreição armada dessas colónias; o socialista inglês que não apoie com todas as suas forças a insurreição da Irlanda, do Egipto e da Índia contra a plutocracia londrina, tal “socialista”, longe de poder aspirar ao mandato e à confiança do proletariado, merece senão balas, pelo menos o labéu do opróbrio.”

Num artigo da *Pravda* de 22 de julho de 1920, dedicado à preparação do IIº congresso mundial da IIIª Internacional, ao esclarecer as condições de admissão à organização internacional, Trotsky, que foi o redactor das teses da Internacional, faz, nomeadamente, a seguinte pergunta ao Partido Socialista Francês: “Dada a violência que o imperialismo francês exerce sobre povos fracos, particularmente sobre os povos coloniais atrasados da África e da Ásia, consideram ser do vosso dever travar uma luta implacável contra a burguesia francesa, o seu parlamento, o seu exército, no que diz respeito às questões da pilhagem do mundo? Comprometem-se a apoiar essa luta por todos os meios à vossa disposição, onde quer que ela surja, particularmente na forma de insurreição aberta dos povos coloniais oprimidos contra o imperialismo francês? Sim ou não?”

Troçando do deputado socialista Jean Longuet, que, no Parlamento, evocava a Tunísia, que “durante a guerra fez os mais nobres e pesados sacrifícios. Dos 55.000 combatentes que a Tunísia deu à França, 45.000 foram mortos ou feridos; são os números oficiais. Temos o direito de dizer que, pelo seu sacrifício, essa nação conquistou o direito a mais justiça e mais liberdade”, Trotsky escreve: “Pobres árabes tunisinos, arrojados pela burguesia francesa para o cadinho ardente da guerra, triste carne para canhão que, sem um alvoro de consciência, pereceu no campo de batalha do Somme ou do Mame — como os cavalos importados de Espanha ou os bois da América —, tal tarefa sórdida no imundo quadro da Grande Guerra é pintada por Jean Longuet como nobre e grande sacrifício que a outorga de umas poucas liberdades há-de recompensar. Depois de uma qualquer rabulice enfadonha sobre o internacionalismo e o direito das nacionalidades a disporem de si mesmas, aqui estamos a discutir o direito dos árabes tunisinos a uma liberdade inferior, a uma gorjeta que a Bolsa francesa, com a generosidade do empanurrado, cedendo às solicitações de um dos cabotinos parlamentares, haja de deitar aos seus escravos!” (3)

Assim, a oitava das famosas vinte e uma condições de filiação no Comintern (a IIIª Internacional) exige que os Partidos Comunistas “desmascarem sem piedade as proezas dos “seus” imperialistas nas colónias, apoiem, não em palavras, mas nos actos, todos os movimentos de emancipação nas colónias, exijam a expulsão dos imperialistas da metrópole das colónias, alimentem no coração dos trabalhadores do seu país sentimentos verdadeiramente fraternos para com a população laboriosa das colónias e das nacionalidades oprimidas e mantenham entre as tropas da metrópole uma agitação contínua contra toda a opressão dos povos coloniais” (4)

Entretanto, a resolução do IVº congresso da Internacional Comunista (novembro-dezembro de 1922), redigida por Leão Trotsky, condenava o “ponto de vista escravagista dos colonos comunistas na Argélia, pressionando o PCF a prestar muito maior atenção e atribuir muito mais forças e recursos à questão colonial do que até então fora o caso” (5).

Na véspera da fundação da Estrela Norte-Africana

Com a primeira guerra imperialista de 1914-1918, a burguesia francesa viu-se a braços com uma enorme procura tanto de soldados como de trabalhadores, para substituir os que eram enviados para as trincheiras. Era natural que se virasse para as colónias. Calcula-se que, entre 1914 e 1918, até 900.000 homens tenham sido arrastados para o conflito europeu, pelo menos 250.000 do Norte de África e milhares da Indochina (6).

Em 1924, havia algumas centenas de milhares de norte-africanos em França, bem como vários milhares de africanos e asiáticos. Havia igualmente um pequeno número de estudantes da África do Norte e da Indochina(7). Para o Partido Comunista Francês (PCF) nascente, a existência de uma população emigrante substancial era um desafio que podia ter várias respostas. Ao passo que, para alguns, no PCF, os emigrantes eram indubitavelmente vistos como um “problema”, para outros, eles faziam parte da solução e ofereciam uma oportunidade preciosa para a luta por uma política internacionalista, tanto entre os migrantes como na classe operária francesa.

Responsabilidade particular recaía na minoria do Partido (PCF), formada pela decisão do congresso de Tours do Partido Socialista (SFIO) de dezembro de 1920. Essa minoria compunha-se de internacionalistas consequentes — nomeadamente os que vinham da tradição do sindicalismo revolucionário, com as suas campanhas antimilitaristas, muito em particular o grupo em torno de *La Vie ouvrière*(8), que se opusera à guerra desde o primeiro dia e, em torno de Alfred Rosmer, desempenhara papel fundamental na organização do apoio francês à conferência de Zimmerwald(9)(10).

A resposta do PCF consistiu em criar, em julho de 1921, uma organização para os militantes originários das colónias que viviam em França — a União Intercolonial (UIC) —, a qual publicará, a partir de 1922, um jornal, *Le Paria*. *Le Paria* pôs em contacto um grupo pequeno, mas dedicado, de camaradas implicados na luta anti-imperialista. Compreendia Ho Chi Minh, mas igualmente Hadj Ali Abdelkader, que, com Messali Hadj, mais tarde fundaria *l'Étoile nord-africaine*, primeira organização nacionalista argelina. Para pôr em prática a orientação da Internacional Comunista, a exposta no IVº Congresso de novembro-dezembro de 1922, a União Intercolonial lança um apelo aos operários argelinos, reproduzido em *Le Paria*.

Apelo aos operários argelinos Operários argelinos, organizai-vos!

Os colonos da Argélia dão gritos de susto por causa da penúria de mão d’obra a preço vil. Esta clique de milionários enriquecidos pelo suor dos “albornozes” queixase do êxodo dos indígenas para a metrópole, e o governador Steeg, lacaio desta oligarquia, apresta-se a servir os Duraux, Maruti e Cia, dando aplicação a um decreto que proibiria os indígenas de irem trabalhar para França...

O colonialismo já não conhece limites. Encarna-se sobre as vítimas que despojou completamente; persegue com leis ignóbeis o desgraçado que se julgava fora do seu alcance e, recorrendo a infames processos inquisitoriais, obriga pela força a voltar para o lugar da tortura os escravos a quem quer extrair a última gota de sangue.

De entre esses *caids*, delegados financeiros ou outros burgueses argelinos, criados do imperialismo, nenhum protestará. Preferem abster-se, desfrutar da quietude que encontram na cobardia, tenham embora de mendigar algum rabo de fio como fruto da sua traição...

Apesar da traição da burguesia indígena, apesar de todas as maquinações do colonialismo, a classe operária francesa não tolerará tal crime. Camaradas argelinos, vós unir-vos-eis para romper este novo assalto do capitalismo... Nas fábricas de França, ficastes a saber que a vossa situação material em nada diferia da dos vossos irmãos franceses. Vistes que o proletário, seja de que raça for, caminhava dobrado ao peso da mesma exploração, reduzido à mesma miséria... É tempo de acordardes do vosso torpor, deixai de ser indiferentes aos ataques do patronato, de aceitar os seus golpes como se fossem uma fatalidade. Organizai-vos com os vossos camaradas operários franceses. Aderi em massa aos sindicatos para defender os vossos salários e reivindicar os vossos direitos...

Para impedir o colonialismo imundo de vos reduzir de novo à escravatura que vos espera em África, para melhorar as vossas condições de vida em França, para aumentar os vossos salários, para impedir que vos atirem para a fomalha de uma nova guerra ou expedição imperialista, operários argelinos, solidarizai-vos com os vossos irmãos franceses, aderi aos sindicatos, organizai-vos!

Le Paria, n° 21, dezembro de 1923

A emergência dos trabalhadores magrebinos e a ligação entre luta social e luta nacional

Os trabalhadores magrebinos responderam favoravelmente ao apelo da União Intercolonial. Assim, os militantes argelinos da CGTU foram ajudados pelo emir Khaled e entraram na acção pela sindicalização dos trabalhadores emigrantes magrebinos. Durante uma série de conferências organizadas pela União Intercolonial, o neto do emir Abdelkader encorajou os trabalhadores argelinos a sindicalizarem-se. No seu discurso, proferido no comício de 19 de julho de 1924, Abdelkader Haj Ali convidou os trabalhadores argelinos a aderirem aos sindicatos. Sucedendo-lhe na tribuna, o emir Khaled fez ao mesmo, pedindo aos seus compatriotas que entrassem nos sindicatos.

Estes comícios estabeleciam um laço entre as lutas de libertação nacional dos povos colonizados e a acção dos trabalhadores emigrantes em França. Em apoio à resistência das tropas de Abdelkrim el Khattabi, organizou-se, em 27 de setembro de 1924, em Paris, um comício em que os trabalhadores coloniais e os trabalhadores franceses celebraram o esmagamento dos imperialistas espanhóis em Marrocos.

Durante uma reunião-congresso realizada em 7 de dezembro de 1924, 150 delegados que representavam vários milhares de trabalhadores magrebinos em França, nomeadamente da região parisiense, discutiram matérias económicas e sindicais, mas também problemas directamente políticos, como a luta contra o Código do Indígena-

to, a ausência de liberdades públicas e a repressão colonial. Nesse terreno, segundo Henri Lozeray, membro da comissão colonial central, o congresso havia de permitir “*fazer uma grande agitação entre os numerosos indígenas da região parisiense, que respondem em cada vez maior número às nossas reuniões, onde aclamam os oradores*” (11).

Politicamente, este congresso era testemunho da emergência pública e, por conseguinte, política, da figura do emigrante magrebino enquanto actor das lutas sociais em França. Nesse sentido, assinalava uma evolução importante: era o primeiro congresso de trabalhadores magrebinos a despontar, enquanto tal, no palco político do Hexágono.

Durante este primeiro congresso, os 150 delegados adoptaram as “*Teses sobre o Indigenato*”, em que expunham as suas reivindicações. Estas extravasavam do simples quadro de reivindicações sindicais clássicas, adquirindo um matiz nitidamente político. Pela repressão que desferia, o sistema colonial transformava toda a reivindicação social em contestação política, como haviam compreendido os delegados magrebinos da CGTU.

As “*Teses sobre o Indigenato*” denunciavam o jugo sob o qual a população argelina vivia: “*Se, até hoje, não foi possível estabelecer a organização política e económica das massas norte-africanas, foi por ela se defrontar com uma nebulosa de leis de excepção, cujos textos, mais ou menos precisos, denotam todo o arbítrio usado pelo imperialismo para impedir a emancipação dos indígenas das colónias.*”

Contudo, face à mobilização dos argelinos, na emigração e na Argélia, o Congresso explicava o medo dos colonialistas: “*O susto do imperialismo francês é tal, que ele tem multiplicado os esforços para desfazer este movimento por intermédio de outras medidas de repressão, ou para canalizá-lo, servindo-se da burguesia indígena.*”

O Comité dos Operários Norte-Africanos (CONA), Prelúdio da Estrela Norte-Africana

A consciência nacional desperta, os trabalhadores magrebinos em França sentem-se afectados pelas questões e problemas políticos que abalam o seu país de origem e começam a mobilizar-se e organizar-se.

As vitórias militares da resistência do Rife contra o colonialismo espanhol na parte “*espanhola*” de Marrocos têm parte não despreciada no despertar da consciência nacional entre as fileiras dos emigrantes magrebinos em França. Assim nasce, em 7 de dezembro de 1924, em Paris (ver mais acima) a primeira organização socio-política, denominada CONA: Comité dos Operários Norte-Africanos, citada pelo historiador Amar Uerdane.

Nos seus primórdios, esta organização tinha-se preocupado mais com os problemas sociais dos operários norte-africanos. A primeira moção votado pelo CONA foi de apoio político à luta armada contra o colonialismo travada por Abdelkrim el Khattabi na parte espanhola de Marrocos. Dois anos mais tarde, em junho de 1926, o CONA transforma-se em partido político, a Estrela Norte-Africana (ENA). Voltaremos ao assunto.

O imperialismo francês socorre o exército espanhol

Em 1925, após uma série de derrotas militares e humilhações infligidas pela resistência rifeña a Marrocos

“espanhol”, nomeadamente a batalha de 21 de julho de 1921 (batalha de Annual) e a de Xexuão em dezembro de 1924, o exército espanhol recuou definitivamente para fora da região, reagrupando-se na retaguarda em Melilha e Ceuta (os dois enclaves que ainda hoje se mantêm sob controlo espanhol). Sentindo-se ameaçado sobretudo pelos poucos conflitos armados na fronteira entre a região colonizada pelos espanhóis e a colonizada pelos franceses (regiões de Fez e de Taza), o exército francês irá em socorro do exército espanhol, mobilizando meios consideráveis, barcos de guerra e aviões, e procedendo a bombardeamentos com recurso a gases tóxicos... Lembre-se que nas vésperas da entrada oficial da França na guerra do Rife, o Cartel das Esquerdas, de tendência colonialista, sobe ao poder em Paris. Gaston Doumergue (1924-1931), um radical-socialista, torna-se presidente da IIIª República, sendo o matemático e aviador Paul Painlevé ministro da Guerra. Este último assina um acordo com o ditador Primo de Rivera, apoiado pelo partido africanista, em 17 de junho de 1925, em Madrid, e o marechal Pétain é então designado, a 13 de julho, para comandar a guerra hispano-franco-rifenha. Além de numerosos batalhões espanhóis, o marechal dispõe de um regimento de mais de 100 batalhões, sem contar as tropas auxiliares, os harkas do Makhzen, mais de 350.000 homens. Esta agressão encontrou-se face a combatentes rifenhos determinados a lutar até à morte contra a selvagem horda hispano-francesa.

Na noite de 6 para 7 de setembro de 1925, começa o desembarque franco-espanhol, na costa de Al Hoceima (costa de Cebadilla, Al Hoceima), de 16.200 soldados embarcados: acostam 93 navios espanhóis e 8 navios de guerra franceses. Este desdobramento militar foi acompanhado por um bombardeamento intensivo da região por cerca de 88 aviões e 12 hidroaviões, vários deles pilotados por americanos sob o nome de “esquadrilha xerifina”. Esta agressão não demoveu o palácio em Rabat. Segundo o capitão Charles Willoughby, oficial de informações do exército americano, no decurso do verão de 1925, o governo francês utilizou pilotos americanos a fim de amenizar as carências da força aérea francesa. No entanto, enquanto os pilotos americanos demonstravam a sua eficácia em Marrocos, o movimento operário americano opunha-se heroicamente à participação destes pilotos.

Foi a partir de abril de 1925 que a França se envolveu oficialmente na guerra do Rife, que os espanhóis haviam iniciado em 1900 sem conseguirem levar a melhor. Em 1909-1910, haviam já sofrido uma série de derrotas humilhantes, cujas ondas de choque se tinham repercutido pelo continente após a grande derrota de 21 de julho de 1921 em Annual e a de dezembro de 1924, o desastre de Xexuão. Esta guerra colonial de extrema violência assinala, contudo, uma etapa decisiva na história do anticolonialismo, na história da França colonial e na de Espanha e de Marrocos. O emir Abdelkrim Al Khattabi declarou-se pupilo do emir Abdelkader: tinha no seu exército dezenas de argelinos descendentes de resistentes do emir Abdelkader, que haviam recusado a incorporação compulsiva nas fileiras do exército francês durante a guerra de 14-18. O objectivo destes era libertar o território do Rife e voltar à Argélia para expulsar o colonialismo francês.

A história enveredou por caminhos diferentes. O palácio de Rabat, sempre conivente com os colonialistas france-

ses, chegou a impedir os marroquinos voluntários de alcançarem o Rife. Os colonialistas, que os combatentes rifenhos tinham posto em xeque, não hesitaram em utilizar armas químicas para aniquilar a resistência e a população rifenhas. Os espanhóis e os franceses, sob o comando do sinistro general Lyautey, utilizam gases de combate. Foram estas armas químicas que venceram os combatentes rifenhos. Os testemunhos das vítimas ficaram gravados até aos nossos dias: *“Caía uma coisa que parecia enxofre. As pessoas ficavam cegas. A pele enegrecia e caía. O gado inchava e depois morria. As plantas secavam de repente. Durante semanas, não se podia beber a água dos ribeiros. Diziam-me que a água estava envenenada.”* Mohammed Faraji, de noventa e um anos, era adolescente quando, nos anos vinte, o exército espanhol conquistou o Rife, mas ainda se lembra claramente do rahj (veneno) que os aviões inimigos deitavam sobre as aldeias do Norte de Marrocos. Outro testemunho, de um alto oficial colonialista: *“Sempre fui refractário à utilização de gases asfíxiantes contra os indígenas, mas, depois do que eles fizeram na batalha de Annual, vou usá-los com autêntico deleite”*, escrevia em telegrama o general Dámaso Berenguer, alto comissário espanhol em Tetuão, em 12 de agosto de 1921. Estes gases tóxicos e armas químicas foram empregados contra combatentes de um homem, contra o qual a França e a Espanha mobilizaram mais de um milhão de homens sob a direcção do marechal Pétain.

Carta de Abdelkrim Al Khattabi aos povos argelino e tunisino

(Axdir, agosto de 1925)

Da parte do príncipe Abdelkrim Al Khattabi ao povo argelino e tunisino, em nome do povo rifenho que luta pela sua liberdade (...), saúdo os dois nobres povos argelino e tunisino. O povo rifenho tem sofrido, na sua santa luta, os sofrimentos da guerra, sem por isso recuar ou enfraquecer as suas forças... Destruí o Estado colonialista espanhol e expulsou-o humilhado do seu país, mas quando os nossos soldados vitoriosos, depois de esmagar os exércitos deste Estado colonialista, começaram a viver em segurança e os camponeses a cultivar as suas terras, a França lançou uma guerra contra nós, com vista a apoderar-se das nossas terras e apoiar o seu vizinho humilhado...

A França e a Espanha concertam-se hoje contra nós como sucedeu com a aliança da Inglaterra, Itália, França e Grécia contra os nossos irmãos turcos, ocupando a astana (capital - NdT) e Esmirna no intuito de destruir o seu Estado islâmico, até que Mustafa Kemal conseguiu unir essas regiões e guiá-las contra os seus inimigos, destruindo-os e instaurando a independência e a santa liberdade. Sabei que, se eles não retirarem do nosso país, os combateremos até ao extermínio e, como fizemos com o Estado espanhol, faremos com os franceses... A vontade do nosso povo não se pode inclinar, pois ele decidiu combater até ao fim, tanto mais que detemos um arsenal militar que nos chega para guerrear durante trinta anos.

Não guerreemos por amarmos a guerra, ou por gostarmos de matar, não, confirmam-no as condições modestíssimas que pusemos para a paz, sendo o ponto principal o reconhecimento da nossa independência: se aqueles dois Estados a aceitarem, é o que pretendemos, mas, se a recusarem, serão eles os responsáveis pela matança.

Os pretensos desejos, repetidos pelos dois Estados, de encontrar um acordo pacífico não passam de manobra política para enganar os seus dois povos, que têm sofrido por causa da guerra... E se são sérios quanto ao que pretendem, porque vemos então chegarem exércitos sem fim aos nossos territórios? Quem quer a paz não deita bombas tóxicas de aviões para cima dos socos, dia e noite, assassinando mulheres e crianças nos seus lares. Quem quer a paz não queima as colheitas nem mata vacas e carneiros, pensando que a fome nos encurralará e fará ceder...

Irmãos muçulmanos argelinos e tunisinos, o que para nós é tão difícil é ver os vossos filhos a combater-nos nas fileiras dos exércitos daqueles Estados, o que é árduo é enfrentar irmãos nossos nas frentes de batalha...

Sabei que 80% dos soldados que nos defrontam são filhos vossos: não reclama o dever que os vossos filhos virem as suas armas contra o nosso inimigo comum?

É certo que vários dos vossos filhos se têm evadido das frentes francesas e vindo combater nas nossas fileiras e eles batem-se sempre como autênticos leões. Em nome do povo rifeño, sinto-me orgulhoso da coragem destes bravos soldados. Que os seus nomes fiquem por muito tempo na história como exemplo de coragem. O seu papel não se pode negar, e é dever de todos os muçulmanos unirem-se a nós: a nossa derrota seria também a sua derrota. Formemos, pois, uma frente comum para combater na unidade para conseguirmos a nossa liberdade e a nossa independência.

A França que hoje faz apelo aos vossos filhos e os põe a lutar contra nós, se o conseguir, o que não desejamos, irá fazer o mesmo amanhã e acorrentar os nossos filhos para lutar contra vós no dia em que decidirdes lutar pela vossa independência. Deixemo-nos de divisões, deixemos de nos matar uns aos outros...

Muçulmanos argelinos e tunisinos, soou a hora da revolta de todos os povos muçulmanos para nos libertarmos das cadeias do escravagismo e pela nossa liberdade. Os povos da Tripolitânia, do Egipto, da Palestina, da Síria e do Iraque levantaram-se para expulsar os colonialistas e salvar os seus países. Não é hora de aproveitardes a ocasião e vos sublevardes pela libertação dos nossos povos? A França saiu enfraquecida da guerra de 14-18. Se nos unirmos contra ela, o destino que a espera será a derrota. A sua união com a Espanha ou outro país não a pode salvar. Os povos estão contra ela nesta guerra, os soldados que vieram combater-nos não são senão filhos de operários e de camponeses, que lutam eles próprios contra o seu Estado capitalista e o ameaçam com a revolução se ele não parar a guerra contra nós.

E, do mesmo modo que nós combatemos aqui no Extremo Ocidente pela nossa independência, o povo chinês (mais de 400 milhões de pessoas) sublevou-se no Extremo Oriente para se libertar. Formemos, nós e os povos do Oriente, uma frente comum para expulsar os nossos inimigos de vez. O irmãos argelinos e tunisinos, é tempo de nos desembaraçarmos do jugo colonialista francês, de nos unirmos para combater pela nossa independência e deixar-nos de nos matarmos uns aos outros para proveito dos nossos inimigos. Que os nossos filhos virem as suas armas contra o inimigo para constituir uma frente unida capaz de derrotá-lo e preparar o terreno para uma grande república que una todos os países da África do Norte...

(Texto encontrado em Bugia, Argélia, em dezembro de 1925, Arquivos de Aix-en-Provence, dossier nº 9, traduzido do árabe)

A guerra do Rife, a solidariedade magrebinha e a reacção da administração colonial na Argélia

A luta de Abdelkrim teve grande repercussão em todo o Magrebe. Em 1925, ele endereçou um último apelo aos povos argelino e tunisino. O emir apelou a todos os patriotas para que rompessem os laços da escravatura, expulsassem os opressores e libertassem o seu território. Abdelkrim prestou homenagem à obra de Mustafa Kemal e à revolução chinesa, apelou aos muçulmanos e aos povos do Oriente para se unirem face aos colonialistas e aos opressores (*veja-se o apelo acima transcrito*). Os relatórios seguintes dos administradores franceses mostram o impacto da guerra do Rife na opinião pública argelina.

Relatórios da administração francesa

Em Jijel, escreve o comissário do povo, “*os indígenas seguem com muita atenção a questão de Marrocos*”. Comentam os mínimos sucessos rifeños e tem-se a nitidíssima impressão, mau grado as exclamações de lealdade, de que as suas simpatias não estão com a França. Todavia, as idas e vindas a Marrocos dos nossos grandes “*chefes militares não deixam de os fazer reflectir*”.

Em Saida, “*o atraso nas operações*” decisivas contra Abdelkrim e as ofertas de paz feitas “*a este último causaram um certo mal-estar. O nosso prestígio sofre com isso nos meios indígenas, onde, por várias vezes, têm corrido os boatos menos fundamentados: tomada de Fez e de Taza, derrota das nossas tropas, etc.*” No entanto, nenhum incidente se produziu, e a calma “*continua a ser absoluta*”...

Analisando o estado de espírito dos seus administrandos, o administrador de Beni-Mansur profere as seguintes observações: “*Não resta nenhuma dúvida de que as derrotas que sofremos no início, amplificadas pela imaginação popular, despertaram, entre alguns dos nossos súbditos muçulmanos, a esperança de uma resistência do Islão. Essa esperança é afagada com prudência, e a maioria nem ousa preferi-la, pois a desconfiança é rainha num país em que a traição é moeda corrente. Seria, porém, vão alimentar ilusões quanto aos verdadeiros sentimentos das populações rurais. Elas permanecem traiçoeiramente hostis para conosco, e a sua lealdade, ou melhor, a sua resignação, faz-se de uma mistura de fatalismo e de ciência da nossa força.*”

Relatórios de 1 de outubro de 1925,

in Arquivos de Aix-en-Provence, caixa 11 H 47

Fundação da ENA

Foi em junho de 1926 que o Comité dos Operários Norte-Africanos (CONA) se transformou efectivamente em partido político: a Estrela Norte-Africana (ENA).

Excertos dos estatutos da ENA adoptados pela assembleia geral de domingo, 20 de junho de 1926

Artigo 1º: Funda-se, em Paris, uma agremiação intitulada ESTRELA NORTE-AFRICANA, associação dos muçulmanos argelinos, tunisinos e marroquinos, como secção da União Intercolonial.

Artigo 3º: A associação propõe-se o objectivo de defender os interesses materiais, morais e sociais dos muçulmanos da África do Norte, bem como a educação social e política de todos os seus membros.

Artigo 5º: Ela definirá um caderno de reivindicações imediatas, comuns à Argélia, à Tunísia e a Marrocos, cuja realização prosseguirá por todos os meios ao seu dispor.

Para tal efeito, utilizará a imprensa, reuniões públicas, cartazes, acção parlamentar, petições aos poderes públicos ou quaisquer outras formas de acção no fito de obter a emancipação total dos muçulmanos norte-africanos.

Artigo 6º: A Estrela Norte-Africana não se reivindica de nenhum partido político. Não obstante, apoiará e manifestará o seu reconhecimento a todos os partidos e homens políticos que, na sua acção pública, apoiarem o seu programa de reivindicações e ajudarem à consecução do fim que prossegue.

A Liga Anti-Imperialista e contra a Opressão Colonial organizou um congresso anticolonial em Bruxelas entre os dias 10 e 15 de fevereiro de 1927. A direcção da ENA aproveitou a ocasião para assistir ao congresso, e Messali proferiu um discurso histórico (veja-se mais abaixo).

A Estrela, que compreende então cerca de 4.000 militantes, sobretudo trabalhadores argelinos sindicalizados na CGTU, difunde o *lkdam* na Argélia. Nessa data, a revista colonial *L'Afrique française* considera a Estrela uma organização comunista que manipula o Islão.

A estalinização da IIIª Internacional e o seu impacto na luta de libertação nacional

Em oposição às posições de Lenine, as posições expostas no congresso de Baku, Staline e a direcção da IIIª Internacional — enquanto os seus principais dirigentes, Trotsky, Zinoviev e Kamenev, tinham sido postos de lado e removidos do buró político do partido em finais de 1926 — mandavam o jovem Partido Comunista Chinês seguir o partido burguês de Chang Kaichek, o Kuomintang, política que terá como consequência o massacre de dezenas de milhares de operários chineses.

Staline, que não tinha nenhuma vontade de ver triunfar uma revolução proletária fora da União Soviética e se apoiava na falaciosa “teoria” do “socialismo num só país”, irá opor-se ao discurso proferido por Messali Hadj no congresso anti-imperialista de Bruxelas (veja-se abaixo). A direcção do PCF suprime, conseqüentemente, o lugar de permanente de Messali e o posto de secretário geral da Estrela, até que a Internacional estalinizada mandará a direcção do PCF não deixar a ENA desenvolver-se como partido político independente.

Discurso de Messali Hadj no congresso de Bruxelas (Congresso Anticolonial), 10 a 15 de fevereiro de 1927:

“O imperialismo francês instalou-se na Argélia pela força armada, pela ameaça, pelas promessas hipócritas, apoderou-se das riquezas naturais e da terra, expropriando dezenas de milhar de famílias que viviam na sua terra e do produto do seu trabalho.

As terras expropriadas foram cedidas aos colonos europeus, a indígenas agentes do imperialismo e a sociedades capitalistas. Os expropriados foram obrigados a vender os seus braços aos novos proprietários do solo, se queiram continuar vivos. De populações que viviam num estado de prosperidade que hoje não têm, o imperialismo fez famélicos, escravos, e esta expropriação fez-se, como em toda a parte, sob o signo da civilização.

É em nome desta pretensa civilização que se espezinham todas as tradições, todos os costumes, todas as

aspirações das populações indígenas. Muito longe de trazer ao país a ajuda que ele poderia ter usado para se desenvolver, o imperialismo francês juntou à expropriação e à exploração a dominação política mais reaccionária, privando os indígenas de toda a liberdade de condição, de organização, de direitos políticos e legislativos, ou só concedendo tais direitos a uma minoria de indígenas corrompidos.

(...) Para coroar a sua obra, o imperialismo arregimentou os indígenas para o seu exército, com vista a prosseguir a colonização, servir nas guerras imperialistas e reprimir os movimentos revolucionários nas colónias e na metrópole.

É contra esta política colonial, contra esta opressão que as populações laboriosas da África do Norte têm levado e levam a cabo uma acção permanente e por todos os meios ao seu dispor par conseguir o objectivo que encerra as aspirações da hora presente: a independência nacional.

Cem anos de colonização:

Desde 1830 que a expropriação e opressão sistemáticas e brutais têm conduzido a população argelina não para a via do progresso, mas para a da escravatura. Hoje, dois milhões e oitocentos mil hectares das melhores terras, quer à superfície quer no sub-solo, são propriedade dos europeus capitalistas. Famílias indígenas expropriadas tiveram de vender os seus braços aos novos proprietários do solo ou emigrar para centros urbanos.

(...) Este estado de coisas foi codificado naquilo que se chama o Código do Indigenato, que faz dos indígenas súbditos privados de todos os direitos políticos e sujeitos a leis de excepção (tribunais repressivos, júzos criminais, alta vigilância, responsabilidade colectiva, multas, castigos corporais).

O direito de ser cidadão fica reservado a uma pequena minoria de indígenas “assimilados” pelo imperialismo francês. Só os europeus e os privilegiados indígenas podem eleger representantes às assembleias. 540.000 europeus e algumas dezenas de milhar de indígenas elegem, portanto, os seus representantes, e três milhões, ou seja, a maioria da população, não têm nenhum direito. Têm, em contrapartida, de pagar impostos e prestar serviço militar.

No domínio cultural, a colonização faz também a sua obra: 516 escolas, com 35.000 alunos indígenas, ministrando ensino em língua francesa, hão-de bastar para uma população de 5 milhões de indígenas. Em contrapartida, para 800.000 europeus, há 1.200 escolas. As escolas livres em língua árabe foram sempre proibidas. O acesso dos indígenas ao ensino superior é praticamente impossível... A população da Argélia explorada e oprimida está em luta permanente contra o imperialismo francês para se libertar do seu jugo e conquistar a independência.

As reivindicações dos argelinos:

A Estrela Norte-Africana, que representa os interesses das populações laboriosas da África do Norte, reclama para os argelinos a aplicação das seguintes reivindicações, pedindo ao congresso que as faça suas:

- Retirada das tropas francesas de ocupação.
- Constituição de um exército nacional.
- Confiscação das grandes propriedades agrícolas de que os feudais agentes do imperialismo, os colonos e as sociedades capitalistas privadas se apoderaram, e entrega da terra confiscada aos camponeses que dela foram

privados. Retorno ao Estado argelino das terras e florestas apropriadas pelo Estado francês.

Estas reivindicações essenciais por que lutamos não excluem a acção enérgica imediata para arrancar ao imperialismo francês:

— *A abolição imediata do Código do Indigenato e das medidas de excepção.*

— *Amnistia para todos os presos, pessoas sujeitas a vigilância especial ou exilados por infracção ao indigenato.*

— *Liberdade de imprensa, de associação, de reunião; direitos políticos e sindicais iguais aos dos franceses que vivem na Argélia.*

— *Substituição das delegações financeiras eleitas por sufrágio restrito por um Parlamento argelino eleito por sufrágio universal.*

— *Assembleias municipais eleitas por sufrágio universal.*

— *Acesso ao ensino a todos os níveis; criação de escolas em língua árabe...*

Estrela Norte-Africana.

Publicado por La Lutte Sociale, 11 de março de 1927.

Um apelo da Estrela Norte-Africana (1927)

Respeitai os nossos magros direitos

Os direitos políticos já de si mínimos dos indígenas argelinos acabam de sofrer nova restrição. Um decreto do Conselho de Estado declara os indígenas não naturalizados franceses não elegíveis para as funções de presidente de câmara e de adjunto.

Intérprete da maioria dos indígenas argelinos, a Estrela Norte-Africana eleva um vigoroso protesto contra esta decisão, que revê a lei de 4 de fevereiro de 1919 relativa aos direitos políticos dos argelinos não naturalizados.

Estamos, efectivamente, perante uma revisão da lei de 4 de fevereiro de 1919, cujo artigo 12º reza: “*Os indígenas muçulmanos argelinos que não tenham reclamado a qualidade de cidadão francês são representados em todas as assembleias deliberativas da Argélia... por membros eleitos, que exercem ao mesmo título e com os mesmos direitos que os membros franceses.*” Que é feito desta igualdade de direitos disposta na lei se se recusa aos conselheiros municipais indígenas não naturalizados o direito de serem presidentes de câmara ou adjuntos, como os conselheiros franceses?

A lei reconhecia, portanto, os indígenas não naturalizados como presidentes de câmara ou adjuntos. Tanto foi reconhecido por diversas municipalidades da Argélia (Argel, Constantina, Bugia, Blida), que reservaram um posto de adjunto para os indígenas.

O decreto do Conselho de Estado retira, pois, em 1927, aos indígenas argelinos uma parte dos direitos que lhes haviam sido reconhecidos em 1919, logo a seguir à Grande Guerra, e que, no que diz respeito à eleição dos adjuntos, foram aplicados em maio de 1925, no momento da guerra de Marrocos.

Satisfazem-se, assim, os grandes colonos rapaces e os colonialistas; a imprensa não esconde a sua alegria. Com o atrevimento do bom sucesso e do silêncio dos pretensos defensores do povo argelino, eles acham por bem, apoia-

dos pelo Governo Geral, recuperar uma a uma as concessões que a seguir à guerra tiveram de fazer aos argelinos, dezenas de milhar dos quais morreram em nome das ideias de liberdade e do princípio do direito dos povos a disporem de si mesmos.

A cada dia que passa, os opressores da Argélia rasgam o véu que impedia os indígenas de ver o caminho que haviam de tomar. Em 1914-1915, para nos arrastar para a guerra, prometeram-nos melhorar a nossa sorte, e as promessas resumiram-se a esmolas. Quando a guerra de Marrocos fazia perigar o seu domínio, deitaram lastro, elegendo alguns indígenas para adjuntos de presidente de câmara e vice-presidentes de conselhos gerais. Passado o perigo imediato, recuperam o que tinham dado.

A Estrela Norte-Africana dirige-se ao povo francês, pedindo-lhe que não assista com indiferença às ameaças que os grandes colonos e o governo seu aliado fazem pesar sobre o povo argelino. A restrição dos direitos políticos dos indígenas, a sua opressão agravada reforçam o poder do governo e das sociedades financeiras responsáveis pela miséria do povo francês e pela do povo argelino. É, pois, do interesse de ambos os povos apoiar-se um ao outro na luta que travam contra os mesmos inimigos.

A Estrela Norte-Africana empreende uma acção enérgica para que os argelinos tenham o direito de falar, escrever, reunir-se livremente e viver honrosamente do seu trabalho. Ela não duvida de que o povo francês, cujas tradições são liberais, está com ela pela:

Abolição do Código do Indigenato, que mantém os argelinos em regime de escravatura, punindo-os por actos considerados ou não como delitos conforme se trate de um argelino ou de um francês.

Direito de os argelinos escreverem, falarem e organizarem-se livremente no seu país.

Igualdade de direitos políticos entre argelinos e franceses que vivem na Argélia...

Citado por La Lutte sociale, 22 de abril de 1927

(1) Confira-se nomeadamente a jornada de estudo realizada em Paris no dia 4 de novembro de 2017 sobre “a actualidade de outubro de 1917”.

(2) Declaração de Grigori Zinoviev ao Congresso dos Povos do Oriente. Fac-simile publicado por François Maspéro em 1971.

(3) Leão Trotsky, *O Movimento Comunista em França* (1919-1939), ed. francesa *Les éditions de Minuit*.

(4) J. Degras, *The Communist International* (London, 1971), I 170.

(5) Leão Trotsky, *Os Cinco Primeiros Anos da Internacional Comunista*.

(6) C. Liauzu, *Aux Origines des tiers-mondismes* (Paris, 1982.), p. 100.

(7) C. Liauzu, *op. cit.* (Paris, 1982.), p. 101 e 141.

(8) Órgão da CGT fundado em 1909.

(9) Leão Trotsky, *Os Cinco Primeiros Anos da Internacional Comunista*.

(10) Veja-se Alfred Rosmer, “A Little Island, *La Vie ouvrière*”, *Revolutionary History* 7 / 4 (2000), pp. 40-46.

(11) Nem *La Vie ouvrière* estava livre de preconceito imperialista. Em 13 de fevereiro de 1920, o jornal publicou um artigo de Raymond Lefebvre que apontava os perigos da utilização de tropas africanas contra a classe operária francesa. Duas semanas mais tarde, o jornal incluía uma resposta, assinada por uns vinte camaradas senegaleses, declarando que não disparariam sobre os seus irmãos brancos. (*La Vie ouvrière*, 13 a 27 de fevereiro de 1920).

● ANÁLISE

Alemanha

“Schulz Foi-se, Que Se Vá Também o Bloco Central!”

Em luta pela frente única e pela ruptura com a burguesia

Schulz foi-se! É mais que tempo que o acordo de coligação e o bloco central lhe sigam as pisadas! Por um governo operário que satisfaça as reivindicações urgentes dos trabalhadores, da juventude, das mulheres e dos reformados!

Os militantes da *Internationale Arbeiterkorrespondenz* (IAK, membro do CORQI) abrem a discussão com os membros do SPD e os sindicalistas que, após o desastre histórico das eleições para o *Bundestag*, declararam: “É necessário à população trabalhadora e à juventude acabar com a política da Agenda (política anti-operária lançada em 2005 por Schröder, chanceler do SPD - NdT)! Por uma política favorável aos trabalhadores e à juventude! Não ao bloco central!”

18 de fevereiro de 2018

Caros camaradas,

Permitam-nos chamar-vos camaradas, ainda que sejamos membros de organização diferentes do movimento operário. Dirigimo-nos àqueles que se mobilizam contra a entrada do SPD no bloco central. Apresentamo-vos para discussão as nossas reflexões sobre as modalidades para continuar esta luta — em função, para começar, do referendo aos membros do SPD.

Alguns de nós temo-nos mobilizado ao vosso lado, como camaradas de trabalho não filiados no SPD. Por “nós”, entendemos nós, membros e simpatizantes do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional na Alemanha, onde editamos “*Die Internationale-Arbeiterkorrespondenz*”.

Dentro de poucos dias, sereis chamados a participar no referendo interno por correspondência do SPD. Muitos de vocês têm entre mãos o primeiro número do ano do “*Vorwärts*” (jornal do SPD - NdT).

São 96 páginas, 80 das quais reproduzem o acordo de coligação, que vos é “convictamente recomendado” pelos 37 membros da “equipa negociadora”. Este acordo de coligação documenta a crise dos partidos da burguesia, incapazes de formar governo; documenta a crise da União Euro-

peia, à qual — em conjunto com Macron — as duas mais fortes potências imperialistas do continente pretendem imprimir um “novo fôlego”; e documenta a crise do SPD. Basta Schulz ter sido o 7º presidente a ter de abandonar a presidência do SPD em doze anos e meio do consulado da chanceler Merkel para revelar a profundidade e globalidade desta crise do SPD. A esse respeito, nem uma palavra no “*Vorwärts*”, o “jornal da social-democracia alemã”! Este aparelho é incapaz de dedicar um artigo ao presidente demitido. Em vez disso, uma entrevista com a “reinventora” do SPD, Nahles.

Permitam-nos um breve olhar retrospectivo:

Desde 24 de setembro de 2017 que temos sido testemunhas do agravamento da crise, que se desenrola à vista de todos: nada de governo! Isto, depois de a linha da direcção do SPD ter atirado o partido para o pior resultado histórico em eleições para o *Bundestag* no pós-guerra.

Continuamos com um “governo de gestão dos assuntos correntes”. Embora os ministros do 3º bloco central, derrotado nas eleições, tenham limitações à sua liberdade de acção, e o *Bundestag* tivesse desde logo formado a sua “comissão geral”, puderam-se garantir as missões de guerra da *Bundeswehr* (o exército alemão - NdT) — conforme imediatamente prometera Andrea Nahles, na sua qualidade de chefe recém-eleita do grupo parlamentar do SPD — em 15 de novembro, com uma base parlamentar alargada, graças a sete moções pela continuação das missões no estrangeiro: Mali, Síria, Iraque, Afeganistão, Mediterrâneo, Dafur e Sudão do Sul. No entanto, a união nacional cristalizada na comissão geral do parlamento não chega. O “governo de gestão” tem as mesmas competências, em princípio sem limitação de tempo, de um governo “ordinário”, mas as competências orçamentais pertencem ao *Bundestag*.

No âmbito da gestão orçamental corrente, a liberdade de acção do governo é limitada. Uma das características importantes da crise é, pois, que o governo não pode, por exemplo, decidir sem mais do aumento massivo — duplicação, no mínimo — do orçamento da guerra a que foi intimado pelo imperialismo americano, pela NATO, pela União Europeia e por Macron. Contudo, a principal característica desta crise é a actual incapacidade da direcção do SPD para impor a sua vontade contra a da população trabalhadora e da juventude e contra a vontade da maioria dos militantes do SPD e dos sindicatos. É isso que explica que

a linha de Schulz de entrar em negociações com a CDU/CSU com vista a uma nova coligação tenha sido aprovada por uma unha negra pelo congresso federal extraordinário do SPD, em 21 de janeiro de 2018. O resultado está à vista. Agora, pede-se aos cerca de 464.000 militantes do SPD que se pronunciem, em referendo interno, sobre o acordo de coligação.

Podemos e devemos fazer um primeiro balanço desta crise. Balanço provisório, já que o resultado do referendo ainda está para vir. Propomos, pois, abrir a discussão acerca de como se não-de manter unidos e continuar a intervir juntos todos aqueles que — independentemente da decisão das cúpulas do partido — desejam lutar contra a continuação da política da Agenda, contra toda e qualquer tolerância de um governo dirigido pela CDU e por uma política pautada pelos interesses dos trabalhadores e da juventude.

Nisto, não se pode evitar responder às questões suscitadas pela linha das cúpulas sindicais, que exigem com veemência um bloco central. Como intervir nos nossos sindicatos? A importância desta luta tem grande alcance!

Uma crise fundamental na história da RFA do pós-guerra que se enquadra na crise da União Europeia

Cinco meses depois das eleições federais de 24 de setembro de 2017, não existe nem governo nem acordo de coligação. Depois do “falhanço” do projecto de coligação “Jamaica” da democracia cristã com os verdes e os liberais, Steinmeier, um dos fracassados predecessores de Schulz como candidato a chanceler pelo SPD, põe-se agora, no seu papel de presidente da República e “órgão constitucional”, a exercer extrema pressão sobre a direcção do SPD: “*Todos os partidos políticos eleitos para o Bundestag são tributários do interesse geral (...) Seriam grandes a incompreensão e a preocupação no nosso país, mas também fora do país, especialmente na nossa vizinhança europeia, se as forças políticas não estivessem à altura da sua responsabilidade, ainda por cima no maior e economicamente mais forte país da Europa.*” Assumir tal “responsabilidade” significa, no caso do SPD, entrar num bloco central renovado. Steinmeier exige que, antes do congresso, a direcção do SPD rompa com a vontade da esmagadora maioria dos seus militantes.

É preciso formar um bloco central, porque, depois do “Brexit”, à vista da vontade dos catalães de se separarem do Estado espanhol e vistas as “forças centrífugas”, nome que os protagonistas da UE dão à deriva dos “parceiros” do “sistema de concorrência não falseada” no mercado interno, a “iniciativa Macron” fica praticamente impossível de realizar sem o peso do bloco central. Sem governo “estável” na Alemanha, não se conseguirá, portanto, reorganizar os “mercados” nos termos das exigências do capital — com todas as dramáticas consequências para a classe trabalhadora nos países da Europa afectados e com consequências igualmente dramáticas para a situação na Alemanha e dentro da UE, pois a classe operária não pode tolerar os novos ataques. Schulz estava pronto a dobrar a espinha.

Não é surpresa: na primeira edição da nossa correspondência, no dia 5 de setembro, tínhamos escrito: “*A direcção Schulz do SPD oferece-se à burguesia para servir como “parceiro menor” no novo bloco central.*” E acrescentávamos: “*A classe operária e a juventude não permitirão que o*

imperialismo e os seus acólitos destruam as instituições do movimento operário dentro do Estado burguês, os seus partidos, sindicatos, sistemas de segurança social, cooperativas, etc.”

As exigências do imperialismo americano, da União Europeia...

Um governo que tem que jurar pela concorrência “não falseada” e destrutiva não tem margem para se decidir por um compromisso, por cedências mínimas ou mesmo por melhoramentos. A linha a que uma reedição do bloco central terá de subordinar-se ficou exemplarmente evidenciada no “foro económico mundial” de Davos: a tropa reunida dos chefes dos grandes grupos do capital financeiro e industrial louvou a “histórica reforma fiscal” de Trump, que por sua vez declarou: “*But “America First” does not mean America alone*”. Literalmente eufórico: Josef Käser, que, como chefe do grupo Siemens, pretende esmigalhar milhares de postos de trabalho(1). Käser teve a honra de se sentar ao lado do presidente no jantar dado a convite de Trump em Davos, o que lhe deu a ocasião de proclamar: “*Por o Sr. Presidente ter sido tão bem sucedido com a sua reforma fiscal, tomámos a decisão de desenvolver a próxima geração de turbinas a gás nos Estados Unidos.*” Carolina do Norte, sim, Berlim, Leipzig, Görlitz, Erfurt (cidades alemãs onde se situam fábricas da Siemens - NdT), não. Claro que os “negociadores” reunidos em Berlim percebem a mensagem. Reversão das desregulações, aumento dos salários de pobreza, simplificação da declaração de validade geral dos contratos colectivos, ou até proibição da evasão aos contratos colectivos...? Impossível. Trump apontou o rumo!

No dia 7 de dezembro, Schulz quantificou o dramático balanço das perdas em militantes e votos. O processo de destruição do SPD vai muito avançado. Para o imperialismo americano, para a UE, para o capital e para a burguesia, trata-se de destruir o SPD como partido histórico da classe operária na Alemanha. E trata-se de destruí-lo no âmbito do processo de execução dos novos ataques frontais às conquistas dos trabalhadores. Nisto, a direcção do SPD é a alavanca directa para a destruição das conquistas e, com elas, do partido operário histórico, que se tem, todavia, de continuar a usar, e com maior intensidade ainda, no âmbito do bloco central institucionalizado, forma de união nacional, para fazer executar as medidas e metas anti-operárias da burguesia. A direcção do SPD, de mãos dadas com as direcções dos sindicatos do DGB, mostra-se disposta a submeter-se às exigências do imperialismo, continuando, assim, de cima, a empurrar o SPD para o seu processo de autodestruição enquanto partido operário histórico da classe operária alemã.

É por isso que jorais como o Financial Times reclamam rapidez na formação do governo: sem isso, a Europa cairia numa crise de direcção séria e numa fase de insegurança — “*no momento em que menos no-lo podemos permitir*”. Tsipras, Macron, Juncker e lá como se chamam todas essas personagens dos países e instituições da União Europeia, assim como as federações dos empregadores e todas as instituições da burguesia, reclamam um bloco central.

E a direcção do SPD chefiada por Schulz dispõe-se a pôr-se, de novo, completamente contra os interesses de classe dos trabalhadores e da juventude: “*Bato-me pelo*

bloco central!”, exclama Schulz diante dos 600 delegados e 45 membros da presidência do congresso federal extraordinário. Gabriel declara que o mundo estará de olhos postos em Bona no dia 21 de janeiro. “Macron telefonou”, acentua Schulz, que depois refere Tsipras e o elogio que este fez da nota exploratória, “*pela Europa*”.

Todos eles exigem, porque precisam disso, que a política da Agenda continue, em condições agravadas da concorrência capitalista, que são sempre condições agravadas de ataques às conquistas da classe operária,

- agravamento da desregulamentação de todas as condições de emprego,
- precarização geral, tempo parcial, contratos a termo certo e trabalho temporário,
- dissolução dos contratos colectivos e ataques contra o valor da mercadoria força de trabalho,
- etc.

No entanto, é precisamente a isso que a classe operária resiste. Esta resistência reflecte-se profundamente no interior do SPD. E é exactamente aí que a crise se manifesta: a direcção do SPD, com ou sem Schulz, não pode fazer o que lhe mandam nem o que quer. Está disposta a curvar-se às exigências do imperialismo americano, da UE, do capital e da burguesia e a integrar-se na mais ampla e mais exaustiva política de destruição de todas as conquistas. É, pelo menos, o que ressalta do acordo de sondagem exploratória e, agora, do acordo de coligação. Do outro lado, a juventude e a classe operária, que querem e têm de defender as suas conquistas e estão dispostas a lutar. Demonstram-no as greves de aviso cumpridas por um milhão e meio de membros do sindicato da metalurgia, o IG Metall, em janeiro e fevereiro!

Um rasgão profundo percorre o SPD

O balanço de três eleições estaduais consecutivas e da eleição federal tira-o M. Schulz no seu discurso no congresso federal do SPD, em Berlim, no dia 7 de dezembro de 2017: “*Não perdemos só estas eleições, perdemos as quatro últimas eleições. Não perdemos só desta vez 1,7 milhões de votos, perdemos 10 milhões desde 1998 — quase metade do nosso eleitorado*”. Quanto ao aspecto numérico, o balanço não tem muito de incorrecto. Schulz quer agora “*tirar, sem piedade, as ilações dos últimos vinte anos*”. De “ilações” nada se vê além das promessas da direcção e de Nahles, a “renovadora”.

Os delegados ao congresso federal extraordinário adoptaram a moção da presidência para abrir negociações com vista a uma coligação com a CDU/CSU por 362 votos a favor (56%). 279 delegados (44%) votaram contra abrir negociações para um bloco central.

Só se conseguiu este resultado em contrapartida da promessa hipócrita de fazer passar nas negociações a “*abolição do contrato a termo certo desprovido de justificação*”, “*o início do fim da medicina de duas classes*” e “*uma regulamentação mais extensa dos fundamentos para a admissão de familiares*” de refugiados. Importância especial revestem, no entanto, as reivindicações abandonadas pela calada: aumento dos impostos sobre o capital, o imposto de sucessão, a luta contra a precarização — enquadrada, por exemplo, pelas directivas da UE relativas ao tempo parcial, aos contratos a termo certo e ao trabalho temporário —, os salários de

pobreza, etc. Tem importância, sobretudo, o aumento de 30 a 35 mil milhões do orçamento da guerra para um valor de 65 a 75 mil milhões, exigido pelo imperialismo americano para dar seguimento às exigências da NATO e da UE (PESCO - Permanent Structured Cooperation ou “cooperação permanente estruturada” no âmbito da política de guerra dos Estados membros da União Europeia), mas que não foi a debate nem consignado em rubricas orçamentais específicas.

Foi preciso dissimular as medidas políticas de desregulamentação da legislação em matéria de horário de trabalho, com as quais se pretende desmanchar a jornada de trabalho de oito horas.

Quando se sabe qual é a camada política — deputados, permanentes, empregados do aparelho, etc. — que um congresso federal representa, fica-se mais capaz de entender a profundidade do rasgão que percorre o SPD quando ele se manifesta no congresso nesta proporção de 56:44. Por isso, os 44% de delegados ao congresso que disseram não a negociações para um bloco central representam uma derrota acerba para a direcção. Se Schulz (“*bato-me pelo bloco central*”) conseguiu, assim, saltar por uma unha negra o obstáculo deste congresso, a direcção do SPD ainda tem pela frente a confrontação acerada com a classe operária e a juventude nas empresas, administrações, escolas e universidades. Esta confrontação encontrará também o seu reflexo — não obstante a distorção facilitada pela atomização dos militantes — dentro do SPD.

Dos dois lados da aresta viva estão dois campos. O que está em jogo é muitíssimo. É a questão histórica de saber se o capital e, adaptando-se às suas exigências, a direcção do SPD, conseguirão, reeditando o bloco central, pôr de joelhos o partido operário que é o SPD, roubando, assim, ao proletariado mais um pouco da sua representação política na Alemanha, ou se a classe operária conseguirá defender o seu partido contra este ataque!

Eles querem servir-se do SPD no bloco central para aplicar uma nova “Agenda” agravada do capital contra a classe operária, porque não basta o SPD aguentar o governo burguês a partir da oposição

As exigências do capital aos que realizaram as sondagens exploratórias até ao dia 20 de novembro de 2017 não deixam margem para equívocos: a ordem do dia são: mais desregulamentação na Alemanha, que já é, na Europa, o país com a maior flexibilidade de horário de trabalho; e cortes mais globais nas conquistas sociais. “*Precisamos de regras flexíveis em matéria de aposentação, assim como do trabalho dos idosos, mas do que em caso nenhum precisamos é de novas ampliações da “pensão para mães de família”*”, declarou o presidente da câmara das profissões, Wollseifer (Handelsblatt, 16 de novembro de 2017), exigindo — pelo prisma da pilhagem dos salários através das contribuições dos segurados — reembolsos das contribuições patronais e “*redução das contribuições sociais*”: “*Tal redução aumentaria igualmente a competitividade das nossas empresas. Considerando a posição cimeira que a Alemanha hoje ocupa em matéria de encargos salariais, é mais do que tempo de dar este passo*.” Esta é a exigência do Conselho Económico da CDU. Fazer pontaria aos “encargos salariais” — salário diferido — é planejar a legitimação legal da pilhagem dos salários. Mas o ditame

da “histórica reforma fiscal” de Trump produz o seu efeito.

A nova “Agenda” do capital é a da pilhagem dos salários conjugada com o desmantelamento dos sistemas de segurança social, do seguro de saúde às aposentações. Assim segue o seu caminho a linha política do desmantelamento dos salários. “*Em 2016 cerca de 2,7 milhões de trabalhadores recebiam, na Alemanha, menos do que o salário mínimo, embora tivessem direito a ele. Assim, 9,8% de todos os trabalhadores elegíveis para o salário mínimo receberam menos do que os 8,50 euros então de lei*” escreve o Instituto Económico e Social da fundação sindical, a Fundação Hans Böckler (WSI), em 29 de janeiro de 2018. O salário mínimo legal de Nahles funciona como um imã poderoso para manter os salários baixos. E o seu valor mantém-se ao nível dos salários de pobreza! A pilhagem salarial, como forma de redução do valor da mercadoria força de trabalho, está há anos aumentando em flecha na União Europeia. Desde a última crise, há dez anos, a evolução salarial na Europa mostra um comportamento na proporção inversa da evolução dos lucros. Eis os cálculos do WSI: “*Em dez países da UE, o nível do salário real continua abaixo do nível do ano de crise de 2009. Esta evolução é particularmente evidente na Grécia, onde, entre 2010 e 2017, os salários reais caíram quase 23%, seguida por Chipre (-12,8%), Portugal (-8,6%), Croácia (-5,8%) e Espanha (-5,5%), (...) Em 20 dos 28 países da UE, a parte dos salários no rendimento nacional global continua a baixar. (...) Apesar da progressão salarial na Alemanha, entre 2010 e 2017 a parte dos salários no rendimento nacional manteve-se constante. Os aumentos salariais dos últimos anos foram, pois, inteiramente absorvidos por aumentos dos preços e da produtividade. Acresce que, nos anos noventa e na primeira década depois de 2000, a Alemanha experimentara uma regressão marcada da parte do salário; a evolução da década em curso deteve a tendência, mas sem invertê-la.*” (cf. WSI Mitteilungen 6/2017, p.430).

Os que não sabem o que fazer dos seus lucros conseguem, com base nestes baixos salários e com base na precarização e na dramática ampliação dos sectores de baixos salários, “recuperar” à situação pré-2007 em matéria de expansão de bolhas creditícias e de especulação. A política de taxas de juro do BCE, os vários tratados de comércio livre, etc., propiciam, à sua maneira, esta minimização de custos para o capital industrial e comercial. As exigências com que se defronta quem tenha de formar um governo têm, assim, uma fonte: “*o dinheiro que pare dinheiro*” (Marx), que se alimenta da destruição da principal força produtiva, a força de trabalho do produtor e o seu valor, cristalizado na forma de salário, de contratos colectivos, de sistemas de segurança social, de qualificações e em todas as conquistas operárias. (cf. o ponto 7 do Manifesto da IIª Conferência Internacional do CORQI/IVª Internacional (2)). Schulz compreendia estas exigências já em janeiro, enquanto “candidato europeu a chanceler” (cf. *Rheinische Post*, 26 de janeiro de 2017), jurando a Merkel fidelidade aos tratados. Se alguns da “esquerda” agora acham que ouviram, no início do ano, um “apelo à luta” contra os “erros da Agenda” vindo de Martin Schulz enquanto candidato a chanceler do SPD, então ou não é correcta a nossa análise de que a resistência contra a política da Agenda vem da classe operária e não da

direcção Schulz, ou eles confundem — consciente ou inconscientemente — aquilo que Schulz sempre foi com o que a maioria dos militantes do SPD exige e necessita. A maioria quer o restabelecimento da unidade, rompendo com a política destruidora da Agenda, rompendo com o bloco central! E defender o SPD como partido do operariado.

Schulz, Scholz (presidente da câmara de Hamburgo e ministro das finanças indigitado do bloco central - NdT) e Nahles querem exactamente o contrário!

Em nome do “interesse geral”

Porém, é preciso continuar a empurrar a direcção do SPD e é preciso destruir o SPD enquanto partido histórico da classe operária na Alemanha. Em nome do “interesse geral”. O interesse geral é sempre definido como o interesse dos que mandam. No interesse deles, Steinmeier martela: “*Todos os partidos políticos eleitos para o Bundestag são tributários do interesse geral*”. Com o ultimato “primeiro o Estado, depois o partido”, Steinmeier nega o direito da classe operária a uma representação política própria no Estado burguês, independente do Estado burguês. Primeiro o Estado, depois o partido? A classe operária tem a sua experiência deste ultimato. Sempre que lhe atiraram com esta palavra de ordem e a sua direcção a seguiu, sofreu as piores derrotas — a acabar no fascismo.

Não, para ganhar as reivindicações de classe no interesse da classe operária e da juventude, faz falta, em primeiro lugar, o partido operário — mundial. A classe operária precisa da sua própria representação política. Querer-lha tirar constitui um ataque em forma à democracia e às conquistas da classe. Na verdade, estas — quer a democracia quer as conquistas sociais e políticas — foram sempre, no Estado burguês da RFA, ganhas pela luta da classe operária com as suas organizações e depois defendidas contra a resistência e os ataques da burguesia. Nunca sucedeu que legislações laborais ou sociais fossem dádivas benevolentes do Estado burguês aos trabalhadores, reformados, etc. E em lado nenhum isto é mais patente do que nas lutas em defesa dos seguros de saúde, de acidente, de aposentação e de desemprego ou nas lutas contra a desregulamentação do direito laboral. As “reformas” com que os governos do Estado burguês, apoiados nas directivas e regulamentos da UE, derrubam estas conquistas começam sempre com tentativas, em nome do “interesse geral”, de integração das cúpulas das organizações, especialmente dos sindicatos. O que querem os que pretendem sonegar à classe operária o direito ao seu próprio partido a bem do “interesse geral” é, desse modo, melhor levar a cabo a integração corporativista das direcções.

No entanto, os atentados às conquistas atingiram, em consequência da “grande mudança” de Kohl, da política da Agenda de Schröder e da continuação agravada desta linha pelos diversos governos Merkel, dimensões que a classe operária já não pode tolerar, ao passo que, para o capital e a burguesia, ainda não chegam.

A linha ziguezagueante de Schulz e a função das direcções sociais-democratas dos sindicatos

O resultado eleitoral de 24 de setembro, as massivas perdas de votos que valeu aos partidos do bloco central, atirando o SPD para o seu pior resultado da história, representa um ponto de clivagem na história alemã do pós-guerra. Outra e não menor singularidade no pós-guerra é

a incapacidade da direcção do maior grupo parlamentar do Bundestag, concretamente a incapacidade de Merkel, na sua qualidade de chanceler “em exercício”, para criar bases negociais com vista a uma coligação governamental entre a CDU/CSU, o FDP e os Verdes. O que não significa que o FDP, partido do capital financeiro, tenha essa mesma capacidade — já para não falar do Partido Verde pequeno-burguês. O FDP, que exige com veemência uma desregulamentação total de todas as garantias e protecções legais do trabalho, especialmente da legislação laboral, não conseguiu, no âmbito das sondagens exploratórias, impor o seu ponto de vista nessa matéria. Decidiu fazer fracassar as negociações por causa desse ponto. No entanto, é forçoso notar que a CDU/CSU, principal partido da burguesia, o FDP, fracção do capital financeiro, e o partido pequeno-burguês dos Verdes não fizeram as suas “conversações exploratórias” de quatro semanas fora do espaço e do tempo. Entretanto, foi preciso tomar decisões ao nível da UE (militarização à moda do Tratado de Lisboa, “pilar europeu dos direitos sociais”, “parceria oriental da UE”), enquanto a luta de classes na Alemanha (e na Europa) se agravava: lutas na ThyssenKrupp, na Siemens, nas minas de lenhite, etc., em defesa dos postos de trabalho e das unidades de produção, greves nos hospitais, no comércio retalhista, greves na Amazon por um contrato colectivo, etc., realçando sem margem para dúvidas e com grande nitidez que a classe operária está disposta a defender as fundações da sua existência material.

Schulz, cujos ziguezagues reflectem a fraqueza do aparelho do SPD, tem de se bater pelo bloco central, portanto pela “Europa”, pelo agravamento das política da Agenda e pela “concorrência livre e não falseada” que, durante todos aqueles anos de Presidente do Parlamento da União Europeia, advogou lado a lado com os Junckers, Dijsselbloems, Draghis, Tusks & Cia. O resultado que consegue no 21 de Janeiro é fraco. A maioria do partido rejeita o bloco central. Soa a hora de os presidentes dos sindicatos intervirem todos os dias, culminando em Hoffmann. O fraco resultado de 56% pela abertura de negociações para uma coligação deveras só se conseguiu graças a uma ofensiva sem precedentes dos presidentes dos sindicatos do DGB. Nas semanas derradeiras, não passou dia em que M. Vassiliadis, A. Kirchner, J. Hofmann, F. Bsirske ou R. Hoffmann não falassem a favor da abertura de negociações entre Merkel e a direcção do SPD com vista a uma coligação. A sua presença visível no congresso de 21 de janeiro fez parte da ofensiva. O presidente do DGB, R. Hoffmann, interveio de maneira pouco habitual. Fez o seguinte balanço do bloco central e da nota exploratória: *“olhando para as políticas social-democratas que vocês conseguiram fazer passar no bloco central, olhando para o que prometeram e para o que cumpriram e olhando para o que agora está consignado na nota exploratória, tenho que dizer que tudo isso é uma base sólida para estabilizar a relação de confiança entre os sindicatos alemães e a social-democracia alemã e para fazermos em conjunto políticas para as pessoas deste país. (...) Têm o nosso apoio para o caminho das negociações para uma coligação. Acompanhar-vos-emos criticamente.”* Ainda assim, não seria correcto limitar a pressão desenvolvida por Hoffmann e colegas a esta questão do bloco central. O efeito que eles causam é seguramente destrutivo: a decomposição do

SPD como partido da classe operária na Alemanha repercute-se directamente na AfA, a comissão operária do SPD. Desde o tempo de Schröder que a comissão é asperamente combatida pelo aparelho. Agora, na luta contra o bloco central, ou, no ponto de vista da direcção do SPD e dos sindicatos, *pele* bloco central, as suas estruturas acham-se praticamente paralisadas. Por exemplo, informações do congresso da AfA do Estado da Renânia do Norte-Vestefália indicam que os delegados impuseram por duas vezes a discussão sobre a luta contra o bloco central, pronunciando-se a grande maioria dos delegados que intervieram contra as negociações com a CDU/CSU. Por outro lado, porém, os delegados registam que os candidatos às posições elegíveis não querem, na sua maioria, tomar posição quanto à sua atitude política relativamente a um 4º bloco central — inclusive o presidente federal, K. Barthel, que intervém como convidado. Pretende-se condenar a AfA ao silêncio, a exemplo do silêncio a que ela já se votara nos dois últimos congressos federais. É um reflexo imediatíssimo dos ultimatos dos Hoffmanns, Bsirskes e companhia.

Hoffmann e os seus colegas não têm mandato dos filiados. Temos, por isso, nos nossos sindicatos, nas nossas organizações, que construímos para lutarem em defesa dos nossos interesses de classe, que levantar o problema que não há maneira de evitar: camarada Bsirske, camarada Vassiliadis, camarada Hoffmann: quem vos deu mandato para, baseando-vos na reputação das nossas organizações e dos seus milhões de filiados, virem exigir outra vez um bloco central contra a vontade da maioria dos militantes do SPD e, sobretudo, contra a maioria da classe operária e da população trabalhadora e da juventude, que infligiram uma derrota estrondosa ao bloco central? Alguém acredita por um minuto que seja numa “política pró-trabalhadores” do bloco central? Ninguém! Vamos ter que abrir a discussão sobre isto nos nossos sindicatos! E a mesma coisa na AfA!

O Partido “A Esquerda”, Lafontaine, Wagenknecht, os pablistas e outra “esquerda”

A iniciativa de Lafontaine (ex-presidente do SPD de 1995 a 1999, que dele se demitiu, fundando o partido *Die Linke* com ex-estalinistas da Alemanha de Leste - NdT), quando, no final do ano de 2017, se erigiu em oráculo da criação de um “partido popular de esquerda”, propagando abertamente a criação de um partido anti-operário — análogo ao movimento da “França Insubmissa” de um tal J. L. Mélenchon — recebeu o apoio de S. Wagenknecht, que adoptou essa posição ao ser conhecido o resultado das conversações exploratórias.

É evidente que Lafontaine/Wagenknecht apostam nos militantes desiludidos do SPD, assim como em verdes “de esquerda” frustrados por perderem posição sobre posição naquele partido pequeno-burguês. No entanto, esta iniciativa começa por ser um reflexo da crise que se apoderou do partido *A Esquerda*, que perdeu enorme quantidade de bastiões no Leste.

A tentativa de Lafontaine/Wagenknecht abriria caminho a um movimento “vermelho-vermelho-verde”, uma “Unidade da Esquerda” recauchutada, como sempre a substituir a luta pela construção do partido operário e opondo-se-lhe.

Em nome dos pablistas presentes no partido *A Esquerda*, como a “Alternativa socialista” (SAV), o porta-voz federal, S. Staničić, limita-se a observar que: “Neste SPD não há nenhuma força relevante que ainda esteja disponível para lutar por uma política reformista social-democrata no sentido original da palavra”. A coisa está resolvida, o capítulo “deste SPD” terminado... mas mantendo a porta traseira entreaberta, a ver o que daria “outro SPD”?

Outros d’*A Esquerda* estão completamente desorientados. Numa declaração aos delegados ao congresso extraordinário do partido, advertem: “as direcções dos três partidos empurram conscientemente a democracia parlamentar e o sistema partidário tradicional para uma crise aguda, lançando a semente dum ressurgimento do movimento de extrema-direita centrado na AfD.”

O quê? Está-se a defender os interesses de classe dos trabalhadores e da juventude ou a preocupar-se com a acção das “direcções dos três partidos”? E o que é o “sistema partidário tradicional”, que as “direcções dos três partidos” empurram para uma “crise aguda”? Será a união nacional, em cujo quadro a direcção do SPD há mais de meio século tem usado o partido como instrumento para disciplinar a classe e as suas lutas?

E que história é essa da AfD? É ou não um facto que o partido tradicional do operariado alemão tem rejeitado as reivindicações e questões políticas centrais do operariado industrial constantemente ameaçado pela “mudança estrutural” (no Leste, face à destruição de postos de trabalho na ThyssenKrupp, Siemens, minas, etc.), da juventude estudantil, dos precários, dos falsos independentes, das famílias operárias, das mulheres, dos reformados, transformando-se antes, juntamente com os partidos do capital, pelo capital, a partir das instituições da União Europeia, no motor dos ataques contra as conquistas de classe dos trabalhadores — e não só na Alemanha?

Poder-se-á entender o declínio do SPÖ (Partido Socialista da Áustria, NdT), a quebra do PvdA (Partido Trabalhista dos Países Baixos, NdT), o desaparecimento do PASOK (na Grécia, NdT) e do PS francês dissociadamente desta linha dos partidos da IIª Internacional de, nos últimos 25 anos, se fazerem pilares do tratado de Maastricht e respectivos sucessores?

Com certeza que não. Não, o caso não é “as direcções dos três partidos empurra[re]m conscientemente a democracia parlamentar e o sistema partidário tradicional para uma crise aguda”. Os partidos do bloco central vivem uma crise sem precedentes, tiveram — cada um por si e em conjunto, como bloco central — os piores resultados das respectivas histórias. É essa a origem dos abalos que estas eleições provocam na Alemanha e na Europa. O resultado foi uma ruptura política na Alemanha, com consequências gravosas para a evolução política, em que se inclui o enfraquecimento da “âncora de estabilidade” na Europa. Parte, assim, de um governo alemão uma destabilização política dos governos europeus e das instituições da UE que nem um tal Macron, cujo governo assenta ele próprio em pés de barro, pode compensar. O facto é que a burguesia alemã, na sua luta pela estabilidade política, perdeu o SPD como coluna decisiva do bloco central. Contra enormes resistências vindas do próprio partido, correlacionadas com a resistência da classe operária e da juventude, a direcção do SPD vê-se na necessidade de, ao menos,

arremedar um arrimo de recurso, o acordo de coligação, que custou a presidência a Schulz.

O que podemos e devemos fazer?

A maioria dos militantes do SPD rejeita o bloco central. Enquanto decorrem as negociações, aparecem cada vez mais — sobretudo jovens — a quererem filiar-se no SPD para poderem votar contra o bloco central. A burguesia alemã continua a necessitar do SPD — se já não como pilar, pelo menos como contraforte. O FAZ, jornal burguês, atira-se ao referendo interno na sua edição de 30 de janeiro. Contesta-lhe qualquer legitimidade, declarando: “Dá bom aspecto serem os militantes do partido a decidirem em matéria de acordos de coligação. Só que esta coligação produz efeitos no local onde está representada a totalidade do povo e não só a militância partidária: o Bundestag e os grupos parlamentares de governo.” Constantemente, a espumar da boca, têm que contestar à classe operária o direito a uma representação política própria no Estado burguês. Os partidos já só são funções subordinadas dos “grupos parlamentares de governo”.

Está, contudo, em jogo o direito da classe operária ao seu próprio partido. Rompem por dentro do SPD — de maneira distorcida e refractada — as lutas contra a imposição da política da Agenda através de uma reedição do bloco central. O “governo de gestão corrente” vê-se desde já confrontado com uma nova fase de lutas sindicais, que não radicam unicamente na negociação dos contratos colectivos, mas na defesa de postos de trabalho e unidades de produção. Definha e evapora-se a capacidade da direcção do SPD de integrar o bloco central para “conseguir tirar ainda mais para as pessoas do nosso país”. E definha conseqüentemente, também, a sua capacidade para fazer pressão sobre os sindicatos e, desse modo, discipliná-los. A luta de classes reflecte-se, além disso, nos órgãos de base do SPD. Isto manifesta-se nas adesões ao partido e na demissão de Gabriel (ex-presidente do SPD, NdT) a seguir ao 24 de setembro e agora, de novo, a seguir ao congresso extraordinário: 24.000 novas adesões contra o bloco central.

Não basta — nem para uns nem para os outros

Foram as confederações patronais que mais choraram o fracasso da “Jamaica”. D. Kempf, presidente da Confederação da Indústria Alemã (BDI), disse que era “absolutamente insatisfatório”. E. Schweitzer, presidente da Câmara Alemã do Comércio e Indústria (DIHK) declarou: “Para a indústria alemã, o fracasso é especialmente decepcionante porque tínhamos esperança em que se rompessem bloqueios.” Os “bloqueios” de que fala Schweitzer são nomeadamente os “bloqueios” do bloco central em funções desde 2013. Por isso o Conselho Económico da CDU recusa o bloco central.

Já R. Hoffmann faz um balanço diferente, no congresso extraordinário do SPD de 21 de janeiro, em Bona (confira-se mais acima). Os aparelhos, Hoffmann como Bsirske, Vassiliadis e os outros dirigentes sindicais e a direcção do SPD não se cansam de repetir que o balanço do último bloco central foi bom para a população trabalhadora. É enorme a pressão que se exerce sobre os militantes do SPD para, à luz deste balanço de um “governo quase do SPD”, aceitarem o acordo de coligação.

Porém, a contradição entre as declarações dos representantes do capital e as das direcções do SPD e dos sindicatos revela um dilema. O capital precisa de outro calibre que não o do bloco central. Com um bloco central, os responsáveis dos grandes grupos e multinacionais não podem passar ao ataque frontal às conquistas da classe operária, porque o governo é demasiado fraco. Só que, na situação actual, não têm nenhum outro calibre à disposição.

A classe operária, pelo seu lado, não pode aguentar mais machadadas nas suas conquistas.

No meio estão os aparelhos e respectivas direcções, com a mira em construir um tampão, o bloco central, com a participação do SPD.

À vista deste confronto na luta de classes, determinado pela luta da classe operária pela preservação do valor da força de trabalho contra as tentativas de novas brechas abertas pelo capital, o bloco central não irá conseguir formar um governo para quatro anos.

A linha a ponteadado inserida no acordo de coligação, *“a meio da legislatura proceder-se-á a um balanço do acordo de coligação”*, confere ao bloco central um termo certo. O capital e a burguesia apostam na continuação do enfraquecimento do SPD, cuja erosão continuará sob o bloco central. Eles querem, precisam de outro governo e, para isso, precisam de um SPD ainda mais destruído e, conseqüentemente, de uma classe operária enfraquecida. Nesse sentido, o acordo de coligação é um “bom resultado” para os partidos burgueses, que, se, de momento, não podem executar um programa de ataque frontal, querem, ainda assim, prepará-lo e transpô-lo, nomeadamente através da imposição da política da Agenda no âmbito da “concorrência não falseada” do mercado interno da UE. Aliás, desenganem-se, pois a “Jamaica” funciona — actualmente, pelo menos pontualmente e como ultimato à bem-mandada direcção do SPD: Lindner (presidente do partido liberal FDP) ofereceu, no dia 16 de janeiro, os seus préstimos a Merkel para apoiar um governo minoritário. O ex-ministro da CSU Dobrindt, o ex-ministro da CDU Röttgen, A. Brugger, dos Verdes (que critica que a ministra da defesa von der Leyen “apesar (...) do aumento constante do orçamento não tenha mudado nada para melhor”) e Lambsdorff, do FDP, vão desenvolvendo, independentemente uns dos outros, as suas posições a favor do aumento das despesas militares e do orçamento da guerra a fim de cumprir as exigências da NATO e da PESCO e de intensificar a capacidade ofensiva da Bundeswehr. A “Jamaica” está a postos, ao lado de Trump, da NATO e da PESCO.

Uma coisa deve ser clara: os partidos do capital e a burguesia estão-se a preparar para a constituição de um novo governo capaz de furar os “bloqueios” e intensificar os ataques à classe operária. A base para isso é continuar com a destruição do SPD. Têm consciência disso aqueles que, baseando-se na experiência de mais de 150 anos de movimento operário, dizem “Não ao bloco central e não a tolerar um governo burguês minoritário”.

Eles sabem “instintivamente” que, sem partido, a classe operária ficará à mercê. O que é agora necessário é, pois, contra estes planos do capital e da burguesia, iniciar o combate pelo governo dos trabalhadores, baseado no “não ao bloco central”.

A classe operária alemã mostrou repetidas vezes que o seu caminho para defender as conquistas de classe passa pelas organizações tradicionais. Depara-se com o partido operário burguês que é o SPD e pretende fazer do lado operário desta contradição, o seu instrumento contra as exigências da crise do capital e das suas instituições. O SPD é, e volve-se cada vez mais, parte, terreno e objecto da própria luta de classes. Nesse processo se rasgará, não numa base ideológica, como a que propõem Lafontaine/Wagenknecht, mas em função das lutas contra o agravamento da exploração enquadrado no emprego precário, nos contratos a termo certo, no trabalho temporário, na pobreza e nos baixos salários, nas aposentações e no sistema de saúde — sem esquecer a luta contra os gigantescos orçamentos de guerra.

Estas lutas reflectem-se nas razões do “não ao bloco central!” E apoderam-se do SPD como “partido operário”, mesmo que sob as vestes de um partido operário burguês degenerado como o SPD é. Tem-se visto articular-se com mais força, no SPD, a consciência de ter sido a classe operária a construir o partido cujo aparelho se passou para o lado da ordem burguesa. Isso reflecte-se no movimento pelo qual a classe operária procura reconquistá-lo — contra a política do aparelho burguês contra-revolucionário. A classe operária tem que travar esta luta desta maneira porque quer impedir a sua própria atomização e manter e ampliar a sua constituição como classe.

Pela parte que nos cabe enquanto militantes da IVª Internacional, não nutrimos a mínima ilusão de reformabilidade do partido operário burguês. No entanto, ajudamos todos a defender o seu partido operário, pois o que agora se impõe, partindo das diversas correntes e movimentos que, dentro do SPD e dos sindicatos, recusam o bloco central e a continuação da política da Agenda, é formar uma unidade e mobilizar. Há várias estruturas, órgãos e militantes que intervêm e querem intervir dentro do SPD, assim como há delegados sindicais e responsáveis sindicais que intervêm e querem intervir nos sindicatos. A tarefa é uni-los como força política independente por uma política que promova os interesses da população trabalhadora e da juventude e, em última análise, também, por um governo que defenda esses interesses contra as exigências do capital, da União Europeia e do imperialismo americano.

Por isso apoia a IVª Internacional todos os esforços contra o bloco central.

Vamos, pois, desenvolver respostas juntos!

Schulz estava disposto a ir mais longe pela “Europa” e pelo bloco central, numa linha de levar os ataques até ao fim. Os 44% que votaram contra as negociações para a coligação, em 21 de janeiro, estão contra isso. Aos 56% que concordaram com as negociações, mas condicionando-as ao “seguro cidadão” (sistema de segurança social único - NdT), à abolição dos contratos a termo certo desprovidos de justificação e à admissão de familiares de refugiados, os dirigentes vêem-se agora reduzidos a apresentar, na forma do acordo de coligação, um resultado que nem sequer preenche aquelas condições. O bloco central está em minoria. Foi por isso que foi preciso correr com Schulz. É por isso que é agora preciso correr com o bloco central.

Nós somos a favor de lutar pelo governo dos trabalhadores, apoiando-nos no “Não ao bloco central”. Não sabemos qual será o resultado do referendo que a direcção apresentará aos militantes daqui a quinze dias. No entanto, recusamos com toda a veemência posições como as manifestadas por alguns d’*A Esquerda*, que se dirigem aos militantes do SPD, clamando: “*Está nas vossas mãos: votem não ao bloco central!*” Não: os militantes não são responsáveis pelo resultado (cujo desenrolar nem sequer estão em condições de controlar).

Mas uma coisa sabemos com exactidão: no dia 5 de março, inicia-se um novo período. O resultado do referendo pode vir a ser um elemento que acelere a decomposição do SPD. É difícil de avaliar se Lafontaine/Wagenknecht conseguirão construir nessa base o seu “partido popular da esquerda”. É real a possibilidade de uma ruptura do SPD no seu todo, de cima abaixo, e a fundação de um partido operário do tipo do USPD (em 6 de Abril de 1917, funda-se em Gotha o Partido Social-Democrata Independente USPD, agregando os sociais-democratas que lutavam contra a continuação da guerra e contra a colaboração com o governo).

Reza o nosso programa: “*A tarefa central da IVª Internacional consiste em livrar o proletariado da sua velha direcção, cujo conservadorismo está em total contradição com a situação catastrófica do capitalismo decadente, representando o principal obstáculo ao progresso da história. A principal acusação que a IVª Internacional levanta contra as organizações tradicionais do proletariado é de elas não se quererem separar do semicadáver político da burguesia.*” (Programa de Transição).

Em paralelo, propomos discutir a questão de saber de que Europa se fala quando Macron, Gabriel, Schulz, Merkel, etc. mencionam as “*grandiosas ideias*” que querem pôr em prática para “*refundar a Europa*”. Devemos, portanto, discutir também de que Europa necessitamos e que Europa queremos para nós, trabalhadores.

“Hoffmann, Bsirske, Vassiliadis, Kirchner, vocês não falam em nosso nome!”

Tomemos iniciativas conjuntas com este eixo, para desbloquear a discussão nos nossos sindicatos, urgentemente necessária ante a linha das cúpulas sindicais, que reclamam com veemência o bloco central. O que é decisivo é a classe operária manter sempre a sua independên-

cia. A classe precisa do seu próprio partido. E essa luta implica hoje lutar contra o bloco central!

Aqui radica a reivindicação que lançamos à direcção, reflectindo, também, a necessidade de defender todas as conquistas: “*Rompam com a burguesia, tomem o poder!*” Neste contexto, propomos abrir a discussão sobre como — independentemente da decisão das cúpulas do partido — podemos manter unidos e a intervirmos juntos aqueles que querem lutar contra a continuação da política da Agenda, contra o bloco central e contra qualquer forma de tolerância de um governo dirigido pela CDU, por uma política ao serviço dos interesses dos trabalhadores e da juventude.

Organizemos esta discussão livremente e sem condições prévias. A isso vos convidamos.

Os militantes e simpatizantes do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional

(1) O exemplo da Siemens torna patente, “à lupa”, que o que está em causa é a destruição dos salários, dos contratos colectivos, da produção e das unidades produtivas: no dia 9 de novembro, o chefe do grupo, Josef Käser, proclama um aumento de 11% dos lucros no exercício de 2017, para um total de 6.200 milhões de euros, do mesmo passo que a destruição de 7.000 postos de trabalho no sector das centrais energéticas, que rende, ela própria, lucros significativos. A “cooperação baseada na confiança” com a *IG Metall* no familiar quadro corporativista deixa de fazer a mínima diferença. A direcção do grupo Siemens quer ainda “fundir” a Siemens Mobility, com 27.100 trabalhadores, com a Alstom Transport (32.800). Käser reclama poupanças anuais de 470 milhões de euros. O convénio de garantia dos postos de trabalho e unidades produtivas tem uma validade de quatro anos, até 2022. Estão para ser liquidados 6.000 dos 26.000 postos de trabalho do sector da energia eólica, a Siemens Gamesa. Contudo, os trabalhadores manifestam-se, paralisam o trabalho e reclamam a manutenção das unidades produtivas e dos postos de trabalho... exigem decisões políticas.

(2) Texto completo n.º “*A Internacional*” n.º 8, que inclui outros documentos adoptados pela IIª Conferência Internacional.

● TRIBUNA DE DISCUSSÃO

JAPÃO

Discussão com camaradas do Japão

Com o acordo dos camaradas japoneses, *A Internacional* publica o documento adoptado no comício convocado pela Liga Comunista Revolucionária do Japão — Fracção Marxista Revolucionária (JRCL-RMF), por ocasião do 100º aniversário da revolução de Outubro de 1917, bem como a carta que o secretariado do CORQI enviou aos camaradas

Por ocasião do 100º aniversário da Revolução Russa

A JRCL apela aos trabalhadores do mundo inteiro

Aos trabalhadores e povos do mundo inteiro!

A Liga Comunista Revolucionária do Japão (Fracção Marxista Revolucionária) realizou um comício público em Tóquio no dia 12 de novembro de 2017, para comemorar o 100º aniversário da revolução russa. Participaram mais de 1.500 militantes revolucionários operários e estudantes de todo o país. Através deste comício, reafirmámos a nossa determinação em combater pela emancipação da classe operária por obra de si própria, neste dealbar do século XXI.

Cem anos se passaram desde que a primeira revolução proletária da história foi realizada pelos trabalhadores, camponeses e soldados russos sob a direcção de Lenine e Trotsky. Esta revolução foi feita a partir da visão marxista da realização de uma revolução mundial apoiada na existência do Estado operário na Rússia. Não obstante, a classe operária mundial continua hoje a sofrer debaixo do jugo do capital e continua sujeita à guerra, à miséria e à opressão. Tal é, após o desmoronamento da URSS, a humilhante realidade deste mundo do século XXI, em que a “desideologização” alastra entre as massas trabalhadoras, perdendo influência as ideias tradicionais do marxismo. A degenerescência burocrática da URSS foi organizada por Staline, que fabricou do princípio ao fim o mito do “socialismo num só país” e outros avatares. As lutas da classe operária nos outros países foram traídas e derrotadas uma atrás da outra. Para acabar, a própria URSS estalinista foi sujeita



Comício organizado pela JRCL em Tóquio pelo centésimo aniversário da revolução de Outubro de 1917.

a essa autodestruição. Em 1991, a revolução russa foi submetida ao seu enterro final e à sua extinção às mãos do próprio secretário geral do PC da União Soviética da época, Mikhail Gorbachov, que renegou completamente o significado histórico da revolução russa e, do mesmo passo, o marxismo.

É preciso reverter essa reversão da história. É essa a finalidade da luta que a JRCL trava. Lutamos para abrir um segundo século da revolução. A nossa bandeira é a bandeira da luta contra o imperialismo e o estalinismo. Trabalhadores e povos do mundo, apelamos para que luteis unitariamente connosco para acabar de uma vez por todas com as guerras, a miséria e todos os males do mundo do século XXI! Apoiando-nos no internacionalismo proletário, lutemos por barrar o caminho a uma guerra nuclear! O mundo defronta-se com uma crise maior. A qualquer momento pode disparar a guerra nuclear, em qualquer parte. No seu furor contra o regime de Kim Jong-un na Coreia do Norte, que procura desenvolver mísseis nucleares — o que, em si mesmo, vai de encontro aos interesses da classe operária —, a administração imperialista americana dirigida por Donald Trump ameaça lançar um ataque preventivo contra aquele país demonstrativo da sua supremacia em matéria de armas nucleares.

O governo imperialista japonês dirigido por Shinzo Abe, vergonhosamente agarrado às fraldas de Trump, manobra para fazer parte integrante de uma agressão militar contra a Coreia do Norte. Pelo seu lado, o governo chinês de Xi Jinping, que adoptou para estratégia de Estado a “construção de um Estado socialista forte e modernizado daqui até 2049”, apoia-se no declínio político e económico do imperialismo americano para aumentar a riqueza e o poderio militar do Estado chinês sob a bandeira de “apanhar e ultrapassar a América”.

A administração dos Estados Unidos de Trump, apoiada pelo governo do Japão dirigido por Abe, e o governo chinês de Xi, aliado ao governo russo de Putine, competem numa corrida às armas nucleares, reivindicando abertamente os respectivos interesses nacionais, dispostos a chegar o mais longe possível. No Médio Oriente, o imperialismo americano e a Rússia assassinam sem distinção tanto o povo sírio como o povo iraquiano, a pretexto de “erradicar o Estado Islâmico”. E não é tudo. É a escalada na confrontação entre a Arábia Saudita, potência sunita, e o Irão chiita.

Acrescentando-se à intervenção da Rússia e das potências imperialistas ocidentais, ateiaram-se as chamas da guerra, que alastram pela região. Na Europa, são maiores do que nunca as tensões militares entre a NATO e a Rússia sobre a questão da Ucrânia. Assim se desenvolve, no Sudeste Asiático, no Médio Oriente e na Europa, uma crise que poderá provocar uma ameaçadora terceira guerra mundial.

A JRCL luta com todas as suas forças para impedir uma guerra nuclear na Coreia. Apelamos às massas laboriosas do Japão, dos Estados Unidos, da Coreia do Norte e da Coreia do Sul para que se mobilizem em luta unida para além das fronteiras nacionais para correr com os dirigentes belicosos dos seus respectivos países, responsáveis pela crise e pela ameaça de guerra nuclear. Apelamos a esta luta com base no internacionalismo proletário, aplicando ao caso da nossa política actual de luta contra as ameaças de guerra a posição de Lenine de “derrotismo revolucionário”.

Camaradas do mundo inteiro! Ergamo-nos em conjunto, lutemos contra as guerras e contra os nossos governos fautores de guerra, aplicando uma solução radical à crise da guerra nuclear! Tomemos consciência da natureza antimarxista do estalinismo! Em todos os países e regiões, as massas laboriosas confrontam-se com desemprego e baixos salários e vêem os seus direitos negados. Estamos no século XXI e sofremos miséria comparável à miséria “clássica” da época de Marx. Enquanto apenas um punhado de capitalistas e de ricos fica cada vez mais rico, o fosso entre ricos e pobres transforma-se em autêntico abismo. E é nesta situação que Trump atíça o ódio contra muçulmanos e emigrantes. Na Europa, desenvolvem-se forças de extrema direita, que cantam loas ao chauvinismo e gritam palavras de ordem ultranacionalistas. É um fruto deformado do desenvolvimento de contradições que mergulham as suas raízes na divisão em classes e nas disparidades entre camadas sociais, que se agravam continuamente.

Nos Estados Unidos como na Europa, tal como no Japão, o capitalismo mostra hoje sinais de decomposição. A razão por que se mantém vivo tem que ver com o facto de hoje a luta da classe operária pela sua libertação estar sujeita aos efeitos de desorientação e estagnação provocados pelo crime perpetrado por Gorbachov e seus servidores, que desmantelaram a URSS pelas suas próprias mãos, acabando por apagar a existência da Rússia da revolução. E tem que ver com a reconversão ideológica total dos partidos ditos “comunistas” (na realidade, estalinistas) em todo o mundo. Trabalhar pelo desenvolvimento de uma luta mundial da classe operária pela sua libertação, pondo realmente em prática o património da Revolução Russa, é, para nós e para todos os combatentes revolucionários, uma necessidade absoluta.

O desmoronamento da URSS não provou a “bancarota do marxismo” nem o “falhanço do socialismo” apregoados pela propaganda burguesa. Foi fruto do inevitável falhanço do estalinismo, devido à sua natureza antimarxista e antileninista. Se a União Soviética desapareceu da cena da história, o significado histórico da revolução russa, avanço glorioso do proletariado mundial para se libertar das suas cadeias, nunca poderá ser apagado. O verdadeiro valor do marxismo-leninismo, que foi o seu sustentáculo, não poderá ser abalado. Bem pelo contrário, o desmoronamento do “socialismo do tipo URSS” é, para nós, marxistas revolucionários, prova da natureza verdadeiramente revoluci-

onária do pensamento de Marx. O pensamento de Marx continua hoje vivo e é hoje, mais do que nunca, fonte de luz. O caminho para varrer as sombras deste mundo do século XXI abrir-se-á quando a classe operária mundial tomar consciência da natureza antimarxista do estalinismo e se erguer na sua luta internacional. Aderir à bandeira da luta contra o imperialismo e o estalinismo!

Em outubro de 1956, quando os trabalhadores húngaros se sublevaram e a burocracia soviética os esmagou debaixo dos seus tanques, Kan'ichi Kuroda, fundador da JRCL, reagiu à altura dos acontecimentos, mantendo-se fiel à “consciência de comunista” e comportando-se em consequência. Passou à fundação de um movimento anti-estalinista e comunista revolucionário no Japão. Em conformidade com as concepções revolucionárias do nosso defunto camarada Kuroda e na linhagem de todos os seus assíduos esforços, tanto no ponto de vista teórico como filosófico, nós trabalhamos por actualizar a nossa estratégia da revolução mundial. Abaixo o imperialismo! Abaixo o estalinismo! Apelamos aos trabalhadores e povos do mundo inteiro! Organizemos a luta comum para pôr termo ao “grande passo atrás deste século”, a liquidação da Rússia revolucionária perpetrada pelos estalinistas.

Dirigimo-nos ao povo trabalhador da China, sujeito a duras provas pelo Estado burocrático em nome de um pretenso “socialismo”. Tomai consciência da natureza anti-operária do “socialismo de mercado”! Organizai as vossas forças para derrubar o poder autocrático da burocracia neo-estalinista!

Dirigimo-nos ao povo trabalhador das repúblicas da ex-URSS, incluindo o povo da Rússia, exposto aos sofrimentos que lhe são infligidos pelo poder autocrático de Putine, esse Ivã o Terrível dos nossos dias.

Tomai consciência da natureza criminosa do estalinismo, que destruiu burocraticamente a Rússia da revolução, para depois a apagar. É hoje tempo de nos levantarmos para derrubar o regime autoritário dirigido por Putine e pelo capitalismo de Estado à moda russa! No Japão de hoje, os dirigentes de um Partido Comunista Japonês auto-proclamado, na realidade um partido de estalinistas reconvertidos, acumula mentiras sobre o Manifesto do Partido Comunista de Marx e o Estado e a Revolução, escrito por Lenine, dizendo que ambos fazem “a apologia da revolução violenta” baseada em “ideias preconcebidas”. Justificam desse modo a sua conversão ideológica e o seu abandono total do marxismo. Na situação crítica em que o governo de Abe procura fazer o Japão participar numa guerra de agressão contra a Coreia do Norte, os estalinistas adoptaram uma posição de “defesa da pátria” exactamente idêntica à dos dirigentes da IIª Internacional, severamente condenada por Lenine. Ao denunciar o crime da direcção do PC Japonês, nós, JRCL, incentivamos os militantes do PC japonês a agirem em consciência e romperem com o estalinismo reconvertido. Apelamos a vós, trabalhadores e povos do mundo, que lutais sem tréguas contra a coerção da guerra, da pobreza e da opressão. Aderi à bandeira do anti-imperialismo e do anti-estalinismo! É hora de reavivar o espírito da revolução russa e lutar todos juntos para fazer do século XXI invadido pela sombra o segundo século da revolução proletária!

(Novembro de 2017)

>>> A mensagem do secretariado do CORQI à JCRL

Caros camaradas,

Tomámos boa nota da vossa carta, tal como lemos com atenção o apelo aos trabalhadores da JCRL por ocasião do centésimo aniversário da revolução russa. É, para nós, politicamente positivo que o Manifesto do CORQI adoptado pela conferência internacional realizada em 1, 2 e 3 de novembro de 2017 circule entre os membros da vossa organização. Ele é realmente um documento destinado não só à discussão das secções do CORQI, mas, como lá reza: “destinado a todos os militantes apegados à independência de classe, que intervêm por uma representação política da classe operária fiel aos seus interesses”. Pela nossa parte, estamos a fazer circular o apelo da JCRL nas secções do CORQI.

Consideramos — e o mesmo se lê na vossa carta — que há grandes convergências na análise que fazem da situação internacional e do proletariado internacional. Há também, em pontos importantes, diferenças de apreciação que há que discutir fraternalmente e seriamente, questões que é necessário pôr a claro.

Um ponto central é, evidentemente, a apreciação comum que ambos fazemos da revolução russa e da sua actualidade, “*primeira revolução proletária da história (...) realizada pelos trabalhadores, camponeses e soldados russos sob a direcção de Lenine e Trotsky*” — apelo da JCRL. Vocês acrescentam que esta revolução foi feita na perspectiva da revolução mundial. Dizem na vossa carta, apreciação que partilhamos, que o “*significado histórico e mundial da revolução russa é mais actual do que nunca*” e que, neste centenário, “*reafirmamos a nossa vontade de construir um partido revolucionário da classe operária e romper, assim, a crise de direcção*”. Esta actualidade da revolução russa decorre da resistência da classe operária, à escala internacional, contra o sistema de exploração capitalista, que só pode sobreviver atacando com violência crescente todas as posições conquistadas pela classe operária e a própria existência das organizações, atacando as próprias bases da civilização. O que se diz no apelo da JCRL: “*Na Ásia, no Médio Oriente e na Europa, a crise em curso pode provocar uma terceira guerra mundial*” enquadra-se como consequência da crise histórica e mundial do sistema imperialista, forma em que o sistema de exploração capitalista se mantém. Como recorda o Manifesto: “*A guerra é filha natural de um sistema capitalista baseado na exploração ilimitada da força de trabalho*” e “*a generalização das guerras, ameaçando a sobrevivência da humanidade, não cai do céu: é produto do impasse do sistema capitalista baseado na propriedade privada dos meios de produção.*”

Por isso a declaração de Lenine de que “luta pela paz sem acção revolucionária não passa de frase oca e falaz” tem hoje mais pertinência do que nunca. Lutar contra a barbárie que a perpetuação do sistema capitalista engendra, de que a guerra é a expressão mais concentrada, só pode ser lutar por arrancar o sistema pela raiz, destruir o Estado burguês, acabar com a propriedade privada dos meios de produção. A questão que se põe é, por conseguinte, a questão do poder da classe operária, a mesma questão que a revolução russa começou a resolver, ao tudo centrar

o partido revolucionário, o partido de Lenine e Trotsky, na exigência de todo o poder aos soviets.

Há acordo entre nós quanto ao facto de que, de todos os crimes do estalinismo, o crime maior — que impunha à burocracia no poder reprimir no sangue quem quer que defendesse o internacionalismo e a democracia operária — foi ter levado à destruição das fundações em que assentava a URSS, que eram o que restava da revolução de Outubro, como consequência da traição da luta do proletariado internacional através das frentes populares, da coexistência pacífica, do esmagamento político do proletariado na própria URSS e da contra-revolução burocrática dirigida contra os trabalhadores da Europa de Leste (Alemanha de Leste, Polónia, Hungria, Checoslováquia). Sem dúvida alguma que foi Gorbachov quem infligiu os últimos golpes infligidos pela burocracia enquanto tal, enquanto ela ainda ocupava o poder de Estado — conquanto esta última etapa da acção contra-revolucionária da burocracia estivesse inteiramente contida na acção de Staline e da casta burocrática que ele agregara à sua volta e cuja acção cobrira com a pretensa teoria do “socialismo num só país”.

O apelo da JCRL diz que a luta do proletariado internacional deve hoje organizar-se em torno da luta contra “*o imperialismo e o estalinismo*”.

Convém esclarecer o que isso hoje significa.

Ao findar a Segunda Guerra Mundial, no seu segundo congresso mundial, em 1948, a IVª Internacional lançava a palavra de ordem “*Contra Wall Street e o Kremlin*”, significando, assim, que os revolucionários se opunham à divisão em “blocos” (“o campo da guerra e do imperialismo” oposto ao “campo da paz e do socialismo”, como repetiam os estalinistas em toda a sua propaganda). Para os trotskistas, para os revolucionários, era, pelo contrário, a unidade da classe operária mundial (compreendendo, nomeadamente, a classe operária americana e integrando a luta da classe operária da URSS e da Europa de Leste contra a ditadura burocrática) que representava a única força capaz de impor a paz pela luta pelo socialismo. Luta que, nos países que haviam escapado ao controlo directo do imperialismo e estavam sujeitos à ditadura da burocracia, tomava a forma de revolução política, cuja perspectiva fora aberta nos textos de fundação da IVª Internacional.

O apelo da JCRL, que se refere ao camarada Kuroda, lembra como a revolução húngara de 1956 — que fora antecedida pela insurreição dos trabalhadores de Berlim-Leste em junho de 1953 e pelo ascenso revolucionário na Polónia no início de 1956 — impulsionou um movimento comunista anti-estalinista. Estas revoluções operárias eram a confirmação, na acção de milhões de trabalhadores, da perspectiva em que Trotsky fundara a IVª Internacional. Após o desmantelamento da URSS e a instauração de regimes estreitamente subordinados ao imperialismo em todas as “democracias populares”, terá a luta contra o estalinismo perdido a actualidade? De modo nenhum. Como a justo título escreve a declaração da JCRL: “*Os pretensos partidos comunistas (na realidade, estalinistas) “converteram-se ideologicamente” em toda a parte do mundo*” ao apoio abertamente reivindicado aos planos do imperialismo. Há que lutar, em todo o lado, contra a herança envenenada da estalinismo que é a negação da democracia operária, a calúnia e a mentira. Mas não só:

lutar contra o estalinismo hoje é opor-se, em todos os terrenos, à política de subordinação aos planos do imperialismo dos antigos partidos estalinistas, que se põem na primeira fila das tentativas para desagregar o movimento da classe operária, para integrar as organizações dos trabalhadores no aparelho de Estado burguês.

Mas há também o facto de que, nos países em que reina uma burocracia em muitos aspectos semelhante à burocracia estalinista, na China, na Coreia do Norte, no Vietname... não pode haver luta eficaz contra a ofensiva imperialista, que visa liquidar tudo o que ainda resta das conquistas arrancadas pelos combates passados da classe operária, escravizando esses países ou até, pura e simplesmente, destruindo-os (basta remeter para o exemplo do Médio Oriente) se não houver acção independente da classe operária desses países, pondo em causa o monopólio do poder exercido pela burocracia e abrindo caminho ao poder democrático dos operários e camponeses — noutros termos, se não houver revolução política.

Lutar contra o estalinismo em todas as suas formas é indispensável para reunir condições para lutar vitoriosamente contra o imperialismo, que hoje ameaça a própria civilização e a existência da humanidade e está disposto — veja-se o comportamento do imperialismo americano — a deflagrar o horror da guerra nuclear se achar a sua supremacia ameaçada. A luta contra toda as sobrevivências do estalinismo conjuga-se com a luta contra todas as forças e orientações que rejeitam a independência política da classe operária e procuram acorrentar a classe operária ao imperialismo em decomposição, nomeadamente os dirigentes dos partidos de origem social-democrata e os dirigentes das organizações sindicais. Verdade aplicável à luta contra a guerra, que só pode ser verdadeiramente levada a cabo no quadro definido por Lenine. Escreve o apelo da JCRL:

“A JRCL luta com todas as suas forças para impedir uma guerra nuclear na Coreia. Apelamos às massas laboriosas do Japão, dos Estados Unidos, da Coreia do Norte e da Coreia do Sul para que se mobilizem em luta unida para além das fronteiras nacionais para correr com os dirigentes belicosos dos seus respectivos países, responsáveis pela crise e pela ameaça de guerra nuclear. Apelamos a esta luta com base no internacionalismo proletário, aplicando ao caso da nossa política actual de luta contra as ameaças de guerra a posição de Lenine de “derrotismo revolucionário”. Camaradas do mundo inteiro! Ergamo-nos em conjunto, lutemos contra as guerras e contra os nossos governos fautores de guerra, aplicando uma solução radical à crise da guerra nuclear!” É bem verdade que só a mobilização revolucionária das massas exploradas e oprimidas pode parar o imperialismo na sua corrida para o desastre. Tal mobilização supõe a acção independente — e, portanto, a luta para impor condições para uma acção independente: liberdade de organização sindical, direito de greve, direito de manifestação —, o que supõe a luta revolucionária do proletariado coreano, no Sul contra o governo aliado ao imperialismo, no Norte contra a ditadura burocrática. A nosso ver, porém, isso não chega para resolver o problema.

Na declaração da JCRL, explica-se, com efeito, que lutar efectivamente contra a guerra iminente exige acção independente e coordenada dos trabalhadores do Japão, dos Estados Unidos e das duas Coreias. Evidentemente

que a ameaça de uma guerra em que se utilizassem armas nucleares na Coreia é um problema mundial. É perfeitamente razoável pôr a questão de uma acção contra a guerra que una os trabalhadores dos países directamente afectados; não há desacordo quanto a isso. Mas porquê omitir a China, então? A China está directamente envolvida como Estado, e o povo chinês está directamente ameaçado. Uma guerra na península coreana acarretaria a presença maciça de forças militares imperialistas nas fronteiras da própria China. Além disso, para o imperialismo, o alvo não é só a Coreia do Norte, mas, sobretudo, a China. O imperialismo leva a cabo uma política de cerco e pressão militar, diplomática e económica sobre a China, que faz pontaria às fundações do próprio Estado. É com muita razão que a vossa declaração lembra que os trabalhadores chineses são alvo de ataques do “Estado burocrático, que luz a falsa etiqueta socialista”. Se há caso em que apelar à luta “contra o imperialismo e contra o estalinismo” adquire hoje plena dimensão, esse caso é a China, onde o poder da burocracia, nos seus ataques contra a classe operária, abre passo à penetração imperialista directa. Lutar contra a guerra, contra o imperialismo fautor de guerra requer o contributo da classe operária chinesa e é inseparável, no caso da China, de lutar contra o poder burocrático. De lutar, por conseguinte, para impor, face à burocracia, condições para o desenvolvimento do movimento operário independente (liberdade de organização sindical, direito à greve, direito de manifestação, direito de constituir partidos políticos).

Outro problema a discutir é, a nosso ver, o facto de, na declaração da JCRL, todos os regimes envolvidos serem qualificados de “belicistas”. Não basta para os caracterizar no ponto de vista social e político. O regime norte-coreano é, por exemplo, uma caricatura sinistra de um regime burocrático. É um regime que, como a JCRL diz, é contrário aos interesses da classe operária coreana. Não apenas por espezinhar, nas formas mais extremas, qualquer elemento de democracia na Coreia, mas por se opor à revolução proletária e, portanto, a uma solução pacífica e conforme às aspirações dos povos no caso da Coreia, que procura chegar a um acordo com o imperialismo baseado na conservação da divisão do país. Isto não faz do regime norte-coreano um regime imperialista. O “derrotismo revolucionário” que Lenine propugnava baseava-se na natureza imperialista da guerra. O proletariado de cada um dos países imperialistas envolvidos na Primeira Guerra Mundial tinha interesse na derrota do próprio imperialismo. A classe operária da Coreia não tem nada a esperar da burocracia norte-coreana, mas não tem qualquer interesse em ver o seu país ocupado pelo imperialismo. Lutar contra a guerra é lutar contra o imperialismo e exige a mobilização da classe operária pelos seus interesses em toda a parte.

São estas as questões em relação às quais o debate entre nós precisa de continuar — sempre que possível empreendendo acções conjuntas baseadas na concordância que temos numa série de questões decisivas.

Fraternalmente,

O secretariado do CORQI

● ANÁLISE

Crónica do Revisionismo

(1ª parte)

Há três anos, reunia-se, em março de 2015, a última sessão do Conselho Geral da IVª Internacional (reproclamada em 1993) anterior à crise do verão de 2015. Durante essa sessão, na recta final do processo que levaria o pequeno núcleo revisionista a provocar a cisão da Internacional algumas semanas mais tarde, esse núcleo inventou — oralmente — uma nova categoria, até então desconhecida nas fileiras da IVª Internacional: a de “secções principais” que existiriam na Internacional, além das outras.

Tal categoria — na altura contestada por aqueles que daí a pouco tempo seriam expulsos, formando depois o CORQI — é evidentemente estranha não apenas às tradições da IVª Internacional fundada por Leão Trotsky em 1938, mas ao internacionalismo proletário, que tomou forma há mais de cento e cinquenta anos no combate pela Associação Internacional dos Trabalhadores (1ª Internacional). Tal concepção, que, para não dizer pior, levou a todas as derivas “nacional-trotskistas” do nosso movimento, fora sempre combatida pelo camarada Pierre Lambert, desaparecido há dez anos. Ele nunca se cansava de repetir que não há nem “grandes países nem pequenos países”. A Internacional encarna a unidade mundial da luta de classes, em que a luta da classe operária decorre do mercado mundial assente na propriedade privada dos meios de produção.

Não é o caso de revisitar aqui a crise que, em finais de junho de 2015, rebentou, primeiro na direcção da secção francesa, depois em toda a Internacional, nem as suas raízes (para isso, remeta-se para os números 1, 6 e 8 da nossa revista). Contudo, uma vez que se inventou este conceito de “secções principais” — alheio ao marxismo, repita-se —, não será inútil, três anos após a sua invenção, informar os nossos leitores da deriva das “principais secções” filiadas no centro revisionista. A luta pela reconstituição da IVª Internacional, de que o Comité de Organização pela Reconstituição

da IVª Internacional (CORQI) se reivindica, subentende uma procura constante de discussão livre e, portanto, de democracia operária. Esta precisa de começar dos factos e das posições em presença.

Argel: uma conferência mundial contra a guerra e a exploração?

Quando, em dezembro de 2015, militantes que representavam um sector do movimento operário de Mumbai (Índia) e militantes recentemente excluídos do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (1) decidiram convocar para a Índia, em novembro de 2016, uma “conferência mundial contra a guerra, a exploração e o trabalho precário”, dirigindo-se para isso a todos (inclusive aos outros membros da coordenação internacional do Acordo), o centro revisionista atirou-se com sanha a esta proposta.

A ideia, da parte dos militantes da Índia, como dos dos Estados Unidos, França, Paquistão e outros países que avançaram com a proposta, era, porém, assegurar a continuidade da luta para ajudar à recomposição do movimento operário com um novo eixo, nos termos em que, durante vinte e cinco anos, ela se tinha materializado no Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos pela Internacional Operária, constituído, lembre-se, em janeiro de 1991, na conferência mundial aberta de Barcelona “contra a guerra e a exploração”, em vésperas da primeira agressão imperialista contra o Iraque e poucos meses antes do desmoronamento da União Soviética.

Vinte e cinco anos mais tarde, num mundo que ameaça cair na guerra total e na barbárie, a necessidade de agregar, de maneira ampla, todas as forças que procuram preservar a independência de classe no movimento operário, lutar contra a guerra e a exploração e juntar-se debaixo da bandeira da luta “pela Internacional Operária” é ainda mais premente do que em 1991.

“Um encontro de amigos e gente de boa companhia”

Ora, em fevereiro de 2016, o relatório que Andreu Camps apresentou ao pretense “IXº Congresso Mundial” escarnece do que ele chama de “operação Mumbai”. Afirma ele que, na actual situação, “é preciso, portanto, evitar apelos abstractos contra a guerra e a exploração”. Na mesma reunião, o seu comparsa Marc Gauquelin apoia essa afirmação: “Já não estamos em 1991, agora é a guerra! E alguns dos delegados a este congresso militam em países em guerra. (...) Seria, quando muito, para os Estados Unidos que se [haveria de convocar] uma verdadeira conferência contra a guer-

ra”. Senão, afirma Gauquelin, tal conferência contra a guerra e a exploração seria apenas “*um encontro de amigos e gente de boa companhia*”.

Poucos meses mais tarde, enquanto militantes operários de mais de cinquenta países apoiam o Manifesto contra a Guerra, a Exploração e o Trabalho Precário, que serve de base à constituição, em Mumbai, de um Comité Operário Internacional contra a Guerra e a Exploração e pela Internacional Operária (COI) por iniciativa de trezentos e cinquenta militantes de todas as tendências, surge de repente um apelo, vindo do que restava do “Acordo Internacional”, à realização de uma “conferência mundial contra a guerra e a exploração”, conferência a realizar em... Argel.

A dita conferência fez-se nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2017. Não é inútil revisitar os documentos adoptados pela conferência, que, no intuito de poder reivindicar a continuidade do empreendido em Barcelona em 1991, se intitulou “*9ª conferência mundial contra a guerra e a exploração do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos*”.

Segundo o semanário da CCI, *Informations ouvrières* (de 14 de dezembro), a principal decisão da conferência de Argel foi que “*230 delegados de 40 países decidiram constituir um comité de ligação internacional*”. Uma estrutura nova, portanto, distinta do agrupamento que continua a designar-se “Acordo Internacional” depois de dele ter sido expulsa metade da sua coordenação internacional.

“Comité de Ligação Internacional” ainda a constituir, visto que o apelo adoptado pelos delegados se conclui assim: “*Apoiamos a proposta da coordenação da AIT de examinar a possibilidade de, nos meses a vir, se reunirem de novo representantes de todos os países presentes a fim de constituírem um Comité de Ligação Internacional da 9ª CMA, no propósito de prosseguir os nossos intercâmbios, organizar acções conjuntas e a solidariedade internacional*”.

Contra a guerra e a exploração

Pela defesa:

- *dos direitos sócio-económicos dos trabalhadores e da juventude;*
- *das liberdades democráticas;*
- *da soberania dos povos e das nações.”*

“Pressões que se exercem sobre as direcções”

Bem se vê que, por trás da reivindicada continuidade com o feito desde Barcelona (1991), se está a pensar em passar a outra coisa. Que coisa? O apelo de Argel dá-nos a chave. A situação mundial, diz, é marcada por “*uma crise de dominação sem precedentes do imperialismo*”. Reconhece-se a fórmula brandida, qual chocalho, durante meses e meses na direcção internacional antes da crise do verão de 2015. A pretexto de “*crise de dominação do imperialismo*”, era preciso, a um tempo, não afirmar a agonia do regime assente na propriedade privada dos meios de produção e, sobretudo, mascarar o facto de que “*a crise da humanidade se reduz à crise da direcção revolucionária*” (Programa da IVª Internacional), mascarar, portanto, o facto de o regime capitalista agonizante só sobreviver graças à política das direcções contra-revolucionárias do movimento operário.

O apelo de Argel continua: “*Os participantes na conferência chegaram à mesma conclusão. Em toda a parte, os trabalhadores e os povos oprimidos defrontam-se com uma crise terrível, que resulta da decomposição do sis-*

tema capitalista. E resistem porfiadamente. (...) Independentemente das situações nacionais, essa resistência colide com as pressões que se exercem sobre os dirigentes do movimento operário e popular para os fazer aceitar, acompanhar e até participar em todos os golpes preparados e infligidos pelos diferentes governos ao serviço do capital, com o argumento de que “não há outra maneira”.”

O que aqui se revela é, não resta dúvida, um novo ponto de vista político. Por um lado, os trabalhadores e o movimento operário “*resistem em toda a parte*”. Por outro, “*exercem-se pressões*” sobre os dirigentes do movimento operário para fazê-los aceitar e levá-los a acompanhar. Pressões para acompanhar que vêm do exterior, portanto dos capitalistas, dos seus Estados e das suas instituições.

A existência dessas pressões é, evidentemente, indiscutível. Mas quem ousará dizer que a pressão da classe capitalista não dispõe de poderosos retransmissores dentro das próprias cúpulas do movimento operário? Ao que aqui assistimos é à revisão da natureza burguesa dos aparelhos que dirigem as organizações operárias, à revisão da afirmação de Lenine a respeito dos “*lugar-tenentes operários da burguesia*”, da afirmação de Trotsky acerca dos “*aparelhos contra-revolucionários*” da IIª e da IIIª Internacional. Para o centro revisionista, há apenas, de um lado, organizações operárias e, do outro, a classe capitalista, que exerce “*pressões*”, do exterior, sobre aquelas.

O acompanhamento pelas direcções leva a recuos

Pela parte que lhe cabe, o Manifesto da Conferência de Mumbai postulava o seguinte: “*Demonstra-nos a experiência dos últimos vinte e cinco anos que, de cada vez que as organizações operárias foram levadas pelas suas direcções a, em vez de lhes resistirem, acompanharem atentados contra os direitos dos trabalhadores; mais: de cada vez que, em nome do “mal menor”, essas direcções quiseram moderar os impactos da ofensiva anti-operária, o invariável resultado foram recuos, às vezes derrotas graves para a classe operária, para os seus direitos e para a própria democracia.*”

Ajudar a agregar as forças que, no movimento operário, a todos os níveis, querem livrar-se da política de acompanhamento ditada pelas direcções cujo horizonte é “*limitado*” pelo carácter pretensamente inultrapassável do regime capitalista, tal foi sempre a política da IVª Internacional, procurando reagrupar essas forças através de conferências internacionais, de campanhas, de iniciativas, sem, no entanto, as condicionar ao programa da IVª Internacional. Era especialmente isso que o Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos pela Internacional operária, fundado em Barcelona em 1991, representava.

É exactamente com essa continuidade que as iniciativas da conferência de Argel querem romper. Lê-se numa acta da reunião de Argel publicada nas *Informations ouvrières* (de 25 de janeiro): “*Lucien Gauthier venceu o novo período aberto à escala internacional. (...) Disse ele que a natureza das intervenções dos delegados à 9ª Conferência, em que estiveram representadas quinze confederações sindicais, intervenções todas elas focadas na defesa ou reconstrução de organizações de classe, era uma ilustração da realidade da resistência que se desenvolvia à escala mundial. Datando a 8ª Conferência Mundial de 2010, a proposta de criar um Comité Internacional de Ligação, com vocação para se reunir regularmente,*

demonstrava que a conferência era diferente das anteriores.”

“Esta conferência é diferente das anteriores”

Sim, Lucien Gauthier tem absoluta razão: apesar das formulações repetitivas destinadas a reivindicar em palavras a continuidade com Barcelona e com o Acordo... esta conferência é, de facto, “diferente das anteriores”!

A “mutação” estava já, na realidade, anunciada há bastante tempo. No dia 7 de agosto de 2015 (menos de um mês e meio após a cisão da CCI), publicava o comité de correspondência revisionista um “Boletim nº 8 às direcções de secção”, que, muito oportunamente, publicava uma “contribuição da secção suíça”, consagrada, em grande parte, ao tema: “Do lugar, da forma e do papel do Acordo...” Esta contribuição anunciava claramente o próximo desaparecimento da mínima referência, formal que fosse, ao que o Acordo encamara nos últimos vinte e cinco anos, enquanto combate da IVª Internacional pela reorganização do movimento operário com um novo eixo.

Na “contribuição da secção suíça”, lia-se, designadamente, o seguinte: *“A discussão sobre o futuro do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos é indissociável dum apreciação do momento da situação. (...) Um acordo a nível internacional é iniludível. Deve adoptar contornos idênticos aos “quadros transitórios” que construímos à escala de cada nação: único acordo prévio = a vontade de se situar no terreno da defesa das reivindicações próprias da classe operária. (...) O Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos não desempenha, na etapa actual, tal papel. Tão-pouco tem essa natureza. Temos condições para constituir um quadro internacional a uma escala muito mais ampla. (...) Ou talvez valha a pena reflectir sobre a elaboração dum novo carta no quadro de uma nova conferência mundial aberta.”*

O que seria, contudo, um novo agrupamento à escala internacional cujo “único acordo prévio = a vontade de se situar no terreno da defesa das reivindicações próprias da classe operária”? Um agrupamento, na melhor das hipóteses, de tipo sindical, entrando, conseqüentemente, em concorrência com as organizações existentes?

Chamemos a atenção dos nossos leitores para o apelo adoptado em Argel. Este propõe constituir um “comité de ligação internacional” com a plataforma: *“Pela defesa dos direitos sócio-económicos dos trabalhadores e da juventude; da independência das organizações sindicais; das liberdades democráticas; da soberania dos povos e das nações.”* Ora aqui está, realizada, a “mutação” que se anunciara em agosto de 2015.

Levando à letra o que o apelo de Argel escreve, nada há na plataforma do “comité internacional de ligação” que o distinga do que possa defender tal ou tal organização sindical internacional. Na realidade, nem sequer se trata de constituir um agrupamento sindical internacional: os representantes das confederações presentes em Argel não fazem a mínima tenção de pôr em causa a sua filiação actual. Ninguém deixou, na sua intervenção, de referir a respectiva filiação internacional, FSM uns, CSI outros, nem manifestou tenção de a abandonar. O caso, na realidade, é de, em nome desta mutação, liquidar toda e qualquer referência ao Acordo como quadro de combate pela recomposição do movimento operário com um novo eixo, a Internacional Operária.

Contra a guerra na conferência de Argel, pela guerra no Parlamento português

A crer, aliás, nas Informations ouvrières, que retratam alguns dos participantes na Conferência de Argel, esta foi efectivamente uma conferência “de novo tipo”, em ruptura com tudo o que o Acordo foi desde que se constituiu em 1991. Assim, as Informations ouvrières dão destaque à participação na conferência do deputado João Vasconcelos, do Bloco de Esquerda português. Este explica as razões por que o seu partido, membro da maioria parlamentar, apoia o governo do Partido Socialista português. Governo que, como todos os governos europeus, aplica as directivas da União Europeia e do capital.

Pior que isso, no entanto, pois João Vasconcelos não é só deputado, ele é também vice-presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República. Como membro da maioria parlamentar, votou o orçamento do governo PS, incluindo as dotações militares para as intervenções imperialistas das tropas portuguesas no Afeganistão, no Mali, etc. A sua fracção parlamentar apresentou moções a condenar a Coreia do Norte, com uma linguagem que Trump não renegaria... Como se vê, a questão não está nas “pressões” que se exercem do exterior sobre os dirigentes — sejam eles deputados ou chefes de partidos “de esquerda” ou dirigentes de centrais sindicais —, mas sim da adopção consciente da política do imperialismo por esses dirigentes e, neste caso, na sua forma mais brutal: das intervenções militares imperialistas contra os povos.

O que impressiona, neste caso, não é tanto a participação de Vasconcelos, mas que nenhum dos organizadores desta “conferência mundial contra a guerra e a exploração” tenha havido por necessário interpelar o deputado Vasconcelos sobre a sua linguagem dupla: contra a guerra imperialista na tribuna da conferência, pela guerra imperialista no Parlamento português. Não é que a coisa não tivesse notoriedade pública, mesmo para os organizadores da conferência de Argel: baseando-se em referências de facto, os militantes portugueses do grupo *A Internacional* (CORQI) tinham difundido no mundo inteiro, em 4 de maio de 2017, uma *Carta Aberta ao Deputado João Vasconcelos* que concluíam deste modo: *“À vista destes factos, conhecidos, públicos e verificáveis, observamos com pesar que os seus discursos “contra a guerra e a exploração” de Paris aos “domingos e feriados”... servem de máscara para acções e votações favoráveis às guerras de Trump em Lisboa nos dias úteis!”*

Os militantes que participaram na conferência de fundação do Acordo, em Barcelona, em janeiro de 1991, lembrar-se-ão, quanto a eles, da discussão que Pierre Lambert pôs na ordem de trabalhos da conferência. Tendo-se esta reunido alguns dias antes do lançamento da agressão imperialista contra o Iraque (17 de janeiro de 1991), um membro da delegação francesa, responsável sindical, sugeriu uma formulação que punha no mesmo plano os imperialistas agressores, Bush senior, o presidente francês, Mitterrand, e o primeiro-ministro britânico, Major, de um lado, e Saddam Hussein, em representação do Iraque agredido, do outro. Partidário da democracia operária como era, Lambert pôs esta discussão na ordem do dia da conferência mundial. Se não era apropriado fazer com que esta adoptasse o conjunto das posições da IVª Internacional nesta matéria, para Lambert era impensável que o Acordo que se estava a constituir se situasse num terreno que contivesse

a mais pequena concessão ao imperialismo. Assim, os documentos adoptados em Barcelona (Manifesto contra a Guerra e a Exploração e Comité Internacional contra a Guerra) situaram-se rigorosamente no terreno do internacionalismo proletário: do lado da nação oprimida, contra o imperialismo. Esclareça-se apesar de tudo, em defesa do camarada que propôs a formulação rejeitada pela conferência, um militante operário francês já desaparecido, que, contrariamente a Vasconcelos, ele não co-presidia a comissão de defesa nacional do seu próprio país imperialista, nem votava os créditos de guerra, nem enviava tropas do seu próprio governo imperialista bombardear o Iraque ou o Afeganistão. Argel 2017 é, não reste dúvida, uma ruptura completa com Barcelona 1991!

Contra a República Catalã

Entrevistado pelas *Informations ouvrières* (21 de dezembro) no âmbito da conferência de Argel, o dirigente do POSI Angel Tubau declara: “A realidade é que a mobilização revolucionária que levantou a Catalunha pôs a nu o regime. Mostrou a todos os povos e trabalhadores de Espanha a verdadeira face das instituições herdadas do franquismo. Abriu uma nova etapa, que põe na ordem do dia a luta comum dos trabalhadores e dos povos pela República. Nova etapa que abre caminho à união de todas as forças operárias e populares disponíveis contra o regime.”

Discurso na aparência “revolucionário”. Qual foi então a política do POSI, organização membro do centro revisionista no Estado espanhol, desde a votação de 1 de outubro de 2017 pela República Catalã, votação em que o povo catalão infligiu soberanamente um primeiro golpe à monarquia franquista?

Recordemos que, no dia 16 de outubro, o próprio dia em que dois representantes de organizações democráticas, Jordi Cuixart e Jordi Sanchez, são metidos na prisão pela monarquia franquista pelo “crime” de terem organizado a votação de 1 de outubro, o número 649 da *Carta semanal* do comité central do POSI escreve o seguinte: “É necessário abrir o combate por uma saída política. Uma saída cuja premissa só pode ser uma: parar com as ameaças de aplicação do artigo 155º! (...) combate que só as principais organizações da classe operária podem travar. (...) Essa é a única base que permite contemplar verdadeiramente o diálogo, portanto uma negociação política por uma saída democrática, saída que compreenda um verdadeiro referendo livre e vinculativo” (sublinhado nosso).

Um “verdadeiro referendo”? O referendo de 1 de outubro não foi, portanto, um “verdadeiro referendo”; se fosse, não era preciso outro! O que faltou então ao referendo de 1 de outubro para o redactor da *Carta semanal* o considerar “verdadeiro”? Ter obtido a autorização de Rajoy e do rei Felipe? E que lhe faltou para ser “vinculativo”? Ter sido convocado pela monarquia? Observar-se-á que esta argumentação sobre o carácter “não legal” e pretensamente “ilegítimo” do referendo de 1 de outubro são os mesmos argumentos avançados pelo governo Rajoy, pelos dirigentes do PSOE..., mas também pelos do Partido Comunista e de Podemos, que dissertaram sobre a falta de “garantias democráticas” oferecidas pelo referendo de 1 de outubro, etc.

Será por isso que a *Carta semanal* desencoraja os trabalhadores catalães de proclamarem a República, ao escrever: “Apresentar ao povo da Catalunha que só há uma alternativa, a alternativa entre a situação actual e a declaração

unilateral de independência, só serve para isolar o povo da Catalunha”?

O POSI condena a proclamação da República Catalã

Porém, no dia 30 de outubro, enquanto se abate a repressão franquista (nomeadamente, fazendo aplicar o artigo 155º da Constituição de 1978, que “suspende” a autonomia catalã, reduzindo-a à tutela de Madrid), a *Carta semanal* 651 galga mais um degrau:

“*Representa a Declaração Unilateral de Independência* (leia-se, a proclamação da República Catalã - NdR) *uma saída favorável para o povo catalão? A nossa opinião clara é: não. A Declaração Unilateral de Independência não é uma saída favorável nem para o povo catalão, nem para os trabalhadores — da Catalunha e do resto do Estado —, nem para os outros povos. Tudo parece indicar que a Declaração Unilateral de Independência não tem o apoio de grande parte do povo da Catalunha, o que, na situação dada, não lhe deixa outra opção para se lhe opor a não ser entregar-se nas mãos da reacção espanhola*”.

Extraordinário! A “Declaração Unilateral de Independência”, portanto, a proclamação da República Catalã em 27 de outubro, por mandato da votação de 1 de outubro, é condenada e acusada de atirar uma parte das massas para os braços da reacção! Mas o que diz o POSI da esmagadora responsabilidade, nesse aspecto, de todos aqueles que isolaram deliberadamente a República Catalã? Que diz o POSI dos dirigentes de Podemos que, como Iglesias, condenam, também eles, a Declaração de Independência? Que diz o POSI da posição do chefe da Izquierda unida, que se pronunciou “*pela unidade de Espanha*”, e dos dirigentes da UGT e das Comisiones obreras, que há semanas tomam posição pela “reforma” da Constituição franquista de 1978? Nada diz. É que o POSI, renegando a política da IVª Internacional no Estado espanhol, passou-se, de facto, com armas e bagagens, para o campo dos que se põem contra a República Catalã.

Comparem-se uma vez mais as declarações do POSI com as posições tradicionais dos militantes trotskistas em Espanha, por exemplo as teses da Organización Cuarta Internacional do Estado espanhol (OCIE), de 1976, sobre “*o alcance revolucionário da palavra de ordem de direito dos povos catalão, basco, galego e valenciano à separação política*” (Teses da OCIE, publicadas em *Correspondência Internacional*, 1976. Compare-se a prosa do POSI com o que o camarada Lambert sugeria, em 2007, em discussão com os camaradas do Estado espanhol: “*Nós somos o povo catalão livre e queremos que essa liberdade seja ratificada pela República Catalã soberana. Somos contra a monarquia que oprime e explora todos os povos de Espanha (...) e somos pela União Livre dos Povos Livres de Espanha. Pronunciamos-nos pela República Catalã, pela República Basca, pela República Andaluz, etc., e somos pela união livre das repúblicas livres de Espanha*.”

O “direito do povo catalão a decidir”: “opinião pessoal”!

Perdido o crédito, e não só na Catalunha, pela sua política de capitulação contra a república Catalã, o POSI tentou “emendar a mão”, publicando, em finais de dezembro, um apelo de militantes que se supunha oposto à brutal repressão da monarquia franquista. Recorde-se que esta repressão se abate sobre centenas de militantes de todas as tendências por uma úni-

ca razão: eles terem, no dia 1 de outubro de 2017, tentado organizar a votação pela República, que a monarquia e o tribunal constitucional, com a ajuda dos dirigentes do Partido Socialista (PSOE), tentaram proibir.

Enquanto numerosos militantes apodrecem há meses na prisão pelo “crime” de terem lutado pela República Catalã, o apelo “contra a repressão” lançado pelo POSI atreve-se a dizer: “*Temos opiniões pessoais sobre os acontecimentos da Catalunha e, inclusive, sobre o direito do povo catalão a decidir; mas todos nós defendemos os direitos democráticos*”. Em suma, pode-se ser contra ou a favor do direito dos povos a disporem de si mesmos; isso, como a religião, será “assunto privado”, questão de “opinião pessoal”! Não fará o direito dos povos a disporem de si mesmos parte dos direitos democráticos? Poder-se-á “defender os direitos democráticos”... exceção feita do direito do povo catalão (ou de outro povo qualquer)?

Como não se há-de chegar à conclusão que tiram os camaradas trotskistas do Estado espanhol que, dirigindo-se ao CORQI, comunicam a conclusão das suas reflexões: “*Observamos que, independentemente da nossa posição sobre a crise da secção francesa e da Internacional, concor-*

damos convosco no que diz respeito ao diagnóstico da política do POSI quanto à Catalunha: é um concentrado da sua adaptação progressiva às exigências dos aparelhos ao serviço das instituições do imperialismo e do seu regime no Estado espanhol, a monarquia franquista. O POSI renunciou, pelo menos nesta questão central, ao programa da IVª Internacional. ●

Dominique Ferré

(A crónica do revisionismo do próximo número d’A Internacional versará mais duas “secções principais” do centro revisionista: Brasil e França).

(1) Logo após a cisão da IVª Internacional, uma parte da coordenação internacional do Acordo decidiu convocar uma reunião sem convocar os dois camaradas dos Estados Unidos seus membros, nem o camarada da Índia, nem a camarada do Paquistão, nem um dos camaradas de França (acrescente-se que também não estiveram presentes nem o camarada da Alemanha nem o da Rússia). Em suma, os partidários do núcleo revisionista decidiram excluir “de facto” metade da coordenação do Acordo.

“As Mulheres na Revolução Russa”

Por Jean-Jacques Marie
Éditions Seuil - 384 páginas - 21€

No prefácio de 1930 à sua *História da Revolução Russa*, de que fora um dos principais actores, Leão Trotsky afirmava que “a história da revolução é, para nós, antes de mais nada, a narrativa de uma irrupção violenta das massas no domínio em que se resolve o seu próprio destino”.



nou esta obra inédita de transformação das relações entre homens e mulheres. Lenine afirmava que “o bom resultado de uma revolução depende do grau de participação das mulheres.” O livro mostra a luta das mulheres trabalhadoras pela sua própria auto-emancipação, que desemboca em medidas emancipadoras que os bolcheviques e o governo revolucionário encorajam e apoiam. O livro, recorrendo a grande número de exemplos, narrativas e episódios, mostra como, apesar disso, mesmo no apogeu da revolução, mesmo dentro das organizações revolucionárias, subsiste uma desigualdade de facto entre os sexos e se mantém a subordinação da mulher ao homem. Porquê? A questão feminina afina,

neste aspecto, pelo mesmo diapasão de todas as questões de luta contra as consequências da exploração do homem pelo homem.

O livro dá um exemplo significativo. Uma komsomoliana (2), operária de uma fábrica de calçado, intervém num debate e declara aos oradores masculinos: “Podem fazer chover palavras de ordem à vossa vontade. Para vocês, é fácil chamarem-nos pequeno-burguesas. Mas quando chegam a casa, quem vos faz a refeição, quem vos passa a camisa, quem vos alimenta o filho? É a vossa mãe ou a vossa mulher.”

Contra a dupla exploração, a mesma luta

O modo de produção capitalista submete a mulher trabalhadora a uma dupla exploração. Como assalariada, sofre do trabalho desqualificado, do trabalho a tempo parcial ou de um salário mais baixo. Como dona de casa, sofre, desde que apareceu a propriedade privada e a célula familiar, que não são exclusivas do capitalismo, o embrutecimento pelas tarefas ditas domésticas da família, a roupa, as refeições e a guarda e educação das crianças, quando possível.

Apesar da “avalanche de decretos revolucionários” que a obra descreve, como participar nas reuniões de partido, sindicato ou soviete, nos cursos de alfabetização ou instruir-se quando sobre a mulher pesam a maioria das tarefas ditas domésticas, que lhe tomam o tempo que não passa na fábrica ou no campo?

Procurando desenvolver um sistema de creches, cantinas ou lavandarias públicas e colectivas, o governo soviético mostra vontade de aliviar o fardo das mulheres trabalhadoras. Como desenvolver, porém, eficazmente essas mesmas estruturas num país exangue, minado pela penúria e pelo esforço da guerra civil, que impede a aplicação prática das medidas emancipadoras? Noutros termos: será possível a igualdade efectiva e não só jurídica num sistema em que as mulheres trabalhadoras, como todos os trabalhadores de todos os sexos e de todos os países, são libertos porque feitos donos dos seus meios de produção e em que as tarefas deixam de ser domésticas, passando a ser socializadas e postas a cargo da sociedade no seu conjunto? Não é esta socialização das tarefas domésticas, que assim deixariam de o ser, a so-

Em 1917, os oprimidos da Rússia lançam-se ao assalto do czarismo. Quem detona a revolução, contra os partidos operários, que apelam à contenção, são as camadas mais exploradas, especialmente as mulheres trabalhadoras e os jovens operários das fábricas das grandes cidades. Em 23 de fevereiro de 1917, as operárias têxteis de Vyborg, arredor popular de Petrogrado, largam o trabalho e lançam-se em frente: abrem uma brecha por onde se precipitará o proletariado, que irá fazer cair o regime autocrático poucos dias mais tarde, até tomar o poder alguns meses depois.

Um progresso nunca igualado na história do mundo

O livro do nosso camarada Jean-Jacques Marie explica o papel que as mulheres desempenharam, em especial, nesta revolução, na guerra civil e no período da reacção estalinista, mas também o lugar que conquistaram, ou não conquistaram, nas organizações revolucionárias, nos sovietes e na sociedade soviética.

Que outro governo instituiria, em poucos meses, a proibição do trabalho nocturno e das horas extraordinárias, a igualdade jurídica entre os cidadãos dos dois sexos, o casamento civil arrancado às mãos do clero, o direito ao divórcio por simples pedido escrito de um dos cônjuges, o direito ao aborto, a instauração de um sistema de casas de maternidade que prestassem cuidados gratuitos, a igualdade entre paternidade “natural” e “legítima”, uma licença protectora da maternidade, o direito de voto, uma campanha de alfabetização das mulheres nas cidades e nos campos ou uma rede de milhares de cantinas, creches, dispensários e lavandarias colectivas destinadas a libertar as donas de casa das tarefas domésticas?(1) Este progresso em favor dos direitos das mulheres não tem equivalente na história da humanidade. Foi há um século, num país devastado pela fome, pelo bloqueio e pela guerra civil impostos pelos governos imperialistas e pelos exércitos brancos do interior. Foi a explosão revolucionária de todas as camadas oprimidas e abafadas pelo czarismo e pelos seus apêndices religiosos e morais que deto-

lução que permite a função natural de maternidade das mulheres, sem encerrá-las no estatuto em que a sociedade patriarcal há séculos as mantém e em que passam da tutela da autoridade do pai para a do marido?

Através dos retratos de Inessa Armand, Larissa Reiser, Clara Zetkin ou Alexandra Kollontai, dirigentes revolucionárias, teóricas ou chefes de guerra, o livro situa o lugar das mulheres trabalhadoras não só no âmbito da revolução, mas também nas organizações operárias. Os partidos e os seus representantes têm posições diferentes, mas desenvolvem palavras de ordem específicas, iniciativas entre as mulheres, por vezes organizações específicas integradas na luta de conjunto pela emancipação da classe operária (3).

Um século mais tarde

O “caso Harvey Weinstein”, revelador das agressões sexuais no meio da indústria cinematográfica, veio a ser utilizado numa campanha de comunicação social à escala mundial para tentar virar as mulheres contra os homens.

Permitiu aos hipócritas de todos os calibres armarem-se em “*libertadores da voz das mulheres*” (4), procurando substituir as reivindicações tradicionais do movimento operário e democrático de defesa e de conquista dos direitos das mulheres, enquadradas na luta operária no seu conjunto, pela luta contra “a violência contra as mulheres”, independentemente de considerações de classe. Luta de classes ou luta de sexos? Há oitenta anos, redigiu-se o Programa de Transição, programa fundador da IVª Internacional. Ele dedica um capítulo, a inscrever na nossa bandeira: “*Lugar à juventude! Lugar às mulheres trabalhadoras!*”. Nele se lê: “*Todas as organizações oportunistas focam a sua atenção, pela sua própria natureza, nas camadas superiores da classe operária e, conseqüentemente, ignoram tanto a juventude como as mulheres trabalhadoras. Ora, a época do declínio capitalista inflige os golpes mais duros à mulher, tanto enquanto assalariada como enquanto dona de casa. As*

secções da IVª Internacional devem procurar apoio nas camadas mais oprimidas da classe operária e, conseqüentemente, nas mulheres trabalhadoras.”

Foi armada deste programa que a IIª Conferência Internacional da Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) dedicou uma parte dos seus trabalhos a esta questão, decidindo ocupar plenamente o seu lugar na iniciativa do Comité Operário Internacional (COI) (5): organizar e responder ao “inquérito internacional destinado a responder à situação das mulheres trabalhadoras em matéria de direito à maternidade e à livre sindicalização, de igualdade salarial com os homens, de direito aos cuidados, de protecção social, de acesso à escolaridade e à formação profissional”.

Aurélien Bloyé

(1) Não obstante algumas ainda hoje subsistirem, a maior parte destas conquistas serão desmanteladas pela reacção estalinista e sucessores (proibição do aborto em 1936, restrições ao direito ao divórcio, etc) e, depois, pelos regimes mafiosos e privatizadores que porão a propriedade social e as estruturas colectivas a saque.

(2) Nome correntemente dado aos militantes da juventude comunista do Partido Comunista.

(3) A Jenotdiel (as secções destinadas à agitação e propaganda junto das mulheres) conta três milhões de militantes no final dos anos vinte.

(4) O governo americano organiza estágios de sensibilização obrigatórios para os parlamentares. Em França, o presidente Emmanuel Macron faz da igualdade homens-mulheres a “grande causa do quinquenato”, com a sua secretária de Estado Marlène Schiappa, enquanto o seu governo fecha maternidades e centros de protecção materno-infantil e desmantela o Código do Trabalho em que estão inscritas as garantias ligadas ao trabalho das mulheres.

(5) O COI foi constituído por delegações de 32 países por ocasião de uma conferência internacional realizada em Mumbai, na Índia, em novembro de 2016, “contra a guerra, a exploração e o trabalho precário”.

● OS NOSSOS

FRANÇA

Há dez anos desaparecia o camarada Pierre Lambert

Editorial de *La Tribune des travailleurs* (França)
N° 121, de 10 de janeiro de 2018

No dia 16 de janeiro de 2008, deixava-nos o nosso camarada Pierre Lambert. Dez anos mais tarde, plumitivos malévolos continuam a esforçar-se por manchar a sua memória*. Deixando de parte as elucubrações, qual é o alvo real deste ódio? Será o militante que consagrou mais de setenta anos da sua vida consciente ao combate da classe operária para se libertar das cadeias da exploração capitalista? Aquele que sempre considerou a luta de classes como o motor da história? O militante operário para quem a independência de classe era uma questão de princípio, fosse ela na forma da independência dos sindicatos ameaçada pela integração no Estado e pela subordinação ao patronato e ao governo; ou na da necessária construção de uma ferramenta política para a classe operária? O militan-

te trotskista que, partidário do programa da IVª Internacional, não fazia dele condição prévia, trabalhando para reconstruir o movimento operário com um novo eixo, lançando, nomeadamente, as bases de um autêntico partido operário (e da Internacional Operária) com militantes de todas as tendências? Aquele para quem toda e qualquer conquista operária devia ser defendida com unhas e dentes, a começar pela segurança social arrancada pela vaga revolucionária de 1945? Aquele que inscrevia essa defesa quotidiana das reivindicações na perspectiva do poder da classe operária, do socialismo libertador, em França como à escala internacional? Aquele para quem a independência política do partido operário exigia a sua independência material e financeira? Aquele para quem o jornal devia ser uma tribuna da luta de classes aberta à discussão livre entre trabalhadores e militantes de todas as origens do movimento operário? Pierre Lambert, que, com a idade de 21 anos, construía sindicatos independentes sob a ocupação nazi, incomoda — é perfeitamente natural — aqueles que hoje defendem a política de Macron, obstinado em destruir o património de conquistas da classe operária e da democracia. Assim como incomoda aqueles que proclamam o fim dos partidos e dos sindicatos, para melhor deixar as mãos livres a este governo e à sua política. Quem não renegou o que aprendeu ao fio de décadas ao lado de Pierre Lambert

sabe que as campanhas de imprensa reflectem sempre inquietações na cúpula do Estado. Neste caso: o medo de que as medidas da nossa reacção, do governo capitalista e da União Europeia, façam amadurecer, dentro da classe operária, o fermento da mobilização de massas para varrer esta política devastadora. Aqueles que não renegaram o que aprenderam ao lado do camarada Pierre Lambert empregam e empregarão todas as suas energias na construção do partido operário de que a classe operária necessita, começando por propiciar

o mais amplo agrupamento à volta desta *Tribune des travailleurs*, cujos princípios fundadores foram por ele assentados.

Daniel Gluckstein

* Cite-se nomeadamente *Le Monde* (29 de novembro de 2017) e *Le Journal du dimanche* (8 de janeiro de 2018).

Mais de duzentos militantes participaram, na tarde de sábado, 20 de janeiro, na homenagem organizada pela Tendência Comunista Internacionalista (TCI, membro do CORQI e corrente do Partido Operário Independente Democrático em França) ao nosso camarada Pierre Lambert, dez anos passados sobre o seu desaparecimento no dia 16 de janeiro de 2008. Foi o ensejo para recordar, para os participantes mais jovens, as que foram as grandes etapas do empenhamento militante do camarada Pierre Lambert sob a bandeira da IVª Internacional, de 1937 a 2008, o seu papel na luta pela reconstrução da IVª Internacional e ajudando a reorganizar o movimento operário internacional com um novo eixo, mas também a luta do camarada Lambert pela construção do partido revolucionário, a sua intervenção na luta de classes e pela independência do movimento operário. E, como lembrava um orador, a sua preocupação permanente em ir procurar sempre “lá em baixo, em baixo, mais abaixo” em todas as mobilizações de trabalhadores, de modo a ajudar os explorados e oprimidos a controlarem o seu próprio movimento.



BANGLADESH

Homenagem ao camarada Rafique Jaman

A todos os camaradas da secção da IVª Internacional do Bangladesh,

A todos os camaradas do Partido Operário Democrático,

A todos os sindicalistas, camaradas, trabalhadores e militantes progressistas do Bangladesh



Fomos informados do desaparecimento brutal do camarada Rafique Jaman. A morte do camarada Rafique Jaman é um golpe duro para o movimento operário do Bangladesh e, em particular, para o Partido Operário Democrático, de que foi dirigente e organizador infatigável durante muitos anos. É um duro golpe para todos aqueles que, sob a direcção do saudoso camarada Tafazzul Hussain, se bateram pela construção de uma

secção da IVª Internacional no Bangladesh. Levando à prática o seu programa e combatendo pelo partido mundial da revolução socialista, os militantes da IVª Internacional no Bangladesh ocuparam plenamente o seu lugar na construção do Partido Operário Democrático. Rafique Jaman participou na direcção deste, na linha do combate de toda a sua vida.

Foi em 1975 que o camarada Rafique Jaman se tornou assalariado da fábrica de tinturaria Chittagong Dyeing. Rapidamente começou a ter actividade sindical na empresa. O seu esforço de organização dos trabalhadores da fábrica de tinturaria de Chittagong permitiu a criação do primeiro sindicato na fábrica. Foi um êxito, mas esse êxito custou-lhe o emprego, sendo despedido em 1979. Não somente perdeu o emprego, mas passou a estar na mira dos patrões, que, intentaram contra ele vários processos fraudulentos, tentando intimidá-lo com ameaças de violência física. Apesar do assédio dos jagunços do dono da fábrica e da polícia, em 1985 ele decidiu dedicar a

sua existência à defesa e organização dos trabalhadores, participando na construção das suas organizações sindicais. Durante esses anos de luta, dedicou-se a ajudar os trabalhadores a construir os seus sindicatos em numerosas empresas têxteis, da juta, dos transportes, etc. Citem-se nomeadamente, a Jilil Textile, os Anowara Jute Mills, a Bangladesh Tobacco, as Master Industries, o T. B. Hospital, a Chittagong Dyeing, a Apex Food, a Karim Pipe, a Bagdad-Dhaka Carpet, a A. K. Khan Jute, a Victory Jute e as Pahartali Textile Mills. Organizou igualmente trabalhadores dos transportes e da hotelaria. Foi a esses títulos que se tornou membro do secretariado da união local dos sindicatos do distrito de Chittagong. Convencido de que, para lutar, a classe operária necessitava não só de organização sindical, mas também de uma expressão política organizada, aderiu, em 1979, ao Partido Comunista. A experiência levou-o a concluir que o programa de Leão Trotsky correspondia às necessidades da luta da classe operária. Por isso, em 1999, aderiu às fileiras do Partido Operário Democrático do Bangladesh, cujo secretário geral era Tafazzul Hussain, participando, desde então, activamente na construção da secção da IVª Internacional. Desempenhou papel importante nas lutas que se desenrolaram em Chittagong contra a privatização do porto. Participou na vida da IVª Internacional, deslocando-se, nomeadamente, à Índia para tomar parte em reuniões da IVª Internacional. Em 2001, foi nomeado membro do Comité Central do Partido Operário Democrático e vice-presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores do Bangladesh. Em 2006, tornou-se presidente do Partido Operário Democrático e foi eleito pelos sindicalizados para presidente da federação. Mesmo depois de afectado pela doença, continuou o seu combate pela classe operária, até ao último dia da sua existência. A memória do camarada Rafique Jaman permanecerá viva nas lutas travadas pelas secções da IVª Internacional em todo o mundo, assim como permanecerá viva na luta dos trabalhadores e camponeses do Bangladesh contra a exploração e o imperialismo. O secretariado do CORQI saúda a memória do militante operário internacionalista Rafique Jaman e partilha a tristeza da sua família e dos seus camaradas.

● Correspondências d'A Internacional

Burundi

Tribune libre des travailleurs

Mensal do Partido dos trabalhadores e da Democracia

Nº 100 - dezembro de 2017

O Objectivo de Arusha Não É a Paz

Na abertura desta quarta sessão do diálogo *inter-burundês*, os grupos não se entenderam sobre as modalidades de trabalho. O governo sustentava que o país estava em paz, que o diálogo devia fazer-se no Burundi e que o governo avançaria pela via das emendas à Constituição, o que a *oposição* rejeitava categoricamente, realçando que a insegurança continuava a reinar, com prisões arbitrárias, casos de tortura e desaparecimentos forçados, tudo isso num clima de ausência de liberdades públicas, individuais e colectivas. (...) Arusha não pode ser o quadro para encontrar a paz no Burundi. A organização e apadrinhamento é daqueles



que cozinham um acordo do mesmo tipo do de 28 de agosto de 2000, cujo fundo político são as privatizações e o reembolso da dívida externa, decididos pelo imperialismo e pelas instituições, e cuja aplicação prática tem desmanchado literalmente o país. A paz no Burundi, como, de resto, em toda a sub-região, tem por condição romper com os ditames do imperialismo num quadro de debate popular e soberano. É nesta perspectiva que o PTD-TWUNGURUNANI, que não tem interesses distintos dos da população e da juventude, sustenta que a solução dos problemas só pode ser encontrada pelos próprios burundeses no âmbito de uma Conferência de Urgência pela paz, pela soberania e pela defesa da nação, que incluía todos, mas sem ingerência estrangeira. ●

França

Extractos da resolução adoptada pela direcção nacional da Tendência

Comunista Internacionalista (TCI, membro do CORQI) reunida em 4 de fevereiro de 2018



Os processos de decomposição que atingem o movimento operário — e, para além dele, as fundações da civilização humana —, que sofreram formidável aceleração desde o final dos anos oitenta, foram analisados pela conferência do CORQI nos termos relatados pelo nº 8 d'A Internacional. É importante compreender que essa decomposição ainda não chegou ao seu termo. Há vinte anos, Lambert retorquia invariavelmente aos militantes siderados pela amplitude das ameaças a todas as conquistas da luta de classes: “E olhem que ainda não se chegou ao fim disto, a coisa ainda vai descer, ainda está

para se ver o fim”. Vinte anos mais tarde, a “descida” continua. Estes processos são fruto, em primeiro lugar, das próprias leis do capital na época do imperialismo decomposto. Reflectem, também, o atraso da revolução, atraso devido, no plano histórico, à política traidora dos aparelhos. Como fruto da conjugação destes dois processos históricos, organizações saídas do movimento operário têm entrado em crises de decomposição de tal ordem, que poderão resultar no seu desaparecimento puro e simples. (...)

A marcha para a desagregação das organizações galgou nova etapa com a eleição de Macron — em quem todas apelaram a votar — para um nível e uma amplitude até agora inimagináveis. As últimas eleições parciais mostram que a marcha para a grupuscularização do que resta do Partido Socialista e do Partido Comunista Francês passa a ser um dado duradouro. Porventura culminará mesmo em que, no próximo período, esses partidos desapareçam na forma em que têm existido. Noutra plano, na cúpula das organizações sindicais, instala-se, num grau até aqui desconhecido, não apenas uma política de acompanhamento, mas até, de certa forma, uma política de antecipação das contra-reformas do governo, seja qual for a sua brutalidade. Os últimos exemplos em data dão disso testemunho. Assim, a pretensa concertação sobre as aposentações exige às organizações sindicais que elas se enquadrem no objectivo do regime único de aposentação, na destruição, portanto, dos regimes particulares e especiais, do regime geral e do salário diferido, isto sem provocar uma reacção indignada das confederações sindicais, de bater com a porta. Do mesmo jaez as respostas positivas de dirigentes sindicais de primeira plana à “proposta” do governo de “concertação” sobre a destruição do estatuto dos funcionários! Ligadas a estes processos, aceleram-se, dentro das organizações, todas as marcas de decomposição-destruição. Mais à frente voltaremos a isto.

Chegados a este estádio, temos que afinar a nossa orientação geral. Persistimos em considerar, com Trotsky, que quem não sabe defender as conquistas antigas nunca saberá fazer novas: seja qual for o grau de comprometimento dos dirigentes das organizações, o que a classe edificou só a classe pode defender e salvar, socorrendo-se dos seus próprios instrumentos de luta e instituições. Sabemos, com Lenine, que, seja qual for o grau de destruição que a ofensiva do imperialismo alcance, enquanto subsistir um segmento que seja das conquistas antigas, será a partir desse segmento que toda a civilização humana se reconstruirá.

Qual é a nossa bússola? Embora a situação não seja nova, no que diz respeito às consequências, em França, destas linhas de força da situação mundial, estamos, sem dúvida, para chegar a um momento em que a quantidade tenda a transformar-se em qualidade. As questões põem-se sob forma nova. Por exemplo: até que ponto a política das cúpulas dos aparelhos conduzirá as organizações sindicais a fracturas maiores, ou até a processos de decomposição qualitativamente diferentes do que antes temos conheci-

do? Noutro plano: estaremos a assistir ao desaparecimento dos partidos que se reclamam da classe operária (nomeadamente PS e PC) e, mais geralmente, da própria noção de partidos? Temos de dar resposta a esta perguntas. Nós sabemos que elas pesam, com efeito, na situação, particularmente sobre os militantes operários, sobre os delegados a nível intermédio, sendo fonte de incerteza e até de desorientação. Tanto mais, quando são repercutidas e marteladas de maneira consciente pelos aparelhos. Pela nossa parte, a nossa bússola é a afirmação do programa que recuperámos no relatório à conferência internacional do CORQI: “As leis da história são mais fortes do que os aparelhos burocráticos.” *Em consequência, as condições da exploração, da sobreexploração e da resistência à exploração impelem as leis da luta de classes a reconstituírem-se constantemente. Neste movimento, a classe não tem outra opção que não seja socorrer-se dos instrumentos existentes, seja qual for a relação directa ou distanciada que esses instrumentos tenham com a sua própria história. (...)*

Mais do que nunca, na situação presente, tudo tem que partir da nossa política de partido. Não se pode, com efeito, alimentar nenhuma ilusão de que seja possível que no ponto de partida esteja esta ou aquela iniciativa correcta de frente única das cúpulas em que apoiar-se. Talvez a isso sejam obrigadas pela pressão dos trabalhadores? No ponto de partida, só podemos ter confiança na nossa capacidade.”

Grécia

Ergatika Nea

Nº 16, janeiro de 2018, publicação dos partidários do CORQI na Grécia

“Macedónia: A Quem Compete Decidir?”

O governo grego exige “unidade nacional” enquanto, em Nova Iorque, sob os auspícios da administração Trump, negocia com o governo da FYROM (abreviatura inglesa de ‘Antiga República Iugoslava da Macedónia’, NdT)) o nome que este país há-de

poder usar oficialmente. Ele usar o nome de “República da Macedónia” seria “uma traição” aos olhos de todas as forças políticas da Grécia. Remete-se, como sucedeu quando da visita do presidente turco Erdogan, para “a inviolabilidade dos tratados de Lausana”. O nome “República da Macedónia” seria, assim, um perigo para as fronteiras da Grécia! O que são os Tratados de Lau-

sana? São a divisão dos Balcãs sob controlo do imperialismo! São a primeira expulsão em massa de povos inteiros, na Europa, desde a Idade Média por causa da religião. E, para o imperialismo, foram um primeiro passo para a segunda guerra mundial.

A todos aqueles que reivindicam essa “unidade nacional”, nós dizemos claramente: enquanto vivermos numa sociedade de classes baseada na exploração do homem pelo homem, não pode haver “interesses nacionais”. Os trabalhadores macedónios não têm interesses separados dos da Grécia ou de qualquer outro país. Quanto ao nome e destino do seu país, só o povo da Macedónia tem poder para decidir. A luta contra a União Europeia e as instituições do imperialismo porá igualmente na ordem do dia a questão de uma união dos povos livres dos Balcãs!

Itália

Correspondência de Lorenzo Varaldo, editor da *Tribuna Libera*

A campanha para as eleições legislativas de 4 de março oferece a imagem de uma decomposição política a uma escala gigantesca, em que, não tendo nenhuma das principais listas a perspectiva de ganhar por si só, todas elas andam a “regatear” alianças de geometria variável. Os dirigentes do Partido Democrata (PD), último avatar da decomposição do Partido Comunista Italiano, con-



templam seriamente fazer um acordo com... Berlusconi, com o surpreendente argumento de que a Forza Italia (o movimento de Berlusconi) “*não é populista!*” Porém, a Liga Norte (movimento separatista que achincalha os italianos meridionais e os imigrantes), aliada a Berlusconi, recusa acordos com o PD e com *Liberi e Uguali* (*Livres e Iguais*, uma

cisão do PD). *Liberi e Uguali* propõe negociações com o Movimento 5 Estrelas (M5S, movimento populista de Beppe Grillo), mas também com o Partido Democrata... O M5S está, um dia, disponível para se aliar com *Liberi e Uguali*, no dia seguinte com a Liga Norte... Se qualquer combinação é possível, é porque todos eles, sem excepção, se candiditam a levar à prática a política da Comissão Europeia e de Washington.

Cava-se o fosso entre estas transacções eleitorais de cúpula e o que os eleitores exprimem. Assim, em Turim, o anúncio do despedimento de 500 trabalhadores da empresa de electrodomésticos Embraco de Chieri provocou uma explosão de cólera. Anos a fio, tinham-lhes feito aceitar reduções de salários e flexibilidade para “salvar os postos de trabalho”. Enquanto isso, o Estado dava milhões à empresa. A mesma revolta entre os trabalhadores dos transportes públicos de Turim, quando o município anunciou a supressão de 250 lugares. Entre os professores, foi o anúncio de um projecto de novo contrato nacional (estatuto), que instauraria uma desregulamentação completa, que provocou uma vaga de indignação nas escolas de todo o país, vaga que se dirigiu aos dirigentes das federações sindicais para eles se recusarem a assinar.

Em tal situação, os militantes agrupados em volta do jornal *Tribuna Libera* abrem a discussão com os trabalhadores, os militantes e os jovens. Por um lado, porque os processos em curso na luta de classes põem o problema da realização da unidade a todos os níveis a fim de bloquear os planos anti-operários, quer estejam em causa planos de despedimentos quer a necessidade de impor às direcções das federações sindicais do ensino a recusa de assinar o novo contrato.

Por outro lado, porque, no plano político, numerosos trabalhadores se preparam para se absterem, rejeitando as negociatas das cúpulas. Outros, “à falta de melhor”, irão votar nas listas do Partido Democrata, de *Liberi e Uguali* ou de outras pequenas listas que se declaram “à esquerda”.

A uns como a outros, *Tribuna Libera* propõe juntar-mo-nos à luz da necessidade de um verdadeiro programa de unidade operária que compreenda a revogação de todas as medidas de desregulamentação postas em prática nestes

últimos anos (nomeadamente o famigerado *Jobs Act*) e a reconquista das conquistas operárias. •

México

Transición

“S Boletim do Comité do CORQI do México
Nº 7 - dezembro de 2017

ão hoje mais necessárias do que nunca a construção de uma expressão política independente da classe operária e dos povos oprimidos e a formação política dos militantes que se batem pela soberania nacional, contra o imperialismo e pela defesa dos trabalhadores. Esta a razão por-



que, enquanto militantes do CORQI, corrente da Organização do Povo e dos Trabalhadores (OPT), impulsionamos uma plataforma política independente, com palavras de ordem que consideramos da ordem do dia. Uma plataforma para dialogar com os mais amplos sectores do movimento operário, dos jo-

vens e das mulheres, batendo-nos

- por uma Assembleia Constituinte e soberana donde emane um governo responsável perante ela;
- contra o muro da vergonha (que Trump pretende construir na fronteira México-Estados Unidos — NdR) e o NAFTA (acordo de comércio livre norte-americano);
- contra as contra-reformas estruturais, a começar pelas da energia, do trabalho e da educação; contra o Plano de Mérida, a criminalização dos protestos e contra a violência no nosso país;
- contra o feminicídio e a violência contra as mulheres;
- pela luta em defesa dos contratos colectivos de trabalho e dos sindicatos como ferramenta de luta e de defesa dos trabalhadores;
- por um aumento de urgência dos salários ao nível nacional, por tarifas acessíveis da electricidade, água e serviços públicos.

Cem anos após a revolução russa, as lições de outubro de 1917 são mais actuais do que nunca. No México, assistimos a como ficaram por resolver os problemas surgidos em 1917, incluindo os problemas levantados pela revolução de 1910 no nosso próprio país. O que está na ordem do dia é o combate por um governo da classe operária e do campesinato mexicanos, uma revolução que elimine o regime assassino e crie novas instituições ao serviço

do proletariado e dos pobres.

Enquanto, na Europa, assistimos ao processo da independência na Catalunha, observamos que, no México, a questão da independência nacional continua em suspenso, que as aspirações à independência nacional da revolução de 1910 ficaram por realizar. (...)

O nosso país continua a ser estrangulado pelo capital financeiro internacional. (...) No México, face às rondas de renegociação da NAFTA, está na ordem do dia a luta pela revogação deste tratado, pela anulação da dívida, pela reconquista do nosso próprio futuro.

Zimbabwe

“A terra é nossa”

“NÓS, SECÇÃO DO ZIMBABWE da IVª Internacional, tomamos uma posição resoluta em defesa da revolução agrária no Zimbabwe e apoiamos o combate dos “malditos da terra”, onde quer que eles estejam. (...) A secção do Zimbabwe da IVª Internacional opõe-se totalmente à indemnização dos fazendei-



ros brancos que foram expropriados, considerando tal opção reformista e revisionista, contrária à revolução agrária no Zimbabwe. Os fazendeiros brancos arrancaram esta terra das mãos dos nossos antepassados à custa dos maiores massacres e não pagaram um cêntimo pela terra! Os camponeses negros foram obrigados a trabalhar nas fazendas deles, sujeitos a todas as formas de trabalho precário. Esperamos

que as declarações do novo governo em matéria de indemnizações eventuais sejam do foro da demagogia e de alguma manobra negocial com o capital branco para obter créditos. (...) Afirmamos que esta terra pertence ao povo africano do Zimbabwe. É uma questão de sobrevivência, uma questão de vida ou de morte para milhões de compatriotas. Esta terra é nossa e não a devolveremos aos colonos. Apelamos aos camponeses, aos trabalhadores, aos jovens, aos estudantes e aos militantes para se unirem pela palavra de ordem elementar de que defendemos a nossa terra e a nossa terra nos pertence, a reforma agrária é irreversível. Avante sempre! Recuar nunca!”

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)
Assina!

Assino A Internacional por 6 números : 24 euros

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Apelido, nome:.....

Endereço.....

Endereço electrónico

Cheques à ordem de Réveil ouvrier, 67, avenue Faidherbe – 93100 Montreuil (France)

A Internacional

publica-se em versão inglesa, portuguesa, alemã, espanhola e francesa.

